PROTÓGENES QUEIROZ
Ex-chefe do Setor de Inteligência da Polícia Federal



OPERAÇÃO SATIAGRAHA

Os bastidores da maior operação já feita pela Polícia Federal

UNIVERSO DOS LIVROS

PROTÓGENES QUEIROZ

UNIVERSO DOS LIVROS

OPERAÇÃO

SATIAGRAHA

São Paulo

2014

© 2014 by Universo dos Livros Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Diretor editorial

Luis Matos **Editora-chefe**

Marcia Batista **Assistentes editoriais**

Raíça Augusto

Nathália Fernandes

Cássio Yamamura **Preparação**

Jonathan Busato **Revisão**

Paula Fazzio

Arte

Francine C. Silva

Valdinei Gomes **Capa**

Zuleika Iamashita

1a edição - 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Q42o

Queiroz, Protógenes

Operação Satiagraha: os bastidores da maior operação já feita pela Polícia Federal /Protógenes Queiroz.– São Paulo: Universo dos Livros, 2013.

144 p.

144 p.

ISBN: 978-85-7930-676-1

1. Corrupção política 2. Lavagem de dinheiro 3. Investigação policial - estudo de casoI. Título 13-0997

CDD364.1323

Universo dos Livros Editora Ltda.

Rua do Bosque, 1589 – Bloco 2 – Conj. 603/606

CEP 01136-001 – Barra Funda – São Paulo/SP

Telefone/Fax: (11) 3392-3336

www.universodoslivros.com.br

e-mail: editor@universodoslivros.com.br

Siga-nos no Twitter: @univdoslivros

Este livro, baseado em fatos reais, traz a versão do comandante da maior operação da história da PF. Cabe ao autor a responsabilidade por todas as

informações apresentadas. Os nomes de empresas e pessoas públicas citadas no inquérito gerado após a operação foram modificados pelo autor visando preservar as testemunhas do processo e os réus que ainda não foram julgados.

Essa história é em homenagem aos meus filhos e aos filhos dos envolvidos nessa operação secreta, na luta por um mundo livre da corrupção. Educar, educar, educar para não corromper e não ser corrompido.

Corrupto (*Callichirus major*) é um crustáceo da família *Callianassidae*. Possuem abdome amarelado e apresentam até 20 centímetros de comprimento. Suas garras têm forma de pinças, e uma delas é maior que a outra. Levam esse nome por surgirem em grandes quantidades e serem difíceis de localizar e capturar.

“Estou sempre vigiado, mas nunca estou sozinho. Pertenço a um sistema que está ativo. É aquilo: uma vez integrante da área de inteligência, você nunca sai. Não lhe é permitido sair. Você pode ficar adormecido, mas excluído, nunca. Assim como o Morcegão não dorme, eu também não durmo.”

Protógenes Queiroz

PARTE 1

A INVESTIGAÇÃO

1.

Eu sou de família de católicos tradicionais. Minha mãe e meu pai rezavam muito. Mamãe, negra descendente da nação bantu africana, funcionária da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro a vida toda, rezava o terço com as freiras diariamente às cinco da manhã. De tão disciplinada que era, convidaram-na para integrar a irmandade. Quando se aposentou, o provedor, os médicos e um grupo de funcionários se reuniram e ofertaram a ela um valor em dinheiro para viajar ou fazer o que quisesse. Ela recusou e o provedor perguntou o que ela queria, então. Ela respondeu:

– Quero colocar uma moça no meu lugar, de copeira ou auxiliar de enfermagem.

– Quem? – O provedor perguntou.

– Aguardem aqui. – Ela disse.

Voltou acompanhada de uma moradora de rua que carregava nos braços uma filha pequena. A reação dos circunstantes foi de susto e de surpresa.

– Ritinha, a moça é uma menina de rua e ainda tem uma filha. – Ponderou o provedor, com ar de reprovação.

Apesar da sua parca instrução formal, minha mãe não se deu por vencida e atalhou:

– É verdade, esse é o prêmio que eu quero; e ela vai morar na minha casa com essa criança a partir de hoje.

Todos aplaudiram e o provedor contratou a moça, que trabalha até hoje na Santa Casa. Ela casou-se e se formou em enfermagem.

Meu pai, loiro de olhos azuis, descendente de portugueses, Militar da Marinha, ex-combatente da Primeira Guerra Mundial (1914-18), piloto da Aviação Naval, frequentava santuários onde aconteceram milagres. Ele se identificava com o Cristo de Porto das Caixas que sangrou.

Eu cresci nessa família, com ensinamentos maternos muito doces, franciscanos e orientações paternas carregadas de disciplina militar, ética e honestidade. Mas nunca fui muito católico, nem praticante. Nem alguém com muita fé – reconheço. Até que em um belo dia…

Um dia, não lembro exatamente como, talvez tenha lido num jornal, eu soube que um ministro encontrava conforto espiritual num ritual singelo. Abria a bíblia numa página qualquer. O trecho escolhido sempre o presenteava com alguma mensagem que lhe dava alento.

Gostei daquilo. Passei a imitá-lo ao ganhar uma bíblia de um pastor evangélico. Coincidência ou não, apareciam revelações ali. Mas nada que viesse a me alertar ou a me salvar. Eu era então Procurador Municipal. Na época ajudei a cassar o prefeito de Rio Bonito, no interior do estado do Rio de Janeiro,

a cassar o prefeito de Rio Bonito, no interior do estado do Rio de Janeiro, conhecido como “o marajá do Brasil”. Fui muito ameaçado por seus correligionários.

2.

Eu tinha voltado a Rio Bonito para fazer o rescaldo do trabalho de *impeachment*. Uma nova prefeita já tinha assumido. Logo pela manhã, depois de escovar os dentes, antes do café, eu abri a bíblia. Caiu o salmo 91, que diz: 1. *Tu que habitas sob a proteção do Altíssimo, que moras à sombra do Onipotente,*

2. *dize ao Senhor: "Sois meu refúgio e minha cidadela, meu Deus, em que eu confio."*

3. *É ele quem te livrará do laço do caçador, e da peste perniciosa.*

4. *Ele te cobrirá com suas plumas, sob suas asas encontrarás refúgio. Sua fidelidade te será um escudo de proteção.*

5. *Tu não temerás os terrores noturnos, nem a flecha que voa à luz do dia,* 6. *nem a peste que se propaga nas trevas, nem o mal que grassa ao meio-dia.*

7. *Caiam mil homens à tua esquerda e dez mil à tua direita, tu não serás atingido.*

8. *Porém, verás com teus próprios olhos, contemplarás o castigo dos pecadores,*

9. *porque o Senhor é teu refúgio. Escolheste, por asilo, o Altíssimo.*

10. *Nenhum mal te atingirá, nenhum flagelo chegará à tua tenda,* 11. *porque aos seus anjos ele mandou que te guardem em todos os teus caminhos.*

12. *Eles te sustentarão em suas mãos, para que não tropeces em alguma pedra.*

13. *Sobre serpente e víbora andarás, calcarás aos pés o leão e o dragão.*

14. *"Pois que se uniu a mim, eu o livrarei; e o protegerei, pois conhece o meu nome.*

15. *Quando me invocar, eu o atenderei; na tribulação estarei com ele. Hei de livrá-lo e o cobrirei de glória.*

16. *Será favorecido de longos dias, e lhe mostrarei a minha salvação."*

3.

Enquanto eu lia em silêncio quase total, quebrado apenas pelo alarido de crianças que brincavam na redondeza, tive a intuição de que o salmo queria me avisar. “Vão tentar alguma coisa contra mim”, pensei. “Só que eu vou vencer.”

De fato, havia um plano orquestrado para me sequestrar e depois me matar.

Mas nada aconteceu comigo porque eu tinha sido avisado. Por causa disso, desde esse dia, eu sempre mantenho minha bíblia aberta no salmo 91 no meu local de trabalho e na cabeceira da minha cama.

4.

A bíblia estava aberta, em 1999, sobre o meu arquivo de aço de delegado da DCOIE - Divisão de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, no

“Máscara Negra”, em Brasília.

Um cara míope, como eu, tem muita dificuldade de atirar e nem podia ser diferente. Minhas notas de tiro na Academia Nacional de Polícia eram sofríveis.

Um desastre completo. Eu não acertava absolutamente nada ajoelhado a 12

metros de distância, ou a 20 metros, deitado. Não enxergava nada. Como poderia acertar? Mas no tiro rápido, o chamado tiro policial, a três ou cinco metros do alvo, eu me saía bem.

Um instrutor que ministrava um curso paralelo para retardatários como eu, ensinou um macete: na hora de atirar eu deveria prender os óculos na testa com esparadrapo.

– Só isso? – Perguntei, achando que era um detalhe insignificante. – Isso vai melhorar minha mira?

– Vai, sim, – disse ele. – Pode confiar.

Minha nota na prova final surpreendeu a todos, inclusive a mim: fiz 90 pontos em 100.

Fui obrigado a usar minha arma logo no primeiro caso para o qual me escalaram. Fiz parte da equipe que investigava um ex-deputado federal do Acre, preso até

hoje. Liderava quadrilha de narcotraficantes, matava com requintes de crueldade, utilizando motosserra – não para cortar árvores, mas cabeças, braços e pernas humanas.

Nesse dia eu caminhava sozinho por uma rua deserta de Rio Branco, fazendo a digestão do almoço, a caminho do Hotel Inácio, onde eu morava, quando notei alguém atrás de mim me acompanhando, como se fosse uma sombra. Comecei a prestar atenção, me preparando para o pior. Eu diminuía o passo, o cara também diminuía. Eu acelerava, e o cara idem. A certa altura, decidido a resolver a parada sem mais demora, eu parei. A "sombra" passou à minha frente, virou-se para mim e meteu a mão na calça, num gesto semelhante ao de quem vai sacar o revólver. Eu fui mais rápido, avancei em cima dele e parei a minha arma na sua testa.

– Não me mate! Não me mate! – ele gritou, um grito abafado no qual pude sentir um bafo quente.

Pela primeira vez me vi na iminência de tirar a vida de alguém. E eu tiraria sem remorso, se precisasse, porque eu é que estava sendo atacado.

– Ajoelha – mandei.

– Ajoelha – mandei.

Revistei o sujeito. Ele tremia. A "arma" dele era na verdade um bolo de jornal em forma de revólver. Eu deveria fazê-lo engolir, mas seria covardia da minha parte. Eu já o havia dominado, ele não oferecia perigo. "Não queriam me matar ainda", pensei "apenas me testar, dar um susto, descobrir como manejo a arma, como reajo a uma emboscada, essas coisas". Soltei o rapazinho.

Calculei que haveria novas investidas, eles tinham intenção de me forçar a desistir. À noite, ouvi barulho na minha porta. Na primeira tentativa de arrombamento, armei uma barricada com minha cama. No dia seguinte, pedi alojamento no quartel no 4º BIS – Batalhão de Infantaria da Selva.

Em 2002 passei a colaborar com o CI (Coordenação de Inteligência) da Polícia Federal, seção que realizava investigações secretas. Uma espécie de agência dentro da Polícia Federal comparável a uma unidade federal secreta da CIA americana, do serviço de inteligência da Inglaterra, dos serviços de inteligência militar do Exército, da Marinha e da Aeronáutica do Brasil.

Eu entrei de cara na Operação Anaconda, que investigou crime de venda de sentenças envolvendo juízes federais, membros do Ministério Público, Policiais Federais e membros da Receita Federal. Foi meu primeiro encontro com o submundo que opera nas entranhas de nossas mais tradicionais instituições.

Participei do trabalho de análise dos documentos apreendidos e fiz uma busca e apreensão na casa e escritório de um doleiro.

Graças a esse trabalho fui convidado, em 2003, a chefiar a Divisão de ContraInteligência da Polícia Federal. Recusei o convite porque a política implementada era voltada para monitorar e espionar apenas colegas que estavam envolvidos com o crime, sem considerar primeiramente o envolvimento de integrantes de outros órgãos.

Aceitei o convite seguinte: a Chefia do Serviço de Inteligência da Polícia Federal, cuja missão era proceder ao acompanhamento e coleta de dados e produção de conhecimento de fatos que ameaçam o povo brasileiro e o Estado, cujos relatórios são compartilhados com integrantes do SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência. Fui nomeado pelo Diretor-Geral, Marcão. A seu pedido, também continuei, simultaneamente, à frente de operações especiais de Inteligência.

O trabalho de chefiar a Inteligência consiste em levantar dados, confirmar esses dados coletados, produzir conhecimento, elaborar relatórios e informar ao órgão decisório (DG da PF, Ministro da Justiça e Presidente da República). É um trabalho mais de observação, em que você monitora durante as vinte e quatro horas do dia as ações e condutas que ameaçam o povo e o estado brasileiro e, ao final, produz um relatório que ajuda o órgão superior a tomar decisões.

O chefe normalmente não executa, mas eu executava operações que seriam

O chefe normalmente não executa, mas eu executava operações que seriam atribuição da Divisão de Operações de Inteligência Especializada. Eu comandava um efetivo de policiais de nível superior, de várias carreiras – de médicos a Engenheiros do ITA e do IME, até físico nuclear. Uma equipe bem qualificada.

5.

Em 2004 o doutor Marcão recebeu a incumbência de investigar um grande

esquema de espionagem internacional aqui no Brasil a partir da empresa CONTROL, sediada em São Paulo. Eu participei da análise do material apreendido, no qual constava grande volume de dados contra Morcegão, afamado economista, administrador de fortunas e banqueiro que contratou a CONTROL a fim de espionar seus desafetos e até integrantes do governo federal. Muito papel e tinta já tinham sido gastos descrevendo processos judiciais movidos por ex-sócios nacionais e internacionais, inconformados com seus métodos e procedimentos.

As investigações não alcançaram o mandante. Ele escapou ileso, apesar das provas incontestes de que agia como um estado dentro do estado, espionava como se tivesse o poder de polícia. Mas conseguimos fechar a CONTROL, e, fato curioso e que passou despercebido pela imprensa, passamos a receber toda semana visitas de representantes da empresa e da embaixada americana em Brasília, solicitando gestões para que o governo autorizasse a reabertura. Eles alegavam que a CONTROL não espionava autoridades brasileiras. Nós tínhamos prova do contrário. Mas como nem sempre as provas falam mais alto, algum tempo depois o escritório da CONTROL foi reativado e funciona até hoje em São Paulo.

6.

O dia exato me escapa. Às primeiras horas de uma manhã de quarta-feira, em outubro de 2006, Marcão me chamou ao seu gabinete que ocupava todo o nono andar do “Máscara Negra”. Nossa relação era excelente. Ele me dava liberdade para bater na porta e entrar à hora que eu precisasse. Confiava em mim a ponto de afrouxar toda a burocracia que atrofia os órgãos públicos. Todo e qualquer passo a ser dado requer planilhas e formulários, dos quais ele me dispensava. Eu me identificava com ele, era um ídolo, não só para mim, como também para muitos dos meus colegas. Ganhou fama ao investigar um caso escabroso.

Seu gabinete era amplo, sem dúvida, mas havia zero de luxo ou ostentação. A decoração praticamente não existia. Paredes nuas, alguns móveis cumprindo apenas o papel de acomodar convidados, não mais que isso. A única peça que chamava atenção era uma bengala africana sempre parada ali atrás da sua mesa.

Uma questão me intrigava: “o que a bengala fazia ali? E por que africana?”.

Nunca perguntei, talvez por ser treinado para fazer poucas perguntas a colegas. E

a fornecer poucas respostas. O que posso dizer mais? Marcão era o chefe que não tinha cara de chefe e não fazia questão de demonstrar superioridade. Estava no dia a dia das investigações junto com a gente, se fosse preciso.

Nesse dia, ele solicitou, naquele tom de voz habitual, baixo e sereno:

– Quero que você chefie uma equipe para investigar as atividades muito suspeitas do banqueiro Morcegão.

“É uma missão da presidência da República”, disse ele, e essas palavras ficaram cristalizadas na minha cabeça. “O Presidente está sendo espionado e ameaçado… várias autoridades estão sendo chantageadas… O Presidente não aguenta mais…”.

Proteger o presidente da República constituía o primeiro e mais importante dever do policial federal.

– Você tem que desenvolver esse trabalho o mais rápido possível – continuou Marcão. – Vou te dizer por quê. Identificamos inicialmente que essa organização está a serviço do banqueiro Morcegão e de corporações internacionais interessadas em desestabilizar o governo. Só que esse banqueiro tem muito poder, mais de vinte investigações em andamento no Rio de Janeiro não conseguem avançar. Processos contra ele são arquivados. Ele consegue controlar a classe política, o Judiciário, o Ministério Público Federal. Um setor que ele não consegue controlar é a Polícia Federal. Mas durante o governo d’O Antecessor ele conseguiu controlar também a Polícia Federal.

Não tive muito tempo para digerir essa feijoada completa. Fiz apenas uma pergunta, que me pareceu crucial naquele momento: – Marcão, você ficará na direção geral da Polícia Federal até o fim dessa operação?

direção geral da Polícia Federal até o fim dessa operação?

Ele devolveu:

– Por que você está me perguntando isso?

– Porque se você não ficar… não vou poder executá-la… porque sem você ela vai se voltar contra mim e contra quem estiver comigo.

Ele me fez uma segunda pergunta: – Por quê?

– Porque essa operação vai parar. E isso vai demonstrar que a influência do Morcegão já contaminou a Polícia Federal ainda na gestão do governo d'O

Presidente.

Ele se levantou, deu a volta na mesa e, olhando pela janela, me tranquilizou: –

Isso não vai acontecer. O Presidente me disse textualmente que serei diretor-geral da Polícia Federal enquanto ele permanecer no governo.

Menos mal, pensei. Não há risco d'O Presidente cair, haja o que houver. Suas alianças lhe garantem apoio no Legislativo *per secula seculorum*.

De novo sentado à poltrona de chefe, Marcão me olhou nos olhos e asseverou:

– Quem faz muitas perguntas tem muitas dúvidas. Isso me preocupa. Me pergunto se você terá colhão para concluir essa operação.

A provocação não me atingiu como ele talvez esperasse. Nesse momento eu já estava no comando.

– Nessa condição, topo iniciar o trabalho e garanto que vou concluir. Esse banqueiro vai para a cadeia! Pelos dados que eu tenho dele, ele vai para a cadeia, e já era para estar na cadeia há muito tempo, pois é um banqueiro bandido; o fato de ainda não estar demonstra a força de sua influência nas estruturas do estado brasileiro.

Ele me levou até a porta e se despediu com um tapinha nas costas e um sorriso no canto dos lábios: – Boa sorte. Você nunca falhou, e não vai falhar dessa vez.

7.

Não estava claro para mim qual era o cacife de Morcegão. E qual milagre o sustentava na crista da onda. Seu grupo, o Grupo X mostrou musculatura ao fechar um grande negócio com o Banco NY33 alguns anos antes de se iniciar o processo de privatização do sistema Telebrás, em julho de 1998. Chamado

"acordo guarda-chuva", ele consistia na criação de fundos de investimento em

Cayman (paraíso fiscal) para os mesmos atuarem arrematando empresas de telefonia fixa e móvel no leilão que ocorreria em seguida no Brasil.

Para concretizar esse intento, foram criados os fundos ALFA e X Fund, ambos em Cayman e complementarmente em contato com os fundos de pensão foi criado um terceiro fundo, este nacional chamado ALFA X, composto por investidores institucionais (fundos de pensão), sediado no Brasil.

Planificada essa engenharia financeira sofisticada, acordou-se que os fundos ALFA e ALFA X seriam fundos espelhos, ou seja, ambos investiriam nos mesmos ativos. Cabe destacar que existem três partes envolvidas nessa transação, sendo que os dois fundos *off-shore* deveriam ingressar com dinheiro no Brasil e registrá-lo no Banco Central como investimento estrangeiro no Brasil, e o fundo ALFA X não precisaria "internar" dinheiro no Brasil.

Para colocar em prática esse negócio foram criadas inúmeras "empresas veículos" (chamadas *holdings* ou sociedades de participações). Tais empresas formam enormes cadeias societárias tendo os três fundos como ponto de partida.

Futuramente, tais cadeias seriam o atual Grupo X, não que o grupo detenha o controle financeiro, mas ele, por meio de acordos e de inúmeros contratos, consegue controlar os conselhos deliberativos, diretorias, fundos gestores e todas as decisões desse conglomerado.

Essa cadeia societária formada e estrategicamente planejada participou do processo de privatização de empresas estatais e arrematou em leilões de telefonia fixa e telefonia móvel. Todo esse cenário criado foi praça de inúmeros fatos, envolvendo notícias de corrupção de autoridades públicas, espionagem industrial (interceptações telefônicas ilegais), manipulação de mídia, ações judiciais, entre outros fatos.

8.

O banqueiro bandido movia, desde o ano 2000, uma guerra fratricida contra o Grupo NY33 e 12 fundos de pensão estatais envolvidos na aquisição das teles descritas, que ele próprio provocara, resistindo firme e principalmente atacando.

Antes da guerra os três foram sócios – um enredo recorrente na carreira empresarial de Morcegão, o que lembra um filme muito conhecido e premiado chamado *O Talentoso Ripley*.

Os fundos haviam aportado ao negócio que prometia um belíssimo retorno à bagatela de 1 bilhão de dólares (Fundo ALFA X – não é preciso dizer, dinheiro público, dinheiro de aposentados públicos); o NY33, 700 milhões de dólares (Fundo ALFA); Morcegão, zero dólares! Não podia dar errado porque ele tinha todo o “apoio” do governo.

9.

De fato, foi barbada: o grupo arrematou o leilão sob as mais variadas e rotundas suspeitas de favorecimento, documentadas no memorial dos fundos de pensão. Assim que o negócio foi fechado, as estatais procuraram Morcegão com o intuito de formalizar as promessas assumidas pessoalmente por ele, e que não tinham sido inseridas no contrato, devido ao prazo exíguo. Além disso, os fundos de pensão não podiam, por lei, administrar o conglomerado de telecomunicações (CTC), sendo obrigados a delegar a tarefa ao sócio Morcegão.

Então, ele informou aos fundos de pensão (fundo nacional), com a maior cara de pau, que seus direitos não seriam os mesmos do Grupo NY33 (fundo estrangeiro). Excluiu-os de todas as decisões vitais da empresa com uma canetada. Quando um sujeito envereda por esse caminho – roendo a corda numa questão bilionária com os poderosos fundos de estatais – de duas, uma: ou é maluco, ou tem as costas quentes. Ou ambos.

A essa altura, chegamos ao governo liderado por O Presidente, que começa em 2002, com muita pompa e circunstância. Morcegão está sob fogo cerrado tanto dos fundos de pensão quanto do NY33 – este também em pouco tempo percebeu a enrascada em que se metera. Má gestão, fraudes, taxas de administração extorsivas; são muitas as acusações dos dois sócios. Os fundos denunciam malversações de dinheiro público, desvios para aquisição de três jatos executivos (35 milhões de dólares); pagamento indevido, irregular e nababesco de advogados nacionais e internacionais na contenda com o Grupo NY33; cobrança de taxas administrativas inexistentes ou extorsivas. E não veem retorno do 1 bilhão de dólares investido. Essa dinheirama, aliás, nunca mais voltou aos cofres de onde saiu. Papai, que nunca foi economista, sempre dizia:

“meu filho, dinheiro que sai da carteira não volta nunca mais”.

10.

Os fundos resolvem tirar Morcegão da CTC, movimentam sua artilharia jurídica

nessa direção. O Grupo NY33 também abre fogo. Ninguém consegue enganar todo mundo por muito tempo quando há muito dinheiro em jogo.

Morcegão resiste empregando seus métodos nem sempre, ou quase nunca, republicanos. Quando ele se dá conta de que O Presidente procura se impor como o nacionalista do século XXI, criando uma poderosa tele nacional, o banqueiro bandido quer incluir a CTC nessa empreitada de muitos bilhões de dólares, mas ainda não tem no governo d'O Presidente as mesmas amizades e facilidades do governo anterior. E, então, lança mão de seus métodos. Contrata uma empresa norte-americana de espionagem chamada CONTROL, dirigida Por um ex-agente da CIA. Ele montou uma central de escuta em São Paulo que passa a bisbilhotar a vida de ministros, presidente da República, empresários desafetos de Morcegão e presidentes dos fundos de pensão.

Em setembro de 2005, Morcegão apresenta à cúpula da revista *Brazilian Observer*, a poderosa revista semanal brasileira, o mais apetitoso quitute da sua grampolândia: uma coleção de extratos bancários em dólares do Presidente da República; do ministro da Justiça; do ministro da Casa Civil; do ministro das Comunicações ; de um senador e até do Diretor-Geral da Polícia Federal, Marcão.

A *Brazilian Observer* resiste à tentação no primeiro momento. Nada de publicar assim, a torto e a direito, sem antes tirar a prova dos nove. Um repórter acima de qualquer suspeita é escalado para dar a volta ao mundo atrás da verdade: "a lista é quente ou não é?" A viagem é demorada. Somente em maio de 2006 uma capa bombástica da *Brazilian Observer* anuncia a lista secreta das contas no exterior de altas autoridades brasileiras, jogando mais lenha na fogueira em que pretende queimar o governo e O Presidente.

O miolo é menos bombástico. "Não sabemos se os extratos são verdadeiros", admite a *Brazilian Observer* envergonhada, "os peritos encontraram neles inúmeras inconsistências". Por que publicou então? "Para que o banqueiro Morcegão não os utilize como instrumento de chantagem". Num boxe, há uma declaração *on the record* de Morcegão de que dera uma contribuição de 50

milhões de reais ao Partido A.

A *Brazilian Observer* circula no sábado estragando o fim de semana de meio governo. Seguem-se os desmentidos esperados, os arrufos, a espuma,

declarações belicosas – mais uma da conservadora *Brazilian Observer* contra o Partido A e O Presidente! Os personagens movimentam-se no pântano.

Ardilosamente, Morcegão articula na quarta-feira seguinte encontro com o

ministro da Justiça, um dos listados, que leva consigo duas testemunhas. Em mais um das suas, Morcegão jura nunca ter havido lista alguma, se houve ele não tem nada a ver com ela. Tudo invenção da revista. O ministro aparentemente aceita o recuo, mas ameaça: “a Polícia Federal vai investigar o caso a fundo”.

Sete dias depois, a *Brazilian Observer* escancara toda a história, entrega Morcegão: ele trouxe pessoalmente a tal lista, afirma sem subterfúgios, dando a nítida impressão de rompimento com sua fonte. O tempo apaga as ameaças, os arrufos, os golpes baixos. Não acontece nada com ninguém. Cinco meses depois dessa capa, sou convocado por Marcão para a missão impossível: fechar a fábrica de chantagens de Morcegão.

11.

Muitos jornalistas me perguntam como se inicia uma investigação. Nunca disse, mas acho que é meio parecido com o início de uma reportagem.

Repórteres e investigadores têm muitos pontos em comum, embora também haja muitas diferenças e os repórteres não ultrapassem o limite das palavras e das publicações, enquanto, para o investigador, as palavras são apenas o começo de uma árdua coleta de provas num ambiente adverso e coalhado de perigos.

Consulto meus arquivos em busca de inspiração. Leio novamente o vasto papelório do caso CONTROL, um verdadeiro cipoal com indícios de cooptação de integrantes da estrutura do estado, integrantes do Judiciário estadual e federal, Ministério Público estadual e federal, Polícias Federal, Civil e Militar, integrantes da Agência Brasileira de Inteligência, integrantes da Inteligência das Forças Armadas, integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência, Receita Federal, Banco Central e de Ministérios de Estado – Casa Civil, GSI, Justiça, Relações Exteriores, Fazenda, Planejamento, Minas e Energia *etc.*

No material apreendido no escritório da CONTROL conseguimos identificar o recrutamento de integrantes de todo o sistema brasileiro de inteligência, ativos e inativos, agentes da CIA e de outros órgãos de inteligência de outros países.

Já sabíamos que a CONTROL era subsidiária desses centros de informações privados gerenciados pelos Estados Unidos, mantidos pelo governo norte-americano, de forma direta ou indireta em vários países.

A CONTROL também cooptou funcionários das empresas de telefonia para fazer grampos clandestinos. Cooptou integrantes de órgãos de governo a fim de fornecer relatórios sobre assuntos confidenciais da própria estrutura do Estado brasileiro com acesso a informações do banco de dados da Receita Federal, COAF – Conselho de Atividades Financeiras, Banco Central e ao Infoseg, que é o sistema da Polícia Federal onde se faz o acompanhamento de processos sigilosos que correm nesses órgãos.

12.

Nas fitas apreendidas há uma série de inusitadas conversas de Morcegão com seu advogado americano que o representou no litígio com o Banco NY33/Grupo NY33. Vale a pena conhecer. É quando começamos a perceber a sua ousadia e acreditar em coisas inacreditáveis. Numa das passagens ele tenta convencer seu advogado a corromper o juiz como a melhor maneira de ganhar a causa.

– Impossível, Sr. Morcegão – recusa-se o *lawyer.*

– Então fale com um amigo dele, um parente, um conhecido, alguém que o influencie – insiste o banqueiro bandido.

O advogado retruca:

– Meu caro, talvez um advogado brasileiro aceitasse fazer isso, mas eu não aceito porque eu não sou advogado brasileiro. E nem a Justiça americana é a Justiça brasileira, que tolera corrupção. E o senhor não insista, porque a sua insistência vai provocar a minha desistência da sua defesa.

Em outra ocasião, Morcegão cogita plantar uma prova falsa dentro do processo. O advogado o desaconselha, a prova falsa seria imediatamente detectada pela Justiça americana e ele iria se prejudicar. A Justiça americana não se deixaria enganar tão facilmente como a Justiça brasileira. O banqueiro bandido volta à carga:

– Mas… e se eu criar essa prova na Itália?

– Se vier da Itália, tudo bem, vai ser juntada aos autos. Mas não sei se vai ser considerada. E se descobrirem que é falsa, o que é uma probabilidade muito grande, o senhor vai responder por crime aqui na Justiça americana.

Morcegão resolve assumir o risco. Viaja à Itália, se apresenta à Procuradoria de Milão, onde corre o processo, articula um depoimento falso, cria essa prova falsa e a apresenta à Justiça americana. Morcegão não tem limites, o seu poder de corrupção se estende aos Estados Unidos e à Europa.

13.

Minhas primeiras providências, quando desci à minha sala, no quinto andar, Ala Norte do "Máscara Negra", foram definir o número de bases de inteligência e a quantidade de efetivo que seriam necessários para a operação. Toda investigação envolve interceptação telefônica e telemática e vigilância dos alvos.

Meu alvo principal morava no Rio de Janeiro. Instalei minha primeira base dentro da sede da Polícia Federal do Rio de Janeiro. Fiquei surpreso ao conhecer. Tinha capacidade para interceptar 20 mil linhas telefônicas ao mesmo tempo. A maior base de inteligência do país. Chegou a custar aproximadamente 24 milhões de dólares. Tudo bancado pela CIA, via programa de cooperação do DEA, destinada ao combate aos narcotraficantes cariocas.

Meu ponto de partida é um HD apreendido no Grupo X em 2004, que estava nos autos do processo 2004.61.81.001452-5. Autorizaram a realização da perícia. A maioria dos arquivos estava criptografada. Chamei dois peritos de reconhecida competência: um especialista em informática originário do ITA e outro em contabilidade bancária e financeira.

Sob meu comando atuam 30 policiais. A maioria não entrará na operação de inteligência. Vou chamar pessoal de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia e outros estados.

Nem eles conhecem moradores das cidades onde vão trabalhar, nem são conhecidos deles, o que é importante para manter o sigilo, um dos fatores decisivos do sucesso de uma operação.

14.

Para atuar a contento numa grande operação como essa, o policial tem de estar

muito bem preparado psicologicamente, além de ter uma boa formação em termos de conteúdo, não só a respeito da sociedade e do estado, como também uma boa percepção do mundo político, econômico e social. Não só no sentido técnico como no seu cotidiano. Na minha equipe só entra quem cumpre meus sete mandamentos: não beber

não fumar

não se corromper

não ter ganância

nem ambição

acreditar no Estado

e em Deus.

O agente de inteligência não deve acreditar nem na sua família. A família nem sabe o que ele faz. E nem pode saber, como forma de proteção dela própria. Um agente de inteligência da CIA, do Mossad, do FSB, do MI5 ou da Inteligência da Polícia Federal segue uma rotina muito especial. A condição número 1 é não ter família. Porque ele fica muitos dias longe do seu lar. O seu lar passa a ser a Unidade de Inteligência.

15.

A nossa Unidade de Inteligência Policial opera a partir de dados coletados em interceptações telemáticas ou fornecidas por informantes recrutados por nós.

Nenhuma investigação pode abrir mão de informantes. Quando você recruta o informante, ele não pode saber, no início, que você é policial nem que ele está dando uma informação para a polícia. Você tem que tirar informação dele sem ele desconfiar a quem ela se destina. É tudo muito dissimulado e sutil. Nada de imposições. “Você vê tal coisa pra mim?”. “Vejo.” É uma encenação em que o *script* é seguido à risca, parece filme ou peça de teatro, coisa de artista. A diferença é que as nossas armas são verdadeiras.

Eu interpreto – sei disso – um papel, o que é indispensável para me sair bem.

Eu tenho que parecer um cidadão normal para a sociedade me encarar como normal. Quanto mais eu me parecer com mais um na multidão, tanto melhor. A minha vida são duas. Vivo nesse mundo real e vivo num mundo que a sociedade não vê. Não posso ter uma vida social que desperte curiosidade. Se alguém pergunta onde trabalho, digo que sou comerciante, empresário, professor ou estudante de pós-graduação, qualquer coisa, menos o que eu sou. Se desconfiam que atuo na Polícia Federal e perguntam o que faço lá dentro eu desconverso:

“Trabalho administrativo.”

“Não prende ninguém?”

“Não prendo ninguém. Só carimbo papéis.”

16.

Qualquer descuido pode ser fatal. Nesse meu serviço, além de vigiar os outros eu precisava me vigiar também, se não quisesse encerrar minha carreira prematuramente. Uma vez, um incidente banal num ônibus fretado, na rota Guarujá-São Paulo quase me desmascarou. Eu estava bem descaracterizado, ou seja, não me diferenciava em nada dos demais passageiros, usava jeans, camiseta e mochila, o figurino básico de um estudante universitário. Não sei se vocês já passaram por uma situação como essa. Localizei um lugar vazio na janela. Na poltrona do corredor estava sentada uma moça. “Com licença” eu pedi, começando a passar. Esbarrei na perna dela, sem querer e a reação dela foi desconcertante:

– O senhor está armado? O senhor não vai assaltar o ônibus, vai?

Além de sentir o impacto, ela viu a ponta do coldre de perna que eu usava e onde guardava a minha Glock baby ponto 40.

Não me fiz de rogado. Em questão de segundos inventei uma desculpa esfarrapada, que chamamos, no nosso jargão de “história de cobertura”:

– Imagina… sou da paz… tenho arma porque já fui ameaçado, fizeram um trote pesado comigo na universidade… Meu pai emprestou, ele é militar (e de fato era, 50% do que falei era verdade).

17.

Tivemos base de inteligência num flat em São Paulo. Quase “caímos”, mais uma vez. Eu cheguei numa Mercedes SLK, cor preta, conversível, outro agente numa BMW M3 amarela e outro usava uma Mercedes CLK preta. “Somos”

filhos de fazendeiros, esclarecemos, eu cursando mestrado na PUC, meus amigos na USP. Dias depois chegam mais quatro agentes. Também ao volante de carros importados – claro, não são nossos, apenas objetos de cena. Um hóspede com vocação para Sherlock Holmes teve a pachorra de alugar os ouvidos do gerente com dúvidas tais como: será que são filhos de fazendeiros mesmo? Será que os carros não são roubados? O gerente não deu pelota, estávamos interpretando muito bem.

Em São Paulo meu perfil podia ser resumido em duas palavras: “solteiro e *bon vivant*”. Falando assim parece muito simples assumir uma nova identidade. Mas é arriscado porque no Brasil não temos uma legislação que proteja a atividade de inteligência e permita mudar sua identidade. A saída é se matricular em cursos, faculdades, arrumar algum emprego ou ser ambulante. Os flats eram sublocados para nós por uma empresa. (Dentro do sistema há empresas que alugam e depois sublocam. Sem saber que é uma sublocação. Se alguém for procurar no registro, quem alugou foi uma empresa).

Em Brasília, meu perfil era totalmente oposto ao de São Paulo: eu tinha família, nenhuma vida social, morei inicialmente num apartamento quarto e sala com mulher e filho, depois alugamos outro com dois quartos, na quadra de prédios de funcionários do Banco do Brasil e posteriormente outro na quadra de militares da Aeronáutica.

18.

Optei por instalar uma base em um determinado hotel. Gostei especialmente do quinto andar, com dois quartos conjugados no fim do corredor. Mandei reservar o 507 e o 508 estrategicamente localizados nos fundos. “Somos um grupo de comerciantes e sacoleiros”, adiantei ao gerente, “que vêm do interior para fazer compras na 25 de março e adjacências”.

– Quando chegam?

– A partir de amanhã. Sabe, não temos horário pra nada, nem hora pra dormir ou acordar. É uma turma muito animada. Enquanto uns dormem outros saem pra fazer compras, sabe como é?

– Sei, vocês frequentam a feira da madrugada… Vão ficar quanto tempo?

– Bastante, se o serviço for do nosso agrado…

19.

– Águia X, sabe quem foi preso nesse hotel? – perguntou Águia 2, em tom de brincadeira, enquanto montava seu laptop.

– Não, respondi.

– O Chico Picadinho. Aquele do crime da mala. Ele cometeu o "serviço" aqui, no andar de cima.

Fazia um sol de rachar lá fora. No entanto, em nome da segurança, janelas e cortinas foram fechadas e luzes acesas.

– De agora em diante vai ser assim, – avisei. – A gente não vê o que acontece lá fora e quem está fora não nos vê aqui dentro.

Nosso território está demarcado. Alojados no fim do corredor, longe do contato com outros hóspedes ou funcionários. Não queremos ninguém, mas ninguém mesmo em nossas fuças. Um acordo com a faxineira elimina também a sua presença: – Nossos horários são imprevisíveis; para não atrapalhar seu serviço faremos nós mesmos a faxina.

Os quartos são grandes, com pé direito alto, como eu gosto. Num deles acomodamos os seis computadores. O outro será usado como alojamento. Águia 2, que é o gerente de dados da operação, distribui as senhas que conectam a um ponto remoto do sistema Guardião.

Já tive que responder muitas vezes a respeito do Guardião. As pessoas ouviram falar nele, foi citado em muitas reportagens na imprensa, mas não sabem o que é fisicamente e nem como funciona. A primeira coisa que tenho a dizer é que ele não é, como a maioria pensa, coisa dos gringos. Não. O Guardião é coisa nossa, invenção original do Brasil, como a jaboticaba e o guaraná.

Nasceu nos laboratórios gaúchos de informática, mais precisamente dentro de uma empresa criada especialmente para atender à Polícia Federal. É um sistema muito prático e eficiente, e, além de tudo, portátil. Ele desvia chamadas

telefônicas recebidas e discadas de dentro da central para a central de CPU. Eu posso ter o Sistema Guardião na minha casa, no meu escritório, na padaria, no fundo do quintal – ele está no meu computador pessoal. Em cada ponto do Guardião você pode interceptar 100, 200, 500 telefones ao mesmo tempo. O

estranho é que, mesmo tendo sido criado em nosso país, a estrutura jurídica orgânica do Sistema Guardião encontra-se na Itália. Mais estranho ainda, a PF

não detém o controle do *know-how* nem das técnicas da construção do sistema e sim os técnicos da empresa.

Tradicionalmente, em todas as operações que coordenei na Inteligência chamo os integrantes da equipe de Águia. Por ordem de hierarquia ou antiguidade, classificados em numerais de 01 a 33. Os colaboradores – o que inclui todos aqueles que não são policiais federais da Inteligência – recebem o codinome

aqueles que não são policiais federais da Inteligência – recebem o codinome Tangerina, acompanhado de seu respectivo número.

20.

Uma base de inteligência pode ser facilmente confundida com um claustro laico, sem nenhum símbolo religioso, em razão de acolhermos e respeitarmos todos que professam o seu culto e sua fé. Não se ouve música, nem som algum, geralmente ninguém fala, para não atrapalhar a concentração nos dados coletados que estão sendo analisados. Fone nos ouvidos, tela de computador à frente, o analista não pode se distrair. Ele passa oito ou doze horas seguidas ouvindo. E transcrevendo. Não importa se alguém está falando, ele não pode tirar o fone. Quando vai almoçar fica alguém em seu lugar. Ninguém sabe quando haverá uma conversa que identifique uma conduta criminosa a ser transcrita, se é de manhã, à tarde ou na madrugada.

Seria muito bom se a gente pudesse deixar o gravador ligado, gravando tudo e depois transcrever. Muitos imaginam que funciona assim, que é tudo automático.

Mas não. Para cada linha telefônica o ideal são três analistas, oito horas de escuta para cada um.

O analista é a peça chave nessa fase da operação. Se não entender o que estão falando, se transcrever de forma incorreta os diálogos, se não aproveitar os

momentos em que os crimes são planejados o resultado pode vir a ser igual a zero.

Algumas regras são obedecidas. É proibido transcrever qualquer conversa íntima ou aquilo que não interessa à investigação. Os trechos transcritos são copiados. Uma cópia integral das gravações e dos relatórios segue para mim, outra para dois Juízes Federais, outra para um Procurador da República.

21.

Vocês podem supor que tudo isso aconteceu num piscar de olhos. Marcão me chamou para a operação, eu montei as bases estalando os dedos e começamos a

"ouvir" os suspeitos à distância. Seria bom se fosse assim. Mas a realidade é bem diferente. Como eu já disse, Marcão deixou bem claro que não havia tempo a perder, o interessado era o homem mais forte do país, mas nem assim eu escapei do labirinto burocrático inerente às investigações. Eu não podia, apesar de meu alvo já ter dado provas suficientes de que agia nas sombras e ao arrepio da lei, como se diz, iniciar as interceptações no dia seguinte ao que recebi a missão. Muito longe disso. Tive que encarar uma longa prova de obstáculos até chegar lá. A base de inteligência, tudo bem, eu podia montar, mas o que fizemos lá dentro, durante longos, sei lá, seis meses foi decifrar o HD apreendido em uma operação anterior, cujos arquivos – a maioria, como era previsível –

estavam criptografados. Daí a demora. Não gravamos nada nem ninguém enquanto isso. Estávamos de mãos atadas. Éramos águias dentro da gaiola. Meu foco nesse período foi procurar indícios sólidos de crimes financeiros do Banco X nas operações existentes nos arquivos; se eu conseguisse encontrá-los, tudo bem, o juiz me liberaria para as interceptações; se não, nada feito, eu teria de procurar mais.

A história do judeu errante podia ser comigo, se eu fosse totalmente judeu.

Em parte, sou: o Pinheiro do meu sobrenome não me deixa mentir. Quero dizer com isso que eu não tinha um lugar fixo, morava um pouco em Brasília, em parte no Rio e a maior parte do tempo em São Paulo. Ora eu me encontrava na capital do país, na minha sala oficial, onde despachava o dia a dia, e que eu dividia com meus comandados, uma espécie de redação de jornal, para resumir; ora na nossa base de Brasília, no "Máscara Negra" também, mas isolada de tudo e de todos, persianas abaixadas 24 horas por dia.

De lá, se preciso fosse, embarcava para o Rio a qualquer hora do dia ou da noite; dias depois podia desembarcar em São Paulo. Na capital mais pujante do país, o centro nervoso das operações que estou rastreando, não permaneço menos de duas semanas. É o mínimo. Resolvo me hospedar num hotel próximo à base. De vez em quando dou uma incerta na base, a qualquer hora, até de madrugada para checar se todos estão trabalhando – seguro morreu de velho.

Surjo do nada, como se fosse o Aladim da lâmpada mágica – por conta desse comportamento ganhei deles um apelido que não me desagrada: “Ninja”.

22.

Investigação policial é como CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito): todo mundo sabe como começa, mas não como termina. No dia 24 de agosto de 2007

recebi um chamado via rádio que me pareceu normal: – Alô? Águia 2 para Águia X!

– Águia X falando. Prossiga.

– O que acha de almoçar no Sujinho?

Nada mais inocente do que marcar almoço num lugar simpático, apesar do nome constrangedor. Mas já foi pior. Era conhecido como Bar das Putas nos anos 1970, é o que contam boêmios da época, catedráticos no assunto. O que mais importava ao Águia 2 naquele momento passava longe da boca e do estômago. Tanto ele, quanto eu e os demais Águias mergulhamos de cabeça na missão. Esquecemos tudo o mais. Nem comemos direito. O “almoço” foi só um pretexto para ele passar relatórios para mim fora da unidade de inteligência.

– Achei que você devia saber disso – disse-me ao entregar um maço de folhas de papel e um envelope com um CD.

– Obrigado. E como estão as coisas?

– Tudo nos conformes. Por que não estaria?

– Não apareceu nenhuma assombração do Chico Picadinho?

– Deixa pra lá. Vamos pedir?

Interceptações da base carioca desse dia captaram uma conversa que introduziu novo elemento na investigação e aumentou o leque de investigados. É

um telefonema enigmático, no qual estão implícitas operações que não podem ser feitas à luz do dia. Estava sendo interceptado o telefone de Harpo, sócio e ex-cunhado de Morcegão quando, às 16h42, uma voz até então desconhecida entrou na linha. Não foi difícil reconhecê-la, visto que seu portador se transformara em arroz de festa na mídia brasileira e até recebeu epíteto nada modesto: megainvestidor. No primeiro "alô" já fica mais ou menos óbvio: quem fala é o Cobra.

Diz Harpo:

– Não… é que eu estava checando com… aquele que… aquele que estaria disposto a fazer um acordo… o que ele me disse… é que eles querem tudo com você… e que a única discussão agora é como fazer a mecânica da coisa, é isso?

Tudo indica haver um impasse em torno de comissões a que o Cobra teria direito. Diz ele: – Ele me falou o seguinte: "eu falei, escuta parece que você tá complicando". Ele falou: "não tô complicando nada… eu… ninguém tá falando comigo do assunto". Falei: "então eu vou pedir para o Morcegão resolver esse

comigo do assunto". Falei: "então eu vou pedir para o Morcegão resolver esse negócio". Ele acabou de ligar agora e disse: "acho que tem um mal-entendido.

Harpo ia dizendo que eu tô bloqueando o pagamento…" Eu falei: "não é que tão dizendo que eu falei que você não tá resolvendo o negócio, ninguém falou".

Falei: "bom, eu quero que você fale e resolva, e você propôs um valor que eu acho muito baixo e eu pedi pro Morcegão arredondar esse negócio a dez, falou?

Segunda-feira a primeira coisa que eu faço eu falo com ele". Falei: "tá bom, obrigado"… agora… acabou de ligar.

Harpo mantém a posição:

– Eu sei, mas eu acabei de falar com ele… depois de ter falado com você e ele afirmou que… em termos de valor, ele não mudou em nada.

23.

Dinheiro é artigo de luxo quando o assunto é investigar banqueiro bandido.

Nem um chefe amigo e consciente de que economia nessa hora pode equivaler a prejuízo maior nos cofres públicos, como Marcão, queria saber de muitos números. Já começou com a questão do efetivo. Eu pedi 50 homens – digo homens genericamente, seriam homens e mulheres – ele autorizou vinte e seis, depois de muitas negociações. Agora eu precisaria de mais reforços.

– Alô. Águia X para Águia 14. Me encontre no Le Vin dos Jardins às 19

horas.

Escalo os Águias 14, 15 e 16 em missão de vigilância e observação vinte e quatro horas ao Cobra, na qual se revezarão com outras duas equipes de Águias.

Peço ao juiz Érico autorização para "ouvir" todos os seus telefones amparado nas conversas não republicanas já flagradas.

24.

Muitos diálogos lembram *O Poderoso Chefão*: Marlon Brando, no caso, o Cobra, aparece envolvido numa teia de negócios fabulosos, em muitos dos quais Morcegão é seu parceiro ou seu rival. Ao telefone, Cobra é mais prolixo, mais temperamental, fala o que sente, parece pouco se lixar se o estão ouvindo ou não. A trilha sonora ideal para suas falas seria um tango. Morcegão é mais frio, suas conversas são enigmáticas, cifradas. Quando se falam diretamente é por monossílabos, negócios entre eles não são encaminhados pessoalmente e sim por terceiros, orientados por eles, nunca por telefone, nem no Blackberry no qual o banqueiro bandido confiava muito. Muitas vezes o pegamos recomendando "fala no pretinho" a um interlocutor, quando mergulhava num assunto mais escabroso.

Mas a gente escutava o pretinho, o voip, o skype. Interceptamos os e-mails por meio de um sistema francês que a Agência de Inteligência o Serviço Secreto da França cedeu em comodato.

25.

Até meus inimigos e algozes admitiram que eu era o mais capacitado, em virtude da minha formação, a decifrar o emaranhado financeiro dessa organização. A escalada meteórica de enriquecimento ilícito do Grupo X é visível – foi o que

constatamos logo no início das investigações. Identificamos a prática de manobras de investimentos com o uso de informações privilegiadas e criação de inúmeras empresas, muitas delas de “prateleira” utilizadas única e exclusivamente para operações de mútuo e AFACs (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital), formando um complexo cipoal que torna praticamente impossível rastrear o dinheiro da organização. O grupo é formado por centenas de empresas financeiras e não financeiras, nacionais e internacionais (*off-shore*).

26.

Recebo periodicamente de Marcão notícias frescas do Planalto. Posso reproduzir praticamente na íntegra uma delas: – O Presidente não aguenta mais as chantagens. Mandou perguntar quanto vai demorar para pegá-lo.

– É uma longa investigação, Marcão. Não sei quanto vai demorar, depende de muitos fatores que você conhece muito bem.

– Ele não quer que te falte nada.

– Eu me sinto lisonjeado, não estou acostumado a ser mimado pela cúpula palaciana.

– E também fez duas recomendações: todo cuidado com o sigilo. O assunto não pode vazar da porta dele pra fora, nem para o andar de baixo.

– Ele tem toda razão. E o maior interessado na preservação do sigilo sou eu. E

qual foi a outra recomendação?

– Ele mandou acelerar o andar da carruagem.

– Não adianta correr e sim fazer bem feito.

– Sabe como ele se refere ao Morcegão ultimamente? Um escroque!

27.

O esgotamento físico é fenomenal. É um trabalho solitário que é compartilhado só com aquele grupo que você está vendo todo dia. As mesmas caras, as mesmas conversas. Você não pode dialogar com ninguém na rua. Você sai na rua meio

como um zumbi. Você tem que sair da base como um ilustre desconhecido e voltar como um total anônimo. Ninguém pode perceber que você saiu daquela base de inteligência e voltou. Você não pode reclamar “Olha, eu quero ver a luz do dia”.

Não tem domingo, não tem feriado. É um trabalho muito insalubre e de total exaustão, ao fim do qual os analistas saem com uma sequela, que é recuperável ou não. Cada um sai com uma. Você não tem vida. Pode dar uma síndrome do pânico: você imagina que aquela base de inteligência pode ser estourada a qualquer momento. “Vamos ser descobertos, todo mundo vai morrer.” Ou a síndrome de que a base vai ser descoberta, os bandidos vão levar tudo e matar todo mundo depois. Ou que vão incendiar, vão jogar uma bomba. De todo modo, não estamos sós. Temos a cobertura de três homens da contrainteligência que circulam do lado de fora para nos proteger.

28.

Agradeço diariamente a Graham Bell por ter inventado essa máquina maravilhosa chamada telefone. Se ele não existisse, não teríamos como reunir provas, visto que ninguém confessa culpa por atos ilícitos de livre e espontânea vontade. A entrada em cena de Cobra abriu caminho para outras linhas de investigação que poderiam, inclusive, ajudar a esclarecer casos de corrupção do passado. E novos personagens nos são apresentados.

Quase diariamente o ex-prefeito de São Paulo Jabuti telefona para o doleiro Lincoln ou mesmo para Cobra pedindo dinheiro. Normalmente falam em código.

Ele costuma receber valores semanalmente, em torno de 40 mil a 50 mil dólares, que busca no escritório de Lincoln ou de Cobra ou manda um *office boy* buscar.

Preferia receber em verdinhas, provavelmente por não confiar na conversão cambial de Cobra. Ao menos uma vez ele exigiu não 50 mil, mas 500 mil dólares. E então tomou um chapéu de Cobra, que gostava de gozar com sua cara.

Ele instruiu – nós acompanhamos nas interceptações – o doleiro a distribuir a bufunfa entre eles, escanteando o “dono” da bolada.

Quando vem receber a pequena fortuna, a bordo do elegante Santana, registrado em nome de outra pessoa, só então Jabuti é informado que em vez de 500 mil, terá apenas 300 mil. A sua reação de contrariedade, que beira o cômico, é

comentada depois num telefonema de Lincoln para Cobra. Os dois dão boas risadas com o episódio. Também captamos comentários de Cobra segundo os quais Jabuti chegava a receber 2 milhões de dólares num mês.

Jabuti e Lincoln também tratam de assuntos relativos a precatórios municipais, mas não é possível nessa fase afirmar se são ou não negócios lícitos.

Quando foi prefeito de São Paulo ele esteve envolvido em escândalo relacionado ao pagamento de precatórios.

O ex-prefeito acabou vindo a óbito anos mais tarde. E com ele foram-se todas as contas do dinheiro desviado da cidade de São Paulo. Uma coisa é certa: quem cuidava desse dinheiro desviado era Cobra, em negócios operados pelo banqueiro bandido.

29.

Temos uma equipe de vigilância para cada alvo. No dia 28 de agosto de 2007, a equipe de vigilância do Rio de Janeiro comandada pelo Águia 9 segue o carro do operador Willy, homem de confiança de Morcegão, num carro descaracterizado desde a sede do Banco X. O Rio é diferente de qualquer outra cidade. As pessoas falam alto, e muito, e estão sempre sorrindo. Carioca silencioso é uma raridade. Mas não só as pessoas, tudo fala mais alto. Os cartazes publicitários, os postes, e as árvores estão em constante movimento, parecem dançar. Pena as janelas estarem fechadas. Willy aproveitaria melhor a viagem sentindo o vento quente bater em seu rosto.

Em poucos minutos o veículo alvo encosta junto à calçada do Santos Dumont, aeroporto plantado no centro da cidade. Willy desce, e é seguido imediatamente pelo Águia 9. Entra no saguão do aeroporto, um dos mais compactos e bonitos do Brasil, onde não é difícil topar com astros e estrelas da TV Globo. Ele vai ao café, tudo indica que está à espera de alguém. Águia 9 acompanha a certa distância. Filma e fotografa tudo o que ele faz: telefona, vai à banca de jornais, vai ao banheiro, assoa o nariz, joga o papel do sorvete no chão.

Em pouco tempo Willy se posiciona junto ao portão de desembarque. Fuma um cigarro. Em meio a passageiros, homens e mulheres, de diversas alturas, rostos bonitos e feios, gordos e magros, senhores que já passaram por tudo na vida e jovens com pranchas de surf, finalmente alguém se aproxima dele e o cumprimenta amistosamente. Saem abraçados, conversando como dois velhos

amigos, em direção ao carro. Águia 9 entra de novo em sua viatura descaracterizada. Os veículos deslizam sobre o asfalto quente, o sol os acompanha por trás do Corcovado, não há como não acompanhar, nem que seja com um olho só, a paisagem mais espetacular de todas as cidades brasileiras.

Chegam de volta à sede do Banco, onde os dois amigos – é o que parecem ser –

desembarcam.

A equipe Águia espera pacientemente até que o "amigo" de Willy volta à calçada e embarca de novo no carro que o trouxe. Mais uma vez o destino é o Santos Dumont. O homem é acompanhado dentro do aeroporto pelo Águia 9, filmado e fotografado até o momento de embarcar para São Paulo.

De volta à base, Águia 8 e Águia 9 relatam tudo o que viram no Relinte (relatório de inteligência) e anexam fotos e vídeos. O relatório é encaminhado para o Águia 2, que o repassa para mim. Reconheço o homem pelo bigode: o político Addams.

30.

"Fale com a Margaret Thatcher, fale com a Margaret Thatcher!" Morcegão atiçava Addams a procurar a Casa Civil. Morcegão tinha pressa. A Casa Civil não abria a guarda. Não deixava Addams chegar até O Presidente, nem dentro nem fora da agenda dele. Morcegão mandou, então, seus "jornalistas"

trabalharem em duas frentes: deveriam publicar, por um lado, matérias favoráveis à criação de uma supertele nacional, com o objetivo de fazer O

Presidente se animar a engordar, com uma emenda de 12 bilhões de reais, o orçamento geral da União, a fim de viabilizá-la, formando a Super Telecomunicações (CTC e mais duas: OTC e STC) e, por outro, espalhar futricas e fofocas a respeito de seu primogênito, sócio de uma empresa prestadora de serviços aos três grupos. Com capital doado, salvo engano, pela construtora controladora da STC.

Identificamos em nossa investigação a intenção de Morcegão de criar dossiês com o intuito de sugerir que estaria havendo um certo favorecimento ao filho d'O Presidente no sistema de telefonia. E também levantar acusações de que teria praticado algumas ações tidas como ilícitas. Essas suspeitas se

transformaram em pauta na mídia brasileira graças a Morcegão e sua “equipe de jornalistas”. Eles plantavam notícias segundo as quais o primogênito teria negócios com o seu grupo, seria sócio em fazendas, investidor em gado, proprietário de resorts até fora do país (em Trinidad Tobago), negócios no Panamá, seria dono de hotéis… aviões… helicópteros. Nós encontramos as fazendas, as cabeças de gado somente no nome do banqueiro bandido.

31.

A singular ocorrência que merece atenção especial dos nossos analistas é a conduta da esposa de Morcegão. Apesar de constar na comunicação do COAF, ela não exerce aparentemente qualquer atividade nos negócios do grupo, mas figura como sócia-administradora de pelo menos três empresas: 171

Participações e Empreendimentos; 29 de Fevereiro Empreendimentos Participações e Incorporações e Coube Incorporações e Participações.

Inacreditável. Ela mantinha cerca de 1 bilhão de reais, aproximadamente, em sua conta de pessoa física do Banco X, sendo que não teria fonte de renda para tanto, de onde podemos concluir a utilização dessa conta para lavagem de valores em favor do grupo, uma vez que ela já é usada como “laranja” para abertura de empresas.

Na época, o Banco Central abriu um procedimento de fiscalização na conta de pessoa física dela, a fim de verificar a origem do inusitado valor. Até hoje não se tem informação do resultado.

32.

Manhã de 3 de setembro de 2007. Estou cumprindo missão em Porto Alegre.

Antes de começar o dia, que promete muito sol, vislumbro através da janela do hotel uma paisagem muito tranquila, na qual predomina o Rio Guaíba. Atendo ao telefone ainda embalado pelos bons fluidos que a natureza me proporciona.

Do outro lado uma voz familiar me traz de volta à realidade:

– Águia X? Aqui Águia 1. O Marcão caiu.

Desligamos. Minha reação inicial foi ignorar o telefonema. Não podia ser

verdade. Deve ter sido trote. Há menos de um ano ele garantiu que ficaria ao meu lado até o fim da Operação. Ao longo desse período não houve um fato que motivasse mudança de rumo. Ele tinha suficiente intimidade comigo para relatar se tivesse havido algo. A única forma de saber se era fato o que eu acabara de ouvir seria chamá-lo no celular.

– Você sai e nem me avisa – finjo esbravejar quando ele me devolve um “alô”

xoxo.

– Eu não saí, fui saído. Soube pela imprensa. Venha com urgência.

A paisagem do Guaíba, que segundos atrás me parecia tão poética agora toldou-se, anunciando uma tempestade. Nuvens escuras aos poucos tingiam o azul celeste do céu. Eu não tinha certeza se a mudança abrupta se devia à notícia nefasta ou se a notícia nefasta se devia à mudança abrupta. Fiz a minha pequena mala de viagem, pedi o *check-out* e me abalei para o aeroporto Salgado Filho.

Desembarquei no aeroporto Juscelino Kubistchek, em Brasília, antes da hora do almoço. Não conseguia me desvencilhar de maus pensamentos. Rumei direto para o “Máscara Negra”. Marcão estava naquela hora sendo recebido pelo presidente da república. Por volta das dez da noite Marcão chegou. Parecia não se lembrar que me chamara de volta urgente. Não queria conversar. Foi arrumando as gavetas, separando livros. A única frase que arranquei dele foi:

– Não se preocupe. Isso não tem nada que ver com a Operação ou com você.

Ainda há pouco O Presidente me disse que a operação tem que continuar, cada vez mais contundente.

33.

No dia 4 de setembro de 2007, onze meses depois de iniciada a investigação, apresentei o seguinte relatório:

O conjunto probatório até agora obtido é indicativo de que o Grupo X, chefiado por Morcegão e outros, é uma organização e quadrilha especializada na prática de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, realizadas através de investimentos irregulares de nacionais e pessoas residentes e domiciliadas no Brasil em fundos no exterior, além da probabilidade de ocorrência de crimes de ocultação de

capitais; A suposta organização criminosa que se investiga é praticamente de caráter familiar (irmã, ex-cunhado), fechando-se por meio da utilização de diversos meios de comunicação e com possibilidade de utilização de telefones cripto, bem como de tecnologia para criptografia de dados; Nesse contexto, com o fim de assegurar o êxito da atividade de análise e com o objetivo de acompanhar a prática de novos atos ilícitos pelo grupo (crimes de formação de quadrilha, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e crimes contra a administração pública) é que se solicita a interceptação das comunicações via protocolo de internet do range de IP.

34.

Até mesmo um sujeito precavido como o Morcegão comete muitos erros primários em seu dia a dia. É nisso que acreditamos enquanto lutamos contra o relógio, contra o perigo e contra o capital que ele detém. Eu me pergunto: "por que ele falava ao telefone frequentemente com sua irmã, se eles trabalhavam no mesmo endereço e moravam a poucos passos um do outro?" Excesso de autoconfiança, deve ser. O banqueiro bandido estava convencido de que ninguém conseguiria interceptá-lo. Nós provamos o contrário. Por exemplo: no dia 13/11/2007 ele combina, em telefonema à sua irmã Virgília estratégias de defesa em algum dos vários processos judiciais a que responde:

– Bom, o que vou precisar pra amanhã é esse negócio do X Fund. E o problema é o seguinte: tem uma tese… eles tão desenvolvendo uma tese que o banco X… o Fund, tudo isso… é um alter ego… não tem uma estrutura jurídica aqui.

Virgília não entende do que se trata, ele explica:

– Não tem uma estrutura jurídica, é um alter ego. E o Banco X claramente não se caracteriza num alter ego. Depende de pessoa e de outra pessoa. Pode não ter participação na direção. E o X Fund… eu vou precisar dar alguma explicação da parte administrativa e comercial aí pela diretoria. E o Fund quem *run*? Quem toma as *investment decisions*? Quem é?

São tantas empresas, são tantas situações administrativas e tantas tramoias que até ele, o autor dessa grande salada financeira se perde, não sabe mais quem manda em quê. A mana o socorre:

– Eu estive pesquisando aqui o tempo inteiro, e o Caronte junto comigo e com você era o diretor do Fund o tempo inteiro. Do Fund e Diretor da IMC. Que é

diretora do Fund. Tudo lá fora. Dentro, o *investment decision* tinha um contato para a parte brasileira que era de uma outra empresa, a OAM, depois gestora etc., mas uma empresa da qual Caronte participou durante pouco tempo, ela era eu, você; depois eu, você, Fulano e Sicrano; depois eu, você, Fulano, Sicrano, Beltrano e mais um. Um monte de gente. Mas em 1997 Caronte pede demissão dessa empresa, então Caronte não era. E depois que sai todo mundo, Sicrano e esse povo, só ficamos eu e você. Então não tem uma grande vantagem aí. A não ser a gente explorar pelo fato de que Caronte lá em cima como diretor era quem tomava as decisões.

Morcegão tenta encerrar o assunto e passa uma lição de casa para Virgília:

– Amanhã eu vou falar com você e você me traz um prato pronto, tá?

Como ela não responde positivamente, ele enfatiza a ordem:

– Está entendido pra gente fazer um prato pronto amanhã?

Virgília concorda. E então recebe outra tarefa dele:

Virgília concorda. E então recebe outra tarefa dele:

– E o outro assunto que ele quer é o seguinte: ele quer que eu veja se eu tenho participação no Fund, se me perguntarem…

– As empresas?

– É. Aí você vê. E eu quero saber qual foi o primeiro *statement* que a gente fez, que eu tinha empresa que tinha interesse direto, eu tinha participação direta no Fund. Eu preciso de uma coerência nisso. Para amanhã, se tiver que responder alguma coisa, qual é o valor que tem… qual era o valor que tinha…

Então, para essas duas perguntas eu preciso amanhã das respostas.

Virgília é prestativa, se oferece para responder naquele momento:

– Essas duas eu já até tenho. Mas eu posso te dar amanhã também.

Ele é inflexível:

– Não precisa agora, não. Você pode me dar amanhã. Amanhã eu falo com você e você já se bota toda bonitinha que eu ainda vou ter que… preparar aqui uma… uma porção de outras coisas e quando você for fazer as respostas você tem que levar em conta esse assunto do… é importante o Fund não ser alter ego.

E o banco não é alter ego.

35.

Eles conversam de novo no mesmo dia 13/11/2007, apesar de ele ter pedido para ser no dia seguinte. Virgília informa ao irmão como funciona o Fund que ele próprio criou:

– Existe uma série de pessoas administrando o Fund, não é uma pessoa sozinha.Tem o Juca, que comanda uma mesa… Vários analistas… Vários *traders.* .. ninguém toma todas as decisões.

O banqueiro bandido gosta: – Mas é bom, muita gente. Quanto mais a gente vai espalhando, mais ele vai chamando.

Quem é "ele"? O advogado? O sócio? O ministro? Não sabemos. Virgília também se refere a "ele", sem dar pistas a respeito da sua identidade:

– Eu falei isso e ele me perguntou especificamente a respeito das decisões de compra da CTC. Eu saí escorregadia… escorregadiamente, mas o correto teria sido dizer Caronte.

– Hein?

– Entendeu? Então hoje eu até já combinei isso com o Caronte. Oh, Caronte, você era diretor do fundo…

36.

Eles não param de falar, o que é muito bom para nós e péssimo para eles. As conversas são enroladas, com muitas reticências e buracos negros, mas é evidente que se trata de construir manobras para burlar a legislação financeira, dentre outras. Foi o que concluí ao ouvir a gravação de 14/11/2007 às 10h46m20, na qual eles esmiúçam ainda mais o caso do X Fund. Virgília esclarece as dúvidas do irmão:

– O negócio do Caronte é aquilo que a gente já tinha, aquilo que eu te falei ontem, ele foi diretor o tempo inteiro e acho que você tem que dizer que falou com ele, e com quem ele falou lá dentro você não sabe.

Morcegão parece desconhecer em que consiste a participação de seu ex-sócio:

– Qual é a relação formal dele com a empresa, ele é sócio?

– Ele é diretor do Fund. E ele não é nada da empresa que gere aqui dentro do Brasil, mas do Fund ele é diretor. E foi diretor o tempo inteiro, hoje não é mais, deixou de ser no ano passado…

– OK! Quem resolve isso com ele? Vai ser diretor ou não vai ser, posso dizer que é você? Quem toma essas decisões, se não sou eu?

– Não. Ele que pediu demissão. Não sabe.

– Mas aí quem indicou outro diretor, como é que não sei se eu sou… eu tenho que dar uma procuração… Alguém tem que ter tomado essa decisão, não fui eu.

– Não, você não sabe, você não tá olhando o Fund.

– Quem elege o outro diretor, Virgília?

– Então é o *lawyer*, é o *lawyer*, o Caronte pediu pra sair, aí eles lá veem quem é que deveria sair e tal, colocam um outro diretor, eu não sei, não acompanho isso…

– E quem tinha a procuração? Se sou o acionista majoritário da ALFA X

alguém tinha procuração.

– Isso não tem nada a ver com a ALFA X, eu tô falando do Fund…

– Mas se você é o acionista majoritário da companhia, você não votou na assembleia? Se eu não votei na assembleia, dei a procuração para alguém. Pra quem eu dei a procuração?

– Pra mim. Eu tenho a sua procuração.

– Ah, então eu vou dizer que você tem…

– Eu sei, mas não é o ideal porque eu tenho a procuração de tudo e não só disso…

37.

À medida que as investigações avançam, ficamos cada vez mais íntimos dos nossos investigados. Dormimos com eles, acordamos com eles, tomamos café da manhã com eles, almoçamos com eles. Até mesmo as pessoas mais fechadas, as que têm mais segredos para ocultar acabam se traindo, revelando traços obscuros de suas personalidades. Eu me lembro perfeitamente de uma frase antológica de Morcegão durante conversa com a sua diretora jurídica, gravada no dia da Proclamação da República, 15 de novembro de 2007, na qual percebemos traços messiânicos – até parece Moisés falando do alto da montanha. Diz Morcegão:

– Se eu disser que vai acontecer, vai acontecer!

Eles falavam a respeito de *personal guarantee*.

– Por que eu não garanti o NY33? Porque eu não estava com a menor vontade de garantir o NY33. Ponto. Eu garanto quem eu quiser. Eu garanti que ele ia receber esse dinheiro de volta. Ah, como é que você sabia? Ah, porque eu sabia.

Se eu disser que vai acontecer, vai acontecer. Por exemplo, eu garanti que a gente ia conseguir um crédito pra pagar a onda de prestações, aí o pessoal da STC conseguiu um crédito com o coisa… Eles não queriam dar de jeito nenhum e a única alternativa foi… eu tive que dar *personal garantee.* E eu dei. Ah, por que você deu? Porque eu quis, achei que não tinha problema, né. Dei. “Você ganhou alguma coisa por conta disso?” Não. É… É fácil aí, o difícil é no documento, gente.

38.

Estamos seguros de que todas as operações do grupo nascem de uma conversa entre Morcegão e sua irmã Virgília. Eles decidem a maioria das pendências. Um dia Morcegão ficou preocupado com a posição da sua mulher no grupo. Já tem muita coisa no nome dela, adverte ele, quando a irmã informa que iria passar pra ela “a questão do leilão”. Diz Morcegão:

– Eu fiquei pensando depois… Tá muito família pra lá, família pra cá, não sei quê, fica a suspeita de que… Não acho bom, não. Acho melhor passar para uma

outra pessoa, um advogado.

– Então tem que pedir o número, o nome… que não seja ele.

– É melhor que não seja.

– É fundamental que não seja, por causa daquele arranjo que a gente acabou de fazer…

– Tá… Então era melhor que não fosse nem no escritório dele.

– É melhor que não fosse no escritório dele… Acho que é melhor ficar longe dali.

39.

Eu estava até me esquecendo de contar a posse do novo diretor geral. Talvez por não ter sido convidado, talvez por não ter acontecido nada além do que acontece habitualmente em ocasiões como essa, uma cerimônia monótona e enfadonha. Um mês depois, em outubro de 2007, numa rápida conversa particular, percebi pela primeira vez o quanto as coisas iriam mudar dali pra frente. Águia 16 me chamou para conversar num canto da base de inteligência de Brasília.

– Queria dizer tchau. Estou indo embora…

– Como assim? Por quê?

– A minha autorização de permanência não foi renovada… É oficial.

– Deixe-me ver…

Ele mostrou um papel com timbre da Polícia Federal. “De acordo com as determinações do diretor-geral estão proibidas as renovações de permanência de agentes em outros estados.”

– Viu só? Então, até mais…

40.

Em 5/11/2007, às 11h25m, Cobra conversa com seu doleiro e operador da Bolsa.

– A Cesp [Companhia Energética do Estado de São Paulo] vai ser privatizada

– diz Manoel.

Cobra confirma: – Eu sei. Eu soube pelo Guerra.

Manoel propõe: – Vamos arrematar um “termo” e aguardar uns seis meses e ganhar uma grana preta.

41.

A cada dia sofro novas baixas. Há bem pouco tempo queriam saber se eu tinha tudo o que precisava, perguntavam o que estaria faltando. Agora vão tirando, aos poucos, meus melhores guerreiros. (Guerreiros da sombra e do silêncio – é como nos chamamos.) Depois de perder dez Águias, telefonei para o novo diretor-geral. Jorginho não atendeu, ao contrário do que fazia Marcão, e sim a sua secretária. Ela me enrolou, como toda boa secretária faz, com aquela conversa mole de que falaria com ele e me daria um retorno assim que possível. Não esperei pelo retorno.

Tentei solucionar o problema com meu novo chefe imediato, já que meu acesso à cúpula fora bloqueado. Eram essas as novas diretrizes. O novo Diretor de Inteligência Policial, Paiva, um colega do Programa Antiterrorismo da Polícia Federal com estreitas ligações de trabalho com a CIA, e muita influência dentro da estrutura de Inteligência da Polícia Federal em razão dessa conexão, recebeu-me amistosamente no quinto andar do “Máscara Negra”.

– Quanto tempo! Vai ser um prazer trabalharmos juntos.

– Paiva – interrompi –, não quero ser indelicado, mas tenho uma questão urgente a tratar com você.

– Sou todo ouvidos.

– Estou perdendo efetivos em meio à fase mais aguda da investigação.

– Normal. É sempre aquele vaivém, uns vêm, outros vão…

– Estão todos indo, Paiva, não chegam substitutos. A operação está minguando. Isso é grave.

– Temos as limitações de sempre, o orçamento apertado… É assim mesmo.

Ele continuou na defensiva por alguns momentos, até me fazer uma proposta concreta:

– Quer saber, Protógenes? Você tem razão. Esse teu trabalho é estafante. Está na hora de você mudar, não acha? Sabe que estão aparecendo vagas de superintendente em algumas capitais bem legais? O que acha?

Podia ser apenas coincidência, ou seria a sombra de Morcegão pairando sobre a Polícia Federal? A respeito disso eu ainda tinha algumas dúvidas, mas não quanto à minha disposição de ir até o fim.

– Muito obrigado, Paiva, pela gentileza, mas não aceito. Não adianta me tentar, eu não vou sair dessa investigação da qual me incumbiu o antigo diretor-geral, e que por sua vez a recebeu diretamente d'O Presidente.

– Não, eu tenho ciência desse trabalho, mas essa operação é uma roubada. Vai por mim. Meu antecessor disse certa vez mais ou menos isso: "Se não deflagrar essa operação, vai dar merda. Se deflagrar, vai dar merda também. A merda vai ser maior ainda se deflagrar".

ser maior ainda se deflagrar".

– Isso que você me propõe, Paiva, chama-se corrupção. Se você e o Jorginho querem me tirar da investigação, vocês têm que me tirar abertamente e justificar porque me tiraram. Não vai ser assim, com propostas de promoção, que vocês vão conseguir o que pretendem. Eu não aceito ser promovido a não ser por antiguidade. Eu não sou moleque de deixar pela metade uma investigação policial, ainda mais desse porte e dessa importância para o povo brasileiro, em que ele pode conhecer os meandros da podridão em que está atolada esta República.

42.

Não sabemos em que cidade eles estão, em que país, se estão num resort, velejando num iate ou num almoço de negócios na Europa, mas não há dia em que Cobra e Morcegão não falem de negócios passados, presentes ou futuros. No dia 18/9/2007, às 11h23, Cobra telefona para Cobra Jr.:

– Tô aqui com o Morcegão falando daquela área que eles tinham oferecido para ele. Por quanto vocês compraram a área?

– Pai, nós fizemos uma permuta. Uma permuta financeira.

– Pro dono da terra?

– Pro dono da terra. Nós fizemos permuta financeira, ele não vai receber nenhum tostão.

– O que vai entrar na permuta financeira?

– Vinte por cento de um VGV na primeira fase. São várias fases no VGV, na primeira fase de 300 milhões… Mas é primeira fase, ainda tem toda a fazenda atrás. Nós vamos fazer resorts com 330 apartamentos e 177 casas.

– É que o Morcegão comprou uma área na Bahia, 12 quilômetros de frente para a praia, mil hectares de terra, tinha oferecido essa área pra comprar, mas você não sabe…

– O quê? O valor que ele pagou? Oito de dólar… Oito milhões de dólares.

Nós vamos dar 20% da receita.

– Pra ele? Mas ele comprou sozinho o negócio?

– Não… São três empreiteiras. Ele tem 33% e mais duas com 33%.

43.

No dia 24/9/2007 Cobra não aparenta ser tão amigo de Morcegão como na semana anterior. Agora eles divergem a respeito de comissão. Como sempre acontece quando há arestas a aparar, eles não falam entre si, mas por meio de intermediários. Um deles relata a Cobra uma conversa com Morcegão:

– OK, eu conversei com o Morcegão e o Harpo e o assunto foi o porto. Eles acham que aquela do libanês não tem ímpeto e nem dinheiro para fazer isto… o que eles querem é atrapalhar… E tem que conversar com Dubai. O que a gente tinha que entender é o seguinte: que 30% das ações estão no mercado e que esses 30% obviamente não vão pagar nada de comissão. Eles vão exercer civilmente o

direito, sabendo que dos outros 70%, 50% é do Morcegão e 20% do sócio dele.

Isto paga comissão… e dessa comissão ele disse o seguinte: um banco de investimento em qualquer lugar do mundo cobra de 1% a 1,5%, entende?

– É, mas eu não sou banco de investimento…

– Eu deixei isso bem claro pra ele, e ele propôs então fazer uma escala. Essa escala em função de preço… não quer dar um mandato por escrito no momento, neste instante, pois ainda não conversou com o outro.

– Mas eu não posso conversar… não podemos conversar com ele sem o mandato, entendeu?

– Eu disse a ele que quero uma carta, pelo menos uma carta autorizando a conversar, e ele disse que achava que não era a hora… Andou muito para trás a história da carta…

44.

Segundo os relatórios que recebo diariamente, Cobra não se incomoda em tocar ao telefone em assuntos delicados, como ordens para pagar este ou aquele.

No dia 9/11/2007, 12h05, em conversa com um de seus doleiros, Lincoln, ele manda ligar para o Jabuti: – Diz que o negócio sairá somente na segunda-feira.

Lincoln traz informações de cocheira: – Estão acontecendo coisas inacreditáveis nos bastidores da Bolsa de Valores e da BM&F! Estão fazendo

“margem extra” antes do anúncio da petrolífera – há gente de uma determinada corretora dizendo que tudo isso foi criado artificialmente, pois alguém ganhou muito dinheiro com essa situação da petrolífera e dizem que é caixa de campanha. É vergonhoso, mas é preciso pegar bastante subsidio para, quem sabe, “municiar um pouco”.

45.

Ouvimos novamente suas conversas a respeito de pagamentos às 16h25 de 21/11/2007. Depois de saber por meio de Lincoln que um jornalista havia ligado de novo para saber se o dinheiro tinha chegado, Cobra diz a seu funcionário: –

Coloque 50 mil num envelope e peça para o Lincoln entregar para o jornalista.

Outro funcionário do escritório, pede para Lincoln dar o dinheiro para o jornalista e dizer que a pessoa mandou isso e não conseguiu… em dólar, só em real.

Às 16h30, Lincoln diz para o jornalista que já recebeu (referindo-se ao dinheiro combinado em ligação anterior), e o jornalista diz que vai passar lá.

46.

Fui chamado ao nono andar pelo novo diretor-geral três meses depois do meu primeiro pedido de reunião. Jorginho falou comigo de cima para baixo, como eu já esperava, sem contemporizar:

– Olha, eu estou meio chateado porque me chamaram na presidência da República e disseram que a sua operação não está tendo apoio da direção geral.

Isso é uma grande mentira, porque eu estou dando todo o apoio.

Eu rebati na hora:

– Não, não é mentira, alguém está mentindo nessa história e esse alguém é você. Você é um mentiroso porque me tirou todo o pessoal, você me tirou recursos e está atrapalhando as investigações. E na direção de Inteligência está havendo omissão do diretor Paiva, que colabora com essa tua ação.

– Não admito…

– Eu não sei que jogo vocês estão fazendo. Mas uma coisa eu lhe digo: se vocês querem me tirar da operação, justifiquem a minha saída, e não me promovam. Eu não aceito promoção, não aceito benesse financeira institucional e funcional para aliviar a barra do Morcegão, porque isso é corrupção.

– Você está equivocado…

– Isso é corrupção, isso é tráfico de influência, isso é formação de quadrilha, eu não aceito. E alguém vai responder por essa bronca. Fiquem espertos, porque eu não tenho medo de vocês, não tenho medo de nada.

47.

Eu mantinha minha equipe sob estreita vigilância. Não que eu não confiasse nas minhas escolhas. Mas tanto eles quanto qualquer um de nós estava sujeito a várias síndromes já detectadas em situações como essa, em que se ouve conversas terríveis, contra as quais não há nada a fazer além de ouvir, num ambiente quase irrespirável. Pipocam na cabeça frases como “que país é esse?”

ou “então está tudo acabado, vamos começar o Brasil de novo.” O analista é uma pessoa comum que recebe um treinamento especial, apenas isso. Muitas vezes ele se desespera: – Não existe mais país, está tudo corrompido, ministros, a Procuradoria Geral da República, Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os partidos e políticos, estão todos envolvidos.

48.

Na operação em que prendemos o russo Chekov, em 2005, durante sua visita ao Brasil, eu vi pela primeira vez um policial federal surtar em serviço. Ele era do tipo que falava demais: eu faço, eu aconteço, sou faixa preta de jiu-jitsu, karatê, MMA, eu sou snipe, dou tiro, não sei quê, tenho treinamento em operações especiais, tenho curso de operação tática. Nós precisávamos de um operacional tático, e ele se apresentava como tal. Passamos todas as informações. “Você vai fazer infiltração no iate de um mafioso internacional.”

Além dos nossos, infiltrados, o mafioso tinha também seus próprios seguranças, exímios arremessadores de faca. Eles não podiam levar armas de fogo num iate transoceânico.

O então maior iate do mundo estava ancorado na praia da Ferradurinha, em Búzios. Nós, que estávamos em terra, levamos um grande susto ao ouvir no rádio a voz do nosso tático operacional:

– Águia 4 chamando Águia X. Pelo amor de Deus, me socorre, eu vou morrer, eu vou morrer. Me tirem daqui!

Não acreditei no que estava ouvindo, tanto ele quanto todos nós sabemos muito bem que é terminantemente proibido qualquer contato de dentro de um ambiente infiltrado para fora. Ele quebrou a principal regra de segurança. Fiquei muito irritado, mas naquele momento o mais sensato era produzir uma retirada estratégica dele daquele iate em vez de soltar os cachorros.

Embarcamos um novo policial em um bote para o iate. Dissemos então ao chefe da segurança que o cara estava noites seguidas sem dormir, por isso teria que ser substituído por esse outro, mais descansado. A desculpa esfarrapada funcionou. Saímos sem problemas com o nosso homem que quase pôs tudo a perder e nos colocou numa posição extremamente arriscada. Não custaria muito eles nos matarem se fôssemos descobertos. Em terra, resolvi interrogar nosso

“desertor”:

– E então, o que houve? Você percebe o tamanho da confusão em que nos colocou?

E ele, ainda assustado, os olhos quase saltando das órbitas:

– Nunca vi coisa igual, chefe. Era só faca voando de um lado para outro. Os seguranças turcos ficavam brincando nas horas vagas de atirar as facas na nossa frente. Certeza que se eu fico mais um pouco levava uma facada de graça.

Encaminhamos o nosso amigo para tratamento médico – ele estava precisando. O dono da embarcação, ex-sócio e depois maior desafeto de Chekov, não sabe até hoje que nós infiltramos vários policiais federais em seu iate intercontinental, superequipado e na época tido como o mais caro e seguro do mundo. Talvez ele também não soubesse que durante aquela investigação

mundo. Talvez ele também não soubesse que durante aquela investigação Chekov passou por maus momentos durante sua passagem pelo Brasil.

49.

Eu sabia que nunca mais teria uma chance como aquela de prender o mafioso oligarca russo. As nossas interceptações telefônicas farejaram sua presença no estádio do Morumbi, local do clássico São Paulo e Corinthians, às 16 horas daquele domingo de maio de 2005. Mas o Morumbi é muito grande, é imenso.

Estava lotado até à borda. Depois de procurar nos lugares mais óbvios, como os camarotes principais, resolvi fazer uma varredura com meu par de binóculos na arquibancada. Poderia ser confundido com binóculos que qualquer torcedor traz ao estádio, mas era muito mais potente. Localizei meu alvo no lado oposto ao meu, a uns 100 metros de distância. Avisei pelo rádio aos policiais que me acompanhavam o local em que Chekov estava. Então tentei me deslocar o mais

velozmente possível até lá, tão velozmente quanto me permitiu a massa de corintianos e são-paulinos que se comprimia nas arquibancadas, nas escadas e nos corredores. Tive que pedir licença a muito homem suado, com a camisa do seu time ou sem nenhuma, gritando por algum motivo e sem entender porque eu andava entre o público em vez de assistir ao clássico. Foi um bom exercício de deslocamento, mas não adiantou. Quando eu e meus colegas chegamos ao lugar onde nosso alvo deveria estar, ele já tinha sumido. Não podia pensar muito naquela hora, e arrisquei: “Para o aeroporto!”

Vestindo nossa roupa de turistas, com mochila às costas e tudo o mais que faz parte do figurino, não havia a menor possibilidade de alguém desconfiar de quem a gente era. Ficamos de campana por um bom tempo, dentro e fora do aeroporto de Guarulhos, o maior do Brasil. Cansamos de ver aviões subindo e descendo, passageiros embarcando e desembarcando e nós ali, firmes, acreditando que nosso homem ia chegar a qualquer momento. Nada nos faria sair dali. Já estava escuro, mas para nós tanto fazia, tínhamos nosso objetivo a perseguir. O primeiro sinal positivo foi a chegada de alguns de seus seguranças ao saguão da Ala B. Ficamos de olho neles. Mais seguranças chegaram logo a seguir. Por volta de uma da manhã, Chekov deu as caras. Eu me movimentei para ocupar um lugar nas proximidades do grupo. Todos subiram a escada rolante e se dirigiram ao embarque internacional. Pensei: “Esses seguranças nem se conhecem direito, se eu me infiltrar no meio, não vão dar a mínima”. Entrei na fila formada só por eles como se fosse do grupo e de fato ninguém me incomodou. A fila andou, eu andei junto, até que passei por baixo da faixa de isolamento, aquele corredor que se forma para embarcar. Posicionei-me de frente para quem entrava. Ao identificar meu alvo, estendi meu braço direito impedindo sua passagem e ordenei:

– Stop! Mister Chekov, stop! 1

Ele tentou me ludibriar:

– No! My name is John Doe.

– Your name is Chekov! – insisti.

Identifiquei-me como Federal Police Senior Oficce (Delegado da Polícia Federal do Brasil) e dei-lhe voz de prisão.

Seus seguranças encenaram uma reação, levaram as mãos aos coldres, mas

foram desencorajados pela simples exibição das metralhadoras de três colegas que me cobriam. Um conhecido político brasileiro que estava na comitiva tomou as dores do russo e reagiu impondo suas credenciais e partiu pra cima de mim:

– O senhor não pode prender esse homem, ele tem um salvo conduto, eu vou ligar para o ministro tal! Eu vou ligar para ele!.

– Pode ligar – eu disse.

Ele continuou com ameaças e logo a seguir eu disse:

– Cale a boca e afaste-se daqui, seu traidor da pátria!

E o encostei junto à parede. O político fez algumas ligações, eu não apreendi seu celular…

Chekov tirou do bolso do paletó um documento que seria um "salvo conduto", assinado pelo ministro da Justiça. Eu li e falei que aquele documento naquele momento não valia de nada, porque havia indícios de prática de crimes. Dobrei aquele papel fétido e o apreendi.

50.

– Me acompanhe, por favor – eu disse ao senhor Chekov, que foi seguido por seus seguranças, a essa altura já desarmados. Numa sala do aeroporto abri a bagagem do magnata russo. Lá estava uma parte do seu verdadeiro interesse pelo Brasil. Investimentos em clubes de futebol eram só uma fachada; ele estava garimpando grandes negócios na área de petróleo, gás e minério. Encontrei na sua mala o mapeamento, dentre outras riquezas, das áreas do pré-sal. E muitos cartões de visita de autoridades de primeiro escalão.

Os telefonemas do político acordaram muitas autoridades em Brasília naquela madrugada. Recebi uma ligação do meu chefe e diretor-geral da Polícia Federal.

– Queiroz, boa noite! Não para você, que está no Rio no curso da Escola Superior de Guerra. O que é que está havendo? – perguntou ele.

– Nada, serviço de rotina: recebi um código de alerta da base de inteligência e cheguei até aqui ao Aeroporto de Guarulhos.

– Para com isso, Queiroz, eu sei que você está aí com o Chekov. O que pretende fazer com ele?

– Vou levá-lo para a Procuradoria da República em São Paulo pela manhã.

Para a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo não vou levar porque lá ele não estaria em segurança. (Havia suspeitas de que alguém da própria PF

poderia resgatá-lo de dentro da sede da Polícia Federal, com a cumplicidade de uma quadrilha, para simular um sequestro "normal", a fim de obter uma fortuna de pagamento pelo resgate ofertado pelos inimigos que tinha na Rússia.)

51.

Dia 20/2/2008 recebi o seguinte relatório de missão da minha equipe que viajara à Europa:

Encontra-se em andamento uma investigação sobre a existência de uma suposta organização criminosa, liderada por MORCEGÃO, sua irmã VIRGÍLIA, associados a COBRA e seus filhos COBRA JR. e OFÍDIO, que possivelmente estariam usando o sistema bancário e financeiro nacional e internacional para prática de lavagem de capitais, evasão de divisas, tráfico de influência, gestão fraudulenta e formação de quadrilha.

COBRA já foi preso e processado por ter cometido crime contra o sistema financeiro nacional que redundou na "quebra" da bolsa na década de 1980. Em sua defesa, Cobra arguiu que a quebra da bolsa se deu devido a utilização de empréstimo de ações pagos com empréstimos em bancos. E que a quebra se deu devido a calotes perpetrados em cadeia por diversos investidores.

MORCEGÃO, doutor em economia e banqueiro brasileiro, foi escolhido pelo BANCO NY33 em *1997 para gerir os recursos do banco americano que seriam aplicados no processo de privatização de estatais brasileiras na área de telecomunicações.*

As investigações atuais apontam que COBRA e MORCEGÃO continuam associados na realização de ilícitos, transgredindo regras financeiras nacionais e internacionais, resultando na necessidade de acompanhamento de suas visitas à Europa, principalmente Paris/França, que aparenta ser a base para operações ilícitas da organização criminosa.

52.

Meus novos chefes não gostavam do meu estilo discreto de trabalhar, sem lhes revelar praticamente nada das investigações. Eu agia dessa forma em nome do sigilo; quanto menos pessoas conhecem um segredo, maior é a chance de ele se tornar um ex-segredo. Eles, no entanto, não pensavam dessa forma. Paiva visitava todos os dias nossa base de inteligência do quinto andar, onde não tinha nada a fazer senão bisbilhotar. Conversava com um analista, com outro, perguntava se estavam precisando de alguma coisa, plantando verde para tentar colher maduro.

Um dia, em março de 2008, ele me chamou à sua sala. No início tive impressão de que seria uma conversa amistosa. Ele disse:

– Hoje fui à base da sua Operação. Encontrei um velho conhecido…

– Quem? – perguntei.

– Tiago – respondeu Paiva.

– Conhece?

– Encontrei várias vezes em congressos internacionais sobre terrorismo.

– Bom agente, não é?

– Muito bom. Mas tem uma coisa. É da Abin. Não pertence aos nossos quadros. Você conhece o regulamento. Ele não pode trabalhar conosco. Por favor, explique isso a ele e rua.

53.

Eu poderia ter respondido que conhecia bem o Sistema Brasileiro de Inteligência, participei da elaboração do estatuto que regulamenta a atividade de inteligência no Brasil. E tinha vários contatos dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência em cuja cúpula eu gozava de certo respeito. Por isso, havia procurado o ex-diretor-geral da Polícia Federal Marcão, a essa altura diretor-geral da Abin, com quem me encontrei algumas vezes na sede da Abin e na minha casa em Brasília, para evitar qualquer diz-que-diz-que e ciúmes na nova cúpula da Polícia Federal.

Depois de um café reforçado, sentamos para trocar ideias. Expliquei a minha situação. Estava sendo obrigado a diminuir o ritmo dos trabalhos porque as autorizações de permanência dos meus analistas não eram renovadas. Ele perguntou se podia ajudar em alguma coisa. Respondi que sim:

– Eu entendo que a Polícia Federal faz parte do Sistema Brasileiro de Inteligência e dessa forma interage com vários órgãos de inteligência. Um órgão pode ajudar outro…

Eu também poderia ter dito a Paiva que Marcão tinha liberado seus agentes para a Operação Morcegão, mas preferi despistar:

– Tudo bem, Paiva. Vou dispensá-lo.

– Muito obrigado, Queiroz. Eu sabia que você entenderia.

– Pode contar comigo.

Chamei Tiago para conversar na primeira oportunidade.

– Preciso da sua colaboração. A partir de hoje você vai trabalhar na base de São Paulo. Chegando ao Hotel São Paulo Inn procure o Águia 2.

54.

Um agente da Abin começou a demonstrar um stress fora do comum: era o Tangerina 5, de 26 anos, o mais novo da equipe, muito inteligente. Queixava-se a toda hora com um, com outro, aquilo chegava a incomodar os colegas. “Estão me perseguindo”, repetia ele, “vão me matar.” Pedi para todos ficarem de olho no garoto.

Um dia, recebo telefonema da secretária do Marcão:

– O Dr. Marcão está chamando-o urgente aqui na Abin.

Cheguei lá a tempo de presenciar uma cena insólita: Tangerina 5 chorando e gritando, gritando e chorando:

– O Brasil está dominado pela corrupção! A estrutura do Estado está contaminada! O Brasil não tem mais jeito!

– Ele entrou aqui assim – contou Marcão, perplexo. – Tentei acalmá-lo, mas em vão. Ele só repetia: “Eu não quero morrer… vão me matar… Quero abandonar tudo e ir embora”.

55.

Os métodos do grupo ficam evidenciados em e-mails como esse, enviado às 19h42 de 18 de fevereiro de 2008, por uma funcionária graduada do departamento jurídico do Grupo a um advogado: *Obrigada. Outro ponto: retomamos a conversa com o M.A.? Nosso prazo para entrar com a campanha difamatória é no começo de março, e se não formos fazer com ele temos que achar outra pessoa. Nós preferiríamos que você redigisse, achamos que esse caso tem muitos fatos e seria mais bem redigido por um civilista do que um criminalista. Vamos ficar nisso?*

Beijos

56.

Em 13/03/2008, Cobra conversa com um jornalista, que o informa: – Estive ontem com o Odin. Ele acha que o petróleo vai chegar a 150 dólares o barril em pouco tempo.

– Ele tem bola de cristal, por acaso?

– Escuta, eu quero dar esse furo: você à frente do Fundo Soberano.

– Calma, vamos esperar.

– Preciso de uma ajuda no Oriente Médio.

– Coincidência: segunda-feira vou receber um pessoal de lá.

– Tem alguém da Arábia Saudita e Emirados Árabes investindo no Brasil?

– Dubai investiu um pouco. Em companhia aérea.

– Qual vai ser teu papel no Fundo Soberano?

– Passa aqui amanhã, eu te conto.

57.

Fiquei com a pulga atrás da orelha quando detectei circulando em território que deveria ser apenas nosso, pois tudo o que se passa lá dentro tem caráter sigiloso, uma jornalista de um grande jornal de São Paulo. Quem a introduziu no ambiente foi Paiva, diz testemunha do encontro, o Errepê, representante da Divisão de Comunicação Social da Polícia Federal, em depoimento formal:

“O Dr. Paiva recebeu a jornalista na sala dele, sendo acompanhado pelo depoente; inicialmente conversaram amenidades, nada que tenha chamado a atenção do depoente. Porém, em dado momento, a jornalista dirigiu-se ao Dr.

Paiva dizendo “o senhor sabe que eu estou interessada na pauta Morcegão”. Em seguida disse que tinha informações de que as investigações contra Morcegão e o seu Grupo estavam em andamento, tendo solicitado que o Dr. Paiva a colocasse em contato com o delegado que estava apurando aquele caso, não tendo citado o nome do delegado; que o Dr. Paiva respondeu a ela que primeiro teria que consultar o delegado porque ele, o Dr. Paiva, não tinha detalhes da investigação, e que era o encarregado da investigação que iria se manifestar se iria ou não querer falar com a jornalista. Que houve aquela insistência natural do jornalista em querer saber alguma informação a respeito do caso, tendo o Dr.

Paiva apresentado resistência e a conversa foi finalizada com o Dr. Paiva dizendo que iria conversar com o delegado da investigação para ver se ele a receberia e que ela deveria aguardar informações que ele iria reportar à Comunicação Social e esta repassaria a ela.”

58.

Captamos os primeiros sinais às 11h10 de 15/3/2008: Morcegão desconfiava de que estávamos em seu encalço. Ele recomenda a Addams para ficar de sobreaviso e diz:

– Está faltando segurança.

Dia 20/3/2008 às 12h12 Willy comenta que na segunda-feira estaria em Brasília para uma reunião com a ministra.

Dia 21/3/2008, às 21h02 Morcegão diz ao assessor Ernesto que “Janaína”

contou que havia saído alguma coisa no UCHO, que estavam armando alguma coisa na Polícia Federal. Era para Arnesto dar uma olhada.

Dia 22/3/2008, às 14h24, Ernesto fala de um envelope (e-mail) que enviou para Addams. Eles falam de uma matéria no UCHO envolvendo a Polícia Federal, a respeito da Operação Chacal, em que poderiam pegar Morcegão.

Addams fica de ver.

Dia 23/3/2008, às 14h29, Morcegão demonstra preocupação sobre notícia publicada a seu respeito e pergunta a Ernesto se já falou com Addams. Ernesto explica que Addams ficou de ver.

Dia 25/3/2008, às 10h37, Addams comenta que "a conjuntura é favorável" e pede para Ernesto ir lá e "desempenhar".

Dia 27/3/2008 às 20h36 Morcegão diz para Willy que "acabou"… Que fecharam o acordo. Às 21h12 Willy liga para um senador dizendo que foi tudo resolvido e agradece a grande ajuda do Senado. Às 21h15 Guilherme liga a um ministro (não mencionado anteriormente) e diz que Morcegão mandou um grande abraço.

59.

Paiva me procurou para falar sobre a jornalista. Ela era uma velha conhecida tanto dele quanto do influente Kane Jr.. Estava explicado porque ela circulava com tanta desenvoltura em terreno minado para forasteiros. Eu disse a Paiva que não tinha nada a falar com ela, e que não iria recebê-la. Mas ele insistiu:

– O que custa falar com ela, Queiroz? Você fala qualquer coisa… não fala nada… pode ser bom pra despistar…

– Pra quê? O que ganhamos com isso? E se a conversa sai no jornal?

– Ela não vai fazer isso, é minha amiga.

Eu já estava escaldado com essa história de jornalista que não vai escrever nada "porque é minha amiga". Relutei até onde pude. Mas no fim aceitei falar com ela, na sala do Paiva e na presença de duas testemunhas: ele próprio e a assessora de imprensa do Departamento de Comunicação Social da Polícia Federal. Ela contou, depois, o que viu e ouviu, também em depoimento formal:

“A jornalista disse que já tinha informações quanto à existência de uma investigação contra Morcegão, e que ela queria confirmar alguns dados e se possível ter outras informações; não se lembra exatamente quais dados a jornalista tinha, mas se lembra perfeitamente dela ter tentado um acordo com o Dr. Protógenes, o que é bem comum entre jornalistas, no sentido de que ela não publicaria as informações que tinha desde que o Dr. Queiroz a avisasse, no dia da operação, para que ela viesse com a matéria no mesmo dia da deflagração, dando furo de reportagem; o Dr. Protógenes não concordou; em toda a entrevista o Dr. Protógenes não confirmou nada que ela apresentava, nem desmentia, nem respondia às perguntas dela, deixava sempre no ar a questão; o encontro foi finalizado com a jornalista dizendo que ia continuar sua pesquisa, já que o Dr.

Queiroz não queria firmar o acordo de privilegiá-la na publicação da notícia, e que não deveria publicar nada antes de 40 ou 45 dias; ela insistiu bastante no acordo e disse ainda que, se o Dr. Protógenes quisesse colaborar com ela nos próximos dias que antecederiam a publicação, conforme o previsto, ela estaria à disposição.”

No dia 17 de março, essa jornalista é ouvida por nós, oferecendo seus serviços diretamente ao grupo chefiado por Morcegão em conversas com Willy.

60.

Dia 21 de abril, às 12h26, Virgília e Harpo.

VIRGÍLIA: – Oi, Harpo. Diga.

HARPO: – Deixa eu te falar.

VIRGÍLIA: – Eles estão preocupados com a transferência do dinheiro da HL.

HARPO: – É, e aí o que acontece…

VIRGÍLIA: – E fazer um segundo [INAUDÍVEL] não resolve?

HARPO: – Peraí, deixa eu dar uma sugestão pra você que talvez seja mais simples. Naquele dia que eu falei com você, você disse: “Ah, talvez eu não tenha o dinheiro, não sei que e tal”. Só que essa transação vai ser liquidada na semana seguinte à nossa venda da SPIRAL, na qual a gente recebe lá da STC cento e cinquenta milhões de dólares pelo FUND. Então eu queria simplificar

[INAUDÍVEL] um inferno, nós vamos ter que fazer um *escrow* aqui no Brasil, um *escrow* lá fora e o contrato já está supercomplexo, o que a gente pode propor é o seguinte: no momento em que transferirem a redução de capital para

[INAUDÍVEL] do Brasil, a gente faz um [INAUDÍVEL] pro NY33 e acaba tudo, um pagamento só e mata tudo de uma vez. Ele já vai ter recebido o dinheiro da venda…

VIRGÍLIA: – O problema dele é o quê? Um dia de câmbio?

HARPO: – Não, não é um dia de câmbio não, o problema deles é ter uma defasagem, só isso.

VIRGÍLIA: – Mas qual a defasagem que teria se na hora que o dinheiro entrar na Y a Y paga [INAUDÍVEL]?

HARPO: – Aí nós vamos ter que fazer um *escrow* do BANCO HOL, vai ter que mandar o câmbio que D1 ou D2, se vai [INAUDÍVEL].

VIRGÍLIA: – Ou D0.

HARPO: – Peraí. Não, mas repara: vai pra Y de Bermudas, que tá sob nosso controle, aí tem que ter o *escrow* lá de fora [INAUDÍVEL].

VIRGÍLIA: – Peraí, peraí, peraí. Deixa eu te perguntar o seguinte: a TPFA de fora pode estabelecer uma conta que é um *escrow*, só que [INAUDÍVEL] na conta do BANCO HOL?

HARPO: – Mas que tem, que tem, além disso tem a HL também. Porque a HL

também é parte. Então você vai fazer uma confusão enorme, se a gente puder fazer um *wiretransfer* de forma coincidente acaba o problema.

VIRGÍLIA: – Mas eu não acho que ele vá concordar com isso.

HARPO: – Eu acho que vai.

61.

Um ex-senador diz a Cobra que estão comentando aqui no Brasil que, só com a

venda de um terreno, este teria ganho 50 milhões de dólares.

– Ainda não foi fechado. Estive na Arábia Saudita, falei com o rei. Amanhã viajo para Mônaco.

– E os papéis da Vale? – quer saber o ex-senador.

– Vai haver um *split*. Vale a pena comprar esses papéis.

– Eu comprei, mas queria mais.

– Negócio certo é vender opções. Hoje operei vendendo opção de euro *versus* dólar com negócio para 2012… posso ganhar 50 milhões de euros caso o euro chegue a US$1,25/1,30.

– Os russos estão muito interessados no negócio da mineração. Quer entrar comigo? Tenho a quarta maior empresa do Brasil em número de licenças com minério. Mas se eles [os árabes?] querem mesmo é montar um fundo, poderão entrar no negócio em sociedade comigo e com você. Só no financeiro vamos ganhar muitos milhões.

– Eu estou vendo um grande negócio com aproximadamente mais de mil concessões [provavelmente está se referindo a uma empresa da qual o Grupo de Morcegão é sócio majoritário]. Morcegão está vendo um negócio na China e me ofereceu a aquisição de 20% do negócio [extração mineral]. Eu dei a ideia a ele de comprar terras no Pará e Maranhão para explorar o subsolo.

– Cuidado, Morcegão é muito perigoso, acaba colocando os “caras” dele para tratar dos negócios e no fim complica.

62.

Dia 25/4 às 12h31, Morcegão chama Willy: – Ele me mandou aqui a série de perguntas que H.H. pediu. Agora, alguém tinha me avisado disso, diz que é uma investigação de 2007 a respeito da minha ligação com Cobra. Foi você que me falou isso?

– Não.

– Alguém me disse que tinha uma investigação a esse respeito… e disse que na

verdade é fruto de grampo telefônico e de quebra dos meus e-mails. Eu não tenho e-mail nenhum, não uso e-mail.

63.

Minha intuição estava certa. Alguns dias depois da nossa conversa, a amiga de Paiva assina uma reportagem bombástica de página inteira no dia 26 de abril de 2008 que faz o favor de informar ao banqueiro bandido que ele está sendo investigado novamente pela Polícia Federal. Eu tinha que manter a calma, mas quando vi a manchete do jornal às seis da manhã logo desconfiei que, além de tudo, eu poderia ser apontado como o principal suspeito pelo desastre. Peguei meu celular – era um sábado, me recordo bem – e disquei o número do Jorginho, que não atendeu. Então digitei o número do Paiva.

– Paiva, você viu o que sua amiga fez comigo e com a equipe que está trabalhando no caso do Morcegão?! A matéria foi publicada hoje! Com detalhes da operação!

– Eu não tenho nada a ver com isso, eu estou no Chile com o Jorginho. Você se vira com isso aí.

– Quando vocês voltam?

– Não temos data pra voltar. Mas fique tranquilo.

Ele desligou. Imagina se eu podia ficar tranquilo. Foi um dia de telefonemas aflitos. O meu pessoal cobrava instruções de como deveríamos agir de agora em diante. Entre nove e dez horas da manhã, recebi três telefonemas, um atrás do outro, dos três representantes da Justiça que acompanhavam a operação.

Marcamos uma reunião na segunda-feira, em São Paulo.

64.

Minha vida se dividia entre bases de inteligência e aeroportos. De novo iria a São Paulo, que passou a centralizar nossas operações, tantas eram as ligações de Morcegão na maior cidade do país.

A dúvida dos juízes federais e procuradores da República era pertinente. Eles questionavam se não seria o caso de paralisar os trabalhos de vez. Eu

desaconselhei. Não queria entregar essa vitória de bandeja ao Morcegão. Depois de uma leitura mais apurada da matéria, concluí que os pontos principais da investigação não tinham sido revelados, e lhes disse isso. E muitas informações saíram incorretas. Expliquei aos juízes e aos procuradores que as incorreções poderiam revelar quem teria vazado as informações à jornalista.

Eu já desconfiava que meus superiores estavam de alguma forma empenhados em criar obstáculos para a operação. E que a matéria do jornal poderia fazer parte dessa intenção, devido às ligações de Paiva com a jornalista. Tomei as minhas precauções. Passei algumas informações falsas em relatórios a Jorginho e a Paiva. Coincidentemente, essas mesmas informações equivocadas foram publicadas pela jornalista.

65.

Dia 29/5/2008, às 18h, o chefe de gabinete responde ao deputado federal Addams se agentes da ABIN estão seguindo diretores do Grupo X: – O general me deu o retorno agora, é o seguinte: não há nenhuma pessoa designada na presidência na Abin com esse nome. A placa do carro não existe, é fria, tá? Eles aqui acham que a única alternativa é que tenha sido caso de falsificarem documento. Eles não consideram possível que seja da Abin. Eu não falei com o Jorginho ainda, mas não tem jeito. A Polícia Federal não usa a PM, eles não se misturam de jeito nenhum, tá? Então eu acho que o mais provável é que o cara tava armando mesmo alguma coisa, mas com documento falso, que também no Rio é muito comum, porque daqui não tem, eu pedi, insisti, pedi que visse com máximo cuidado, tal.

– Seria bom dar um toque no Jorginho também, hein?

– Eu vou dar, eu vou dar. Amanhã cedo eu tenho que falar com ele, vou levantar isso para ele também.

– Tá, tá bom. Tem um delegado chamado Protógenes Queiroz que parece que é um cara meio descontrolado, viu?

– Ah é?

– É.

– Ele tá onde, o Protógenes, agora?

– Tá aí, aí em Brasília.

– Ah, aqui em Brasília.

66.

Eu já tinha retomado as rédeas da operação depois de uma breve interrupção em que tive de espalhar na mídia, por meio de Tangerinas, contrainformações do interesse da operação: que não havia investigação alguma, que a matéria tinha sido uma grande barriga, o que no jargão jornalístico quer dizer matéria furada.

Paiva me chamou de novo ao gabinete:

– Agora que a operação vazou, você não deve estar interceptando mais ninguém. Essa operação micou. Vai virar água. Deixe isso pra lá. Já falei, você tem estofo para ser superintendente, e não chefe de divisão. Sabe para onde posso te indicar? Rio de Janeiro… você passou a infância lá, eu soube. Ou então Florianópolis, a sede da Polícia Federal fica de frente para a praia, você passa o dia olhando aquele maravilhoso mar verde… Ou então Fortaleza… Lugares cobiçados por policiais federais em final de carreira, e você é novo.

Eu disse:

– Paiva, eu não aceito essa sua proposta indecente, porque eu sei quem vazou a operação.

Seus olhos quase saltaram das órbitas:

– Você sabe quem vazou?

– Eu sei.

– O que? Já descobriu?

– Sim, Paiva, eu já sabia desde o dia em que a matéria foi publicada, mas não falei porque você tinha fugido para o Chile.

– Eu fugi?

– Sim, aquilo foi uma fuga, meu amigo. Você e o Jorginho fugiram para longe do

Brasil no dia em que a investigação vazou. Porque quem vazou foi você!

– Quem vazou?

– Foi você! E esse diretor-geral sem compromisso com a República que é o Jorginho. Isso é um traidor da República! Você e ele são dois traidores!

Ele se levantou de forma tão abrupta que a cadeira quase foi ao chão, e se precipitou em minha direção. Colegas que ouviam os gritos do lado de fora entraram apressadamente, o que inibiu a sua disposição, que era me agredir fisicamente.

– Sai da minha sala! Ponha-se pra fora daqui! Você a partir de hoje não pertence mais à Diretoria de Inteligência da Polícia Federal! Você vai ser lotado na Diretoria de Combate ao Crime Organizado. O Raimundo é o seu chefe a partir de hoje.

67.

Enquanto Paiva gritava, apoplético, que daqui para frente eu iria me reportar ao Raimundo, eu não conseguia segurar um sorriso irônico no canto da boca. Eu sei que a situação não tinha nada de engraçado. Nem o meu riso tinha a ver com graça. É que me lembrei, naquela hora, do que ouvi em gravações da nossa base de inteligência. Eu já sabia que seria transferido há dois meses atrás, desde que este comentário a meu respeito rolou entre os investigados: “Se a investigação continuar, esse delegado Protógenes, um cara complicado [eles me chamavam de complicado, sem controle], esse delegado vai ser transferido para a Diretoria de Combate ao Crime Organizado, o chefe dele vai ser Raimundo, que vai dar um jeito nele, vai apertar ele”.

Paiva me encarou sem entender. Eu resolvi intrigá-lo ainda mais:

– Então me dê o memorando para eu me apresentar imediatamente ao delegado Raimundo, diretor de Combate ao Crime Organizado.

Ele percebeu que alguma coisa estava errada. Ainda respirava com dificuldade por ter se exaltado além da conta.

– Por que você quer o memorando agora, tão rápido? E por que você está rindo?

– Eu quero o memorando porque é assim que se procede na Polícia Federal quando um funcionário é transferido de um setor para outro. É um memorando de remoção e apresentação ao outro órgão. Eu quero que essa remoção e a sua justificativa sejam publicadas no boletim interno.

– Mas por que você quer isso? Por que agora?

– Porque eu preciso desse documento. É assim que a Polícia Federal funciona.

É assim que a Polícia Federal dá tratamento a seus documentos administrativos.

Além disso, estou sorrindo porque é uma alegria muito grande saber que eu vou para uma diretoria para a qual todo o universo conspira que eu vá.

– Todo o universo?

– É. Logo, logo você vai saber por quê, Paiva. E eu quero meu memorando de apresentação.

– Vá e se apresente agora! – Gritou ele. – O memorando fica pra depois.

– Perfeitamente, meu chefe!

68.

Dentro do elevador eu ria para mim mesmo, e não parei de rir quando saí. A primeira coisa que Raimundo disse ao me ver foi: – Por que você está rindo?

A minha resposta já estava engatilhada. Era a mesma que eu inventara para Paiva: – Eu me sinto feliz por estar aqui na sua frente. O universo conspirou para que eu estivesse aqui.

Raimundo parecia já estar me esperando, recebeu-me com o discurso decorado: – A partir de agora nós da Diretoria de Combate ao Crime Organizado é que vamos te dar todo o suporte e executar a operação junto com você. Você não vai mais fazer essa operação sozinho. Por isso nós queremos todos os dados relativos à operação.

– Não posso fornecer todos os dados. Preservar o sigilo da operação é prioritário.

Raimundo não contestou, vencido pelas evidências. Então respirou fundo e tentou retomar o comando, me advertindo: – Essa operação só vai acontecer quando eu der a ordem, combinado?

69.

Nunca me assustei com advertências ou ameaças de chefes – determinados chefes servem mesmo apenas para isso. Eu tinha que me concentrar na operação.

A essa altura, nossos ouvidos captavam movimentos indicativos de que Morcegão queria quebrar a operação por dentro. Interceptamos o ex-cunhado dele e diretor do grupo, Sr. Amsterdam comentar com uma pessoa não identificada que seria impossível me comprar:

– Olha, esse delegado Protógenes, pelo que levantei dele, se ele concluir esse inquérito eu vou pegar mais de trinta anos de cadeia! E vai ser todo mundo preso, porque com ele não tem negócio, é incorruptível.

Estava ficando claro para mim que o que Morcegão mais queria, depois de publicada a matéria no jornal, era ter certeza se acontecia mesmo a investigação contra ele. Para ter certeza, ele precisava beber a água da fonte mais pura, que é a própria equipe policial. Recebi a informação de que um preposto do grupo que tinha relações dentro da Polícia Federal de São Paulo fora incumbido de abrir caminho para cooptar alguém da minha equipe. Uma suspeita passou a acompanhar boa parte das minhas noites mal dormidas: “Logo, logo a cúpula da Polícia Federal vai dar o nome do delegado auxiliar. Morcegão vai ficar sabendo que existe um delegado auxiliar, um delegado auxiliar novinho, sem histórico na Polícia Federal… Permeável a algum tipo de proposta de corrupção”.

70.

Em vários momentos durante a investigação, Cobra conversa com HNI (Homem Não Identificado) comentando a respeito da aquisição de “cotas” com valor individual superior a 200 milhões por pessoas indeterminadas. No relatório de análise 02/2008 ficou claro que se trata do “Fundo Soberano do Brasil”.

No restante do mundo os fundos soberanos foram adotados por países com superávits nominais expressivos, especialmente por economias asiáticas em expansão acelerada e por grandes produtores de petróleo (cuja característica básica é a unicidade entre atividade pública e privada, ou seja, países totalitários,

em que alguns “empresários” são considerados os titulares dos poderes políticos do país). O objetivo é ter um instrumento complementar às reservas internacionais que possa, em alguns casos, servir como uma poupança para gerações futuras. O Brasil, ao contrário, tem déficit nominal em suas contas e, portanto, a capitalização do fundo exigiria um aumento de seu endividamento, já que o Tesouro ou o Banco Central teriam que emitir e vender títulos públicos para enxugar o mercado dos reais usados na compra de moeda estrangeira das cotas do Fundo Soberano.

Ademais, as reservas internacionais são geradas (*grosso modo*) pela diferença entre as exportações e importações realizadas no país, gerando superávit mensal na balança de pagamentos, ou seja, as reservas internacionais são compostas quase em sua maioria por recursos da iniciativa privada. A primeira pergunta que surge é justamente essa: podem reservas originárias da iniciativa privada serem utilizadas pelo Estado brasileiro como garantia de empréstimos?

Tais empréstimos seriam concedidos pelo BNDES para empresas estatais brasileiras realizarem investimentos no exterior. Faz-se necessária a continuidade da quebra de sigilo telefônico dos investigados para melhor apuração dos fatos.

“Ouvimos” da quadrilha que O Presidente iria convocar Cobra e um poderoso ex-ministro da Fazenda para estruturarem o Fundo Soberano. Cobra comemora junto com o ex-ministro. Em determinado momento da gravação, este verbaliza uma série de impropérios. Xinga todo mundo, xinga os brasileiros: “o brasileiro é filho da…”. Fiquei enojado e decepcionado, afinal, tratava-se de um economista em quem O Presidente confiava, mas não sabia da maracutaia e tramoia que estavam bolando com o Fundo Soberano brasileiro. Não transcrevi essas ofensas no relatório final.

Em alguns áudios tem-se a nítida impressão de que Cobra, ao negociar títulos vinculados ao Fundo Soberano, teria uma comissão de 10% do valor total negociado. No dia 12 de maio de 2008, anuncia-se a criação do Fundo Soberano do Brasil.

do Brasil.

71.

Nestas mensagens, duas pessoas do departamento jurídico do grupo desejam

saber, do advogado do escritório de advocacia criminal Dr. Alencar, se a decisão de retirar o HC (*habeas corpus*) em favor de Morcegão, que estenderia os efeitos já obtidos para Sr. Asmsterdam no Caso Blum, estaria mantida, conforme combinado em reunião anterior. O Caso Blum está relacionado com um espião israelense cujo escritório, em São Paulo, foi alvo de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal, em 2005, por ocasião de uma operação anterior. Segundo informações, o espião estaria sendo, em tese, utilizado para espionar desafetos.

O suposto envolvimento de Sr. Asmsterdam com o Caso Blum originou-se do fato de que ele teria sido filmado pela PF frequentando o escritório de investigação do espião.

72.

Morcegão preparava o bote. Decidi encaminhar à Justiça sem demora uma solicitação de ação controlada. Pedi a meu auxiliar imediato que se comportasse de forma mais extrovertida nas dependências da Polícia Federal, compondo um tipo fanfarrão, *bon vivant*, para chamar atenção sobre si. Em pouco tempo ele me avisou:

– Alô Águia X. Aqui Águia 1. Recebi contato.

Passamos a gravar as ligações que o contato de Morcegão um professor da USP, completava ao seu celular:

PROF. ILMO: – O Primo, que tá te ligando, marcou jantar amanhã. É um tremendo cara.

DELEGADO: – É mesmo?

PROF. ILMO: – É sim, ele não está atuando dentro do banco. Ele fica mais fora do que dentro. Veio pra arrumar a casa. O patrão chegou pra ele e falou

[INAUDÍVEL] você tem inicialmente 500 mil dólares pra tratar desse assunto, esse é o seu valor de alçada.

Prof. Ilmo deu a entender que acima desse valor o negócio seria feito diretamente com o chefe Morcegão. Que, de acordo com os dados analisados, poderia chegar a 20 milhões de dólares. E em outro trecho: PROF. ILMO: – A história de só livrar três tá bom, tá ótimo. DELEGADO: –

Isso é importante, porque quanto menos puder… Precisa saber exatamente o que é. Não dá pra fazer milagre. PROF. ILMO: – São as pessoas que trabalham com ele, até onde eu sei. É o Morcegão, a irmã e o filho… Ele se preocupa com hoje, com hoje. Lá pra cima, o que vai acontecer lá… Ele não tá nem aí. Porque ele resolve.

DELEGADO: – Tá tudo controlado.

PROF. ILMO: – Ele resolve. STJ e STF… ele resolve. O cara tem trânsito político ferrado. Ele falou: "Eu tenho 500 mil para tratar desse assunto".

DELEGADO: – 500 mil?

PROF. ILMO: – É, 500 mil dólares.

73.

Depois que ficou tudo acertado, Águia 1 anotou o endereço onde deveria receber a primeira parcela do acordo, de 50 mil dólares. Eu fui com ele, no papel de motorista. Quando estacionamos em frente ao prédio alvo, tivemos um incidente.

Notei desde que saímos da sede da Polícia Federal numa viatura descaracterizada que o Águia 1 estava muito nervoso. No carro, ele disse:

– Chefe, eu estou meio tenso, não com medo, mas com uma tensão natural.

Eu disse:

– Meu caro, confia primeiro em Deus e depois em você. Eu só te oriento o seguinte: se você sentir qualquer situação de risco para sua vida, não faça loucuras: eu prefiro um policial vivo. Agora, se você sentir qualquer tensão que não lhe permita subir e receber esse dinheiro, eu vou ficar aqui do lado de fora, você pode voltar e nós vamos embora.

Estávamos numa rua tranquila de Moema, diante de um prédio de tijolos expostos. Poucos carros circulavam. Cortava o silêncio o canto dos pássaros mais estridentes. Procurei acalmá-lo dizendo que eu estaria ali se na hora em que ele deixasse o prédio fosse abordado por paus mandados para retomar a grana.

– Se algo do tipo acontecer, não se preocupe: entregue o dinheiro e fuja. Deixe o

resto para mim, eu ficarei para enfrentá-los.

Ele reagiu mal, imaginou que poderia contribuir para um evento fatal:

– Acho que eu não vou… Desse jeito é ruim, você pode morrer…

– Não, isso é uma consequência da vida, eu vou ficar aqui.

Seguranças particulares dos condomínios, com *walkie-talkie* na mão e ternos pretos, inquietos, andavam pra lá e pra cá. Sem dizer mais nada, Águia 1 olhou para mim, abriu a porta do carro e se perdeu no corredor do prédio.

Meus olhos grudaram no espelho retrovisor e em todos os espaços que permitissem a visão do movimento da rua. Foram os dez minutos mais longos da minha vida. Ouvi o "tlec" da porta abrindo. Um tanto lívido, Águia 1 entrou segurando uma sacola na mão.

74.

Dia 7/5/2008, às 18h44, Willy telefona para Ernesto: – Eu liguei pra ela, ela esteve com o médico hoje, tá certo?

– Hã…

– O médico inclusive se colocou à disposição… olha, o assunto… o quadro infeccioso agudo está detido, mas o processo [INAUDÍVEL] continua.

– Hã…

– Então é ter todos os cuidados necessários, não expor o paciente, não andar com muito papel.

– Que é o que estamos fazendo aqui, né… com essa questão de a família inteirar…

– Não há… agora são informações de fontes distintas, de correntes distintas, e não vai haver convergência, certo? Em nenhum momento ela me disse "eu garanto 100%". Então o que a gente tá buscando é uma informação do médico, de uma opinião médica a mais, pra que a gente encaminhe da melhor forma e fique sempre aquela sensação de dever cumprido com o paciente que precisa, só

isso.

75.

O Prof. Ilmo e Ernesto exigiram examinar relatórios da operação antes de adiantar uma nova parcela. Decidimos que isso deveria ser feito num local público, mas controlado. Lembrei-me de uma cantina que frequentamos algumas vezes. Pareceu muito apropriada, principalmente por apresentar um movimento muito reduzido. No dia 19 de junho, Águia 1, Águia 2 e mais um dos meus agentes fizeram as honras da casa para o Prof. Ilmo e Ernesto. Somente os meus homens sabiam que a cena estava sendo filmada por câmera oculta e gravada. Os aparelhos de escuta e filmagem foram plantados na própria cantina, alguns minutos antes.

AGENTE: – Pode ver com calma que eu não vou poder deixar com vocês esses documentos. Tem sonegação, tem lavagem, tem evasão de divisa, tem outros crimes contra o centro financeiro, gestão fraudulenta. São vários crimes.

Uma investigação dessas sempre começa pequena e cresce.

PROF. ILMO: – Já que ele ofereceu 500 mil dólares, pede um milhão de dólares de início. Esse é o valor de alçada dele, mas pode chegar a muito mais se negociar direto com o chefe Morcegão.

Essa gravação nos forneceu a prova da tentativa de corrupção que nos faltava.

O crime de corrupção se dá quando a proposta é colocada na mesa, o pagamento em si mesmo é um mero exaurimento do crime, que já se materializou no momento da oferta.

76.

Relatório Analítico 15/08, dia 13/5/2008 às 9h31. Morcegão faz um raro telefonema para Cobra.

– Alô, Cobra.

– Você tá sumido.

– Você está no Brasil ou está fora?

– Não, eu estou em São Paulo. Até amanhã… tô indo pra França.

– Ah, tá bom, então eu vou pedir pra te procurarem aí, tá bom?

77.

Dia 14/5/2008, às 11h30, Ernesto é fotografado ao sair do escritório de Cobra, em São Paulo.

Dia 14/5/2008, às 10h49, Ernesto fala com sua ex-mulher.

– Ernesto, eu tô precisando de uns dados seus, que tem um rapaz em São Paulo que tá olhando pra mim meu imposto de renda, que tá todo bagunçado, ele mandou perguntar se o dinheiro que você me deu, R$ 1.000.033,77, foi a título de pensão ou doação.

– É de que ano?

– Foi aquele ano que você me deu aquele dinheiro…

– Se eu fosse você já trocaria esse cara, é óbvio que é pensão, ué…

– Não, porque alguma coisa deu errado… alguém botou doação… mas você botou a título de pensão, né?

– Mas é óbvio, senão dá problema pra mim.

– Aquele dinheiro de… aquele dinheiro que a gente recebeu de bônus, ele entrava como?

– Pensão, nem passava por mim.

– Então você tem certeza que foi a título de pensão?

– Deixa eu te falar uma coisa… Não faz sentido a pergunta desse cara… Veja só, quando eu tava na CTC recebi lá informe de rendimentos a título assim contracheque do ano inteiro, aí tem lá o que eu recebi e o que não recebi porque foi descontado direto pra você, como pode ser doação se tá lá “pensão alimentícia?” Não estou nervoso com você, estou nervoso com o cara. Como é que o cara pode ter olhado os documentos do imposto de renda e ter essa

dúvida? Então o cara não serve, é isso que eu estou falando. Na hora que vem lá da CTC… ah, quanto eu recebi? Dois milhões. E quanto foi pra ex-mulher? Um milhão a título de pensão alimentícia. Como é que o cara pode fazer uma pergunta dessas?

78.

Às 21h21 de 21/5/2008, A chefe jurídica do Grupo X diz a um homem não identificado: – Olha só, eu tenho informações um pouquinho preocupantes.

– É…

– É que, eu vou te falar, a gente descobriu que esse juiz Érico… meio que organizou um motim… Deixa eu te explicar o que ele fez… Quando a gente entrou com *habeas corpus* preventivo, ele reuniu todas… e a desembargadora pediu, segundo o que foi informado, mas que ele assim… é um filho da puta de primeira… adora holofote… adoraria fazer uma arbitrariedade e que tava "p" da vida que isso aqui foi monitorado, entendeu?

79.

Quando, no dia 23 de junho de 2008, apresentei novo relatório ao juiz Érico solicitando as prisões de Morcegão, Cobra, Jabuti e outros 24 envolvidos no esquema deles, eu já tinha marcado o dia da operação para 8 de julho. Uma semana antes obtive todos os mandados de prisão judiciais, tinha os locais de busca e apreensão e estávamos checando se nossos alvos estavam no Brasil.

Então me reuni com o diretor de combate ao crime organizado, Raimundo, mais o Paiva e o diretor da divisão Orlando. Os três não concordaram com a deflagração no dia por mim estipulado. Raimundo informou que tinha viagem marcada à Turquia com o diretor-geral Jorginho. E recomendou em tom de ameaça:

– Não faça a operação enquanto eu não chegar. O diretor-geral quer que eu esteja aqui no dia.

Eu rebati, calmamente:

– Lamento, mas não posso esperar o retorno de vocês, essa operação já vazou no mês de abril. Já vi esse filme, e me deu muito trabalho para colocar esse trabalho

de pé.

Se eu não deflagrasse a operação no dia marcado, haveria um risco muito grande de ela não acontecer mais.

Continuei:

– Você não atue dessa forma, porque eu ainda confio em você. A sua conduta está muito suspeita.

Raimundo mudou o tom de voz, ficou mais agressivo:

– Por que você diz isso? Me grampearam também? Se eu fui grampeado quero ser investigado também! Pode me investigar! Quero ver se vocês têm coragem de me investigar!

A discussão extrapolou os limites civilizados, determinando o final da reunião. Talvez para eles não tivesse ficado claro, mas para mim aquilo não mudou em nada minha determinação em agir no dia que escolhi. Raimundo e Jorginho viajaram à Turquia. Anunciei ao seu substituto:

– Vou deflagrar a operação no dia 8 de julho.

Orlando também me pressionava para a operação não ocorrer nessa data.

80.

Em 6 de julho, em nova reunião com Orlando, ele pede os nomes dos futuros presos e os locais em que serão capturados, visivelmente impaciente. Eu não forneço. Estou determinado a preservar secreto o que é secreto. Meus argumentos são irrefutáveis. Ele se rende: – Não era para fazer, mas já que você vai fazer não tenho como impedir, assuma o risco que você vai correr…

Dia 7, na reunião com o superintendente de São Paulo, Aníbal, Orlando e outros delegados, Aníbal volta ao assunto da lista dos alvos. Eu me recuso a entregar mais uma vez: – Não tenho autorização judicial para fornecer, na véspera, nem os locais nem os nomes por questão de sigilo. Se quiserem, peçam ao juiz da 6ª Vara Federal Criminal ou ao procurador da República.

Minha resposta provoca uma discussão muito séria, um princípio de tumulto.

Todos saem da sala, ficamos apenas eu e Aníbal. Eu lhe digo: – Escuta, amanhã às quatro da manhã eu quero trezentos policiais aqui no auditório da Superintendência para executar os 24 mandados de prisão e 56 mandados de busca e apreensão em vários locais, em mais de um estado…

Ele resolve me peitar:

– Não vou colocar os policiais à disposição se você não me der os nomes.

– Se você não me der os policiais eu vou lhe dar voz de prisão com um mandado preventivo que vou informar ao procurador da República e requerer ao juiz federal Érico, porque você está protegendo bandidos. Quem protege bandido, bandido é!

Não nos despedimos. Saí da reunião sem esperanças de contar com o contingente no dia seguinte. Reuni a pequena equipe com a qual eu poderia contar: apenas 11 pessoas.

– Temos 24 mandados de prisão para executar amanhã – comuniquei. –

Vamos dividir as tarefas entre nós, porque provavelmente não teremos outros policiais aqui.

Diálogo traduzido para o português:

– [Pare! Senhor Chekov, pare!]

– [Não! meu nome é John Doe.]

– [Seu nome é Chekov!]

[…]

– [Você está preso!]

PARTE 2

A CAPTURA

1.

Alvos

Passei a noite de 7 para 8 de julho de 2008 em claro no quarto 2408 do hotel Shelton relendo algumas passagens de a *Arte da guerra*, de Sun Tzu; *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes; *Pilar de ferro*, de Taylor Caldwell; *Satyagraha*, de Ghandi; *O Profeta*, de Kalil Gibran Kalil, mais o Salmo 91 da Bíblia, o Corão e a Torá, praticando meditação e *Tai chi chuan*, como sempre fazia quando a situação requeria uma ou várias injeções de ânimo. Liguei para o juiz federal e o procurador da República alertando-os de que poderíamos ter surpresas, tais como a prisão do superintendente da PF de São Paulo e integrantes da cúpula da PF em Brasília. Às 3h30 da manhã me dirigi à Superintendência. Deu um certo alívio constatar a movimentação de policiais.

Os integrantes da cúpula da PF, temerosos de serem presos, resolveram fornecer o contingente necessário. O auditório estava lotado de policiais, alguns ainda sonolentos, tentando entender o que ia acontecer. Eles não sabiam em detalhes o que iriam fazer. A maioria estava animada. Não era a primeira vez que ocorria uma grande operação na Polícia Federal de São Paulo com prisões de importantes figurões, muitas vezes sob meu comando. Por isso, quando entrei no auditório ouvi murmúrios: "É o Queiroz! É o Queiroz!" E comentários: "A casa caiu para alguém muito importante". E me perguntavam: "E aí, Queiroz, quem será a bola da vez, estamos dentro". A minha presença como coordenador de operação significava que o trabalho era grande e que alguém muito importante envolvido com corrupção e desvio de recursos públicos iria para a cadeia. Eles vibravam com esse tipo de operação. Em seguida dividi as equipes, distribuí os kits com os nomes e endereços e fiz uma pequena exposição a todos os policiais presentes:

– Nossos principais alvos são três: o banqueiro Morcegão, o ex-prefeito Jabuti e o mega investidor Cobra.

Segundo nosso planejamento, todas as prisões deveriam ser efetuadas ao mesmo tempo, com início às seis da manhã. Em São Paulo, Brasília, Salvador, Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e no estado do Pará.

Eram cinco e meia, eu me preparava para deixar o prédio da Superintendência numa viatura descaracterizada, quando fui advertido por Aníbal e por Orlando:

– Não é para sair do prédio. Você não tem autorização para sair.

– Vocês estão me detendo? Isso é uma ordem de prisão? É cárcere privado?

Eu estou armado e com algemas, como vocês.

Virei as costas.

– Você está impedido de sair! – repetiram.

– Você está impedido de sair! – repetiram.

O coordenador tem que supervisionar os locais de prisão e tudo o mais, ninguém pode impedi-lo de se locomover, a Constituição garante o direito de ir e vir. Eu nem liguei para aquela ordem absurda vinda de alguém a quem eu não tinha subordinação hierárquica – o comando da operação era meu. Falei:

– Eu devo obediência ao doutor Érico e devo obediência ao Procurador da república Augusto, mas não a qualquer superior hierárquico da Polícia Federal, nesse momento da investigação. A subordinação hierárquica é administrativa, não investigativa. Nesse momento vocês têm que entender que presido essa importante investigação e coordeno essa operação de inteligência.

Saí numa viatura descaracterizada para auxiliar uma equipe que não sabia direito o caminho para a casa de Jabuti. Fui na frente, identifiquei a localização e me retirei da área quando estava a aproximadamente mil metros de distância do local do alvo.

– A rua está livre. Podem executar a operação.

Logo a seguir o ex-prefeito da maior metrópole brasileira foi preso sem oferecer resistência, pois sabia que mais cedo ou mais tarde iria para a cadeia por ter desviado bilhões de reais de dinheiro público na época em que foi prefeito, das mais diversas áreas, tais como educação, saúde e obras públicas.

O ex-prefeito de São Paulo disse aos policiais que já sabia que ia ser preso, pois meses antes tinha sido alertado por Cobra, que cuidava do dinheiro público desviado.

Na abordagem, Jabuti saiu de pijama para causar mais impacto na sua prisão e ser vitimizado posteriormente, como foi. O pobre pode ser preso até nu, mas o figurão tem que ser preso de terno e gravata, para demonstrar a permanência de

seu poder e intimidação.

2.

Impropérios

No caminho de volta à sede da Polícia Federal, ouvi muitos impropérios e palavras de baixo calão do Chefe da Defin – Divisão de Crimes Financeiros –, Orlando, no meu celular.

– Volte! Você é um insubordinado. Essa operação já está dando muito problema!

Eu retruquei:

– Você está protegendo o bandido! Se alguma coisa der errado você será o responsável!

– O responsável é você! Você descumpriu a ordem de permanecer dentro da Superintendência.

– Essa ordem sua e do superintendente Aníbal é uma conduta criminosa, vocês não podem dar uma ordem para um policial federal que atrapalhe e retarde as diligências, ainda mais quando ele é um coordenador da operação, no dia da operação. Não podem impedi-lo de supervisionar as prisões e as buscas, ainda mais para um policial operacional, e vindo de você, que é um maçaneta e não é operacional. Nem você nem o superintendente Aníbal nunca foram operacionais e hoje estão na gestão administrativa dos trabalhos. Isso é cárcere privado. E eu não sou bandido. Estou retornando à Superintendência e vou sair na hora em que eu bem entender! Ninguém vai me proibir de sair da Superintendência. E todas essas dificuldades operacionais serão colocadas em relatório e encaminhadas ao juiz e ao procurador da República. Porque se alguma coisa sair errada, se em algum local de busca não houver nada, nenhum documento para apreender, se alguém fugir, eu já sei quem eu vou responsabilizar: vocês.

Voltei à Superintendência. O clima estava muito tenso. Eles me indicaram a sala onde eu deveria ficar, na qual não fiquei.

– Essa sala é cárcere privado?

Era a sala do superintendente. Preferi circular, fui ao auditório que era o ponto de

encontro para recepcionar o material apreendido, documentos, computadores, para dali ter a coordenação e averiguar as dificuldades operacionais que por ventura poderiam surgir. Surgiram duas dificuldades. Com Cobra.

3.

A prisão de Cobra

A mansão dele, localizada à rua Guadalupe, 78, no Bairro Jardim Europa, São Paulo, era uma fortaleza praticamente impenetrável. Os seguranças não quiseram abrir o portão. Ao saltar o muro, os cinco policiais viram rottweilers soltos no jardim, que evidentemente começaram a rosnar e a latir. O chefe da equipe entrou em contato comigo:

– Não vejo outro jeito de entrar senão sacrificando esses cães assassinos!

– Só em último caso. Diga ao caseiro para prendê-los.

– Já pedi, ele se recusou. Não quer me ouvir. O chefe de equipe falou: “Mas dei ordem de atirar e matar os cães”, e até agora nada. A essa altura os cães são melhores do que os bandidos que nós prendemos.

– Fale de novo com o caseiro, diga que se ele não atender vai provocar uma tragédia.

O caseiro atendeu ao último apelo. Os agentes entraram na casa pelo jardim, pegando Cobra desprevenido. Ele pediu apenas para vestir um terno alinhado, pois acreditava que ia se livrar em menos de 24 horas. Seguiu dentro da viatura preta, caracterizada, para a sede da Polícia Federal.

4.

A primeira prisão de Morcegão

A equipe que entrou na cobertura encontrou Morcegão sentado à mesa da sala, vestindo terno azul marinho, camisa branca, gravata azul e sapato marrom velho surrado, corroído no dedo mínimo do pé, como se estivesse esperando alguém às seis da manhã, bem tranquilo. Sobre a mesinha próxima ao sofá deixou uma mochila entreaberta, com papéis, uma agenda de anotações e um livro de contabilidade de contribuições a políticos. Para eleições presidenciais, inclusive.

Talvez fosse um recado – “Estou sendo preso, mas não vou sozinho”.

Imaginava-se uma residência suntuosa, com muitos quadros caros, muita decoração, objetos de arte. Nada. A pintura da parede estava velha. Os lustres da sala enferrujados. Na parede apenas pôsteres de papel e madeira.

Morcegão perguntou:

– Vocês tomaram café da manhã? Se vocês quiserem tem alguma coisa pra comer lá na cozinha. Água, suco, café e fruta.

Depois de ele insistir muito, dois policiais foram até a cozinha. Acharam o lugar muito sujo. Nem água beberam. “Chefe, tinha barata andando”, disse-me um deles. “Estávamos com sede, mas não tivemos coragem de beber nem água da torneira.”

Sua mulher é enigmática como ele. Também não falou absolutamente nada. A equipe fez um pente-fino no enorme apê. Assim como não havia quadros caros nas paredes, não foram encontradas joias, relógios de ouro, absolutamente nada.

Uma clara indicação de que aquela matéria tinha prevenido o investigado, que guardou tudo isso em algum lugar seguro, provavelmente no sítio em Teresópolis-RJ, local que não tivemos tempo de levantar, e que permanece incógnito até hoje. Havia dados de que no sítio ele guardava um cofre com dólares destinados à corrupção.

O único resultado da busca e apreensão foram vários HDs que estavam escondidos numa parede falsa de uma estante na sala de estar do apartamento, cujo conteúdo e destino são desconhecidos até hoje. A última notícia é que tinham sido enviados aos EUA para descriptografar.

Morcegão e os outros presos no Rio vieram para a Superintendência de São Paulo num avião da Força Aérea Brasileira. Eu o ouvi pessoalmente no meu gabinete no sexto andar, onde ficava a Delegacia de Crimes Financeiros.

5.

O interrogatório de Morcegão

Ao vê-lo em carne e osso, entendi a razão de seus familiares o chamarem de

“Morcegão”. Não era só porque ele varava noites ao telefone. A sua cara não deixava mentir: cor branca onde apareciam as veias azuis na testa, olhos pequenos brilhantes, enigmáticos, testa larga, entradas de calvície, orelhas grandes, avançadas – só faltavam asas.

Ofereci água, café, ele disse que não queria água, café, chá com torradas – não aceitou absolutamente nada. Seu advogado disse:

– Ele não come nada porque é vegetariano. Ele não come carne, não gosta de café…

– Mas tem chá – eu disse.

– Ele não vai tomar o chá da Superintendência.

Aí eu vi que ele tinha medo de ser envenenado, suspeitando que aquele ambiente fosse um daqueles que ele estava acostumado a frequentar.

Conversamos amenidades, o que é uma técnica de investigação, até chegar ao assunto alvo. Ele não movia um músculo da face que pudesse indicar se estava muito triste ou alegre. Tranquilo ou tenso. Era um olhar meio nazista. Superior, ele olhava por cima. Uma figura enigmática e muito estranha – parecia que o mundo dele não era este. Ele vivia num mundo particular. Seu comportamento era o de uma figura singular. No trabalho, vivia o tempo todo querendo dar golpe, o que o fascinava era fazer as coisas erradas no mercado financeiro.

Derrotar alguém que ele escolhesse como inimigo. Escolhia os desafetos e criava determinadas situações que terminavam em contendas. Gostava de contendas judiciais e contendas na mídia brasileira. Mas o que mais o fascinava entre as duas eram as disputas na mídia. Porque ele passava madrugadas bolando textos e tudo mais.

Falei pra ele:

– O senhor deveria comprar um jornal, uma revista, um canal de televisão, uma rádio. Nasceu para isso. Poderia ser um desses colunistas polêmicos. O

senhor faz parte desse time, com certeza é melhor do que eles, pois eles fazem tudo o que o senhor manda. Em vez de comprar jornalistas que fazem parte do conselho editorial de jornais, o senhor deveria ser um dos conselheiros editoriais.

Ou ser o dono do jornal e colocar os conselheiros bandidos para escrever o seu editorial bandido. E aí o senhor escreveria de uma forma parcial e particular para atacar os seus desafetos do dia a dia.

– É, mas não me interessa esse tipo de atividade, não.

– Interessa sim. Tanto é que o senhor está envolvido nesse tipo de atividade.

– Interessa sim. Tanto é que o senhor está envolvido nesse tipo de atividade.

Eu vou abrir nesta investigação um relatório a respeito do papel da imprensa brasileira junto às atividades que o senhor desenvolvia criminosamente.

– Não, não tenho essa intenção.

– Consta das nossas investigações que o senhor está tentando ser acionista das revistas *Em Resumo* e *Brazilian Observer*.

Ele disse que pretendia, mas ainda não tinha concluído o negócio. Eu disse:

– O senhor faz muitos negócios em Trinidad Tobago. Brasil-Panamá-Trinidad Tobago-Ilhas Caymann-Delaware nos EUA. Me chamou atenção essa sua rota criminosa. O Panamá é uma rota de dinheiro muito sujo. Narcotráfico, contrabando de minério e pedras preciosas. Em Trinidad Tobago o senhor está construindo um resort e tem lá um veleiro de competição transoceânico ancorado na marina de sua propriedade. E tem dois veleiros de competição também na Bahia. Esse veleiro de Trinidad Tobago dá mais ou menos o custo de manutenção de 160 mil dólares por mês, só com tripulação. E o senhor não tem biótipo de velejador. O velejador geralmente tem uma compleição física mais forte, tem a pele curtida de sol e uns tiques que o identificam como velejador.

Geralmente é uma pessoa mais alegre, mais aventureira… é um sonhador. E o senhor não parece ser alguém assim. Por que o senhor tem esses três veleiros? O

senhor compete?

– Não.

– Então por que o senhor tem os três veleiros?

– Porque eu gosto.

– Agora passei a não entender. O senhor não compete, mas o senhor gosta dos veleiros. O senhor gosta de velejar?

– Não.

– Então agora não estou entendendo mais ainda. O senhor é dono de três veleiros, diz que gosta, mas não compete. Qual é o objetivo de ter os três veleiros?

– Ah, eu gosto de ver os bichinhos saindo pra competir, eu acompanho a partida deles…

– Mas a adrenalina da competição vai estar em alto-mar, como é a emoção do senhor acompanhando a competição?

– Eu acompanho pelo computador os meus bichinhos navegando…

Vê-se que o banqueiro Morcegão não é uma pessoa de padrão normal ou com hábitos de pessoas que vivem a nossa realidade.

6.

Morcegão na cadeia

Levamos Morcegão ao terceiro andar. Ele ocupou uma das vinte celas comuns da carceragem, tamanho três por três, padrão. Cobra estava em outra, Jabuti em outra e assim por diante. Em pouco tempo chegaram seus seis advogados, coordenados por Dr. Alencar, todos ligados a desembargadores, ex-procuradores gerais da República, ministros e ex-ministros do STJ e do STF, ex-ministros de Estado, advogados que eram estrelas de primeira grandeza. Ele contratou os melhores escritórios de advocacia do Brasil, alguns ligados ao escritório de um ex-ministro da Justiça. A maioria dos grandes escritórios de advocacia de São Paulo têm ligações com o ex-ministro. Aquilo de início nos surpreendeu, a quantidade desses grandes advogados, com poder de lobby muito forte na Justiça brasileira, em especial no Ministério Público Federal, STJ e STF.

Durante a noite ele gritava da cela para Cobra:

– Cobra! Cobra! Esses filhos da… do Partido A traíram a gente! O safado d’O

Presidente traiu a gente!

– Eu vou ferrar com esse Presidente e com essa corja do Partido A.

– Quando eu sair vou acertar as contas com o Partido B e O Antecessor para esclarecer que palhaçada é essa.

– Não vamos ficar nessa sozinhos, vou levar todo mundo comigo, e o dinheiro deles vai ter o fim que merece.

Ele só se desesperou dentro da cela, fazia questão que todos ouvissem que ele financiava o Partido A e O Presidente sabia disso, o Partido B e o ex-presidente, O Antecessor, tanto é que quanto a este havia indícios de um depósito inicial de 10 milhões de dólares nas ilhas Cayman no ano de 2004. Fato que foi confirmado publicamente pelo ex-presidente, O Antecessor. No caso d’O

Presidente (agora, ex-presidente), não encontramos quaisquer fragmentos de indícios que levassem a identificar depósitos para ele e nem mesmo para o Partido A.

7.

O primeiro ***habeas corpus*** *de Morcegão* Às 3 da manhã chegou a liminar do *habeas corpus* do banqueiro Morcegão, originário do STF. Eu estava acordado direto, comendo só besteiras, café e chá com bolacha, guaraná em pó com chá mate. Primeiro chegou por fax. Eu estranhei, porque geralmente um presidente do STF não liga pessoalmente e nem envia decisão liminar de *habeas corpus* por fax. Nem juiz de primeira instância faz isso. Geralmente chega através de oficial de justiça. Depois ligaram do STF

perguntando se já tinha chegado o fax e se eu já tinha cumprido a ordem.

– O fax chegou legível?

– Chegou.

– O Doutor Draco pergunta se o senhor já colocou o preso em liberdade.

– Há algumas questões protocolares antes de soltá-lo, como verificar no sistema nacional e internacional se o preso tem algum outro mandado de prisão expedido – ponderei.

– Mas para esse preso não são necessárias essas questões protocolares… Não vai ter pesquisa no sistema, não vai ter exame de corpo de delito pra ele sair…

Ponha-o imediatamente em liberdade. O não cumprimento da ordem será considerado como desobediência de sua parte.

Interpretei isso como “ou solta Morcegão agora, sem muitas formalidades, ou o próximo preso poderá ser você”.

– Cumpra imediatamente! – ordenaram do outro lado da linha, na verdade uma voz feminina seguindo a orientação do ministro, que estava no gabinete.

Mandei trazer Morcegão ao plantão. Ele exibia, mais uma vez, um sorriso irônico. (Durante a semana anterior, seis milhões de dólares tinham sido liberados por ele para Dr. Alencar.) Eu disse:

– Boa sorte. Eu vou prender o senhor novamente. O senhor não perde por esperar.

E ele foi embora. Vi os advogados comemorando muito. Eu sabia que viria um *habeas corpus*, mas não tão rapidamente, direto do STF com liminar do presidente. Em menos de 24 horas. Isso nunca ocorreu no Brasil. Basta verificar o histórico do Judiciário e do STF. Não tem. Foi uma tramitação inusitada.

Rasgaram a Constituição da República, rasgaram as leis processuais, rasgaram as decisões anteriores e súmulas do STF.

Eu já tinha pronto o segundo pedido de prisão, porque sabia que precisaria dele. No primeiro pedido de prisão ele foi preso temporariamente. Cinco dias prorrogáveis por mais cinco. Pensei que ele ficaria dez dias, e depois eu ia transformá-lo em pedido de prisão preventiva.

transformá-lo em pedido de prisão preventiva.

O segundo pedido foi de prisão preventiva. Com base no que nós tínhamos apreendido. De manhã entreguei o pedido ao juiz federal Dr. Érico, avisei por

telefone, contei o que tinha ocorrido de madrugada e falei:

– Vamos para a segunda fase do planejamento.

8.

A segunda prisão de Morcegão

O juiz federal Érico achou que deveríamos seguir com o planejamento.

Remeteu a solicitação para Augusto e às 10 horas eu já estava com o pedido de prisão pronto. Eu sabia onde Morcegão estava. Em vez de ir direto para o Rio de Janeiro, onde tinha dois jatos executivos à disposição no aeroporto de Santos Dumont para fugir do país, ele ficou em São Paulo.

A equipe que mandei atrás dele conseguiu segui-lo até o hotel. Depois perdeu sua pista. Mas eu sabia de todos os passos dele, tudo, tudo. Qualquer informação de que precisasse, eu teria. Sabia em que poltrona do avião ele gostava de sentar, a comida que iam servir, o que ele ia ler, conhecia toda a sua rotina: tinha informações on-line em tempo real sobre seus passos.

Eu e mais dois policiais federais fomos até lá. Deixei um policial na garagem do prédio, a outro determinei que subisse e fizesse o levantamento para confirmar se Morcegão estava no local. Fiquei na portaria, aguardando. Houve um estresse. O porteiro, sem saber quem éramos, não queria autorizar nosso ingresso. Nos identificamos como policiais federais e dissemos que estávamos ali para uma diligência importante, com o que a nossa entrada foi franqueada.

Um colega policial federal subiu para confirmar a presença do banqueiro no escritório do advogado Dr. Alencar. Ele apertou a campainha, abriram, viu um grupo de advogados muito importantes, ligados a desembargadores, ministros do STJ, do STF. O colega policial desceu e informou que possivelmente o alvo estava lá. Veio acompanhado de um advogado filho de um desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Falei com esse advogado que iria subir sem demora, e se ele quisesse poderia me acompanhar. Ao subir ao local encontrei Virgília, ao lado de importantes advogados. E, sentado num sofá ao fundo, o banqueiro Morcegão. Dr. Alencar não fazia parte do grupo. Estava dando entrevista no hotel, aquele mesmo no qual Morcegão tinha passado depois de ser solto.

Morcegão falou “não vou” e os advogados o apoiaram, disseram que não era para ir mesmo. Eu tive que me impor:

– Senhor Morcegão, o senhor vai!

Ele continuou:

– Qual o meu prazo?

– O seu prazo é agora! E eu não tenho muito tempo a perder aqui, não. Porque se não for da forma como estou querendo conduzir, vou fazer um carnaval aqui na porta desse escritório. Vou acionar o helicóptero da PF, colocar seiscentos policiais, fechar essa rua, e aí todos vão saber que um grande ladrão da

policiais, fechar essa rua, e aí todos vão saber que um grande ladrão da República foi preso. Os repórteres, sabendo da movimentação, virão em peso para cá.

Depois de muita discussão, os advogados pediram para esperar o advogado Dr. Alencar chegar. Quando ele chegou, eu li o mandado de prisão expedido pelo juiz federal, sob protestos e lamúria dele:

– Não é possível, isso é um desrespeito muito grande! Ele foi solto ontem, com uma liminar do Doutor Draco e vou ligar agora para resolver esse absurdo.

Eu disse:

– É verdade, mas isso foi ontem; hoje eu tenho outro mandado de prisão e é preventivo. Prepare outro *habeas corpus*.

O advogado Dr. Alencar afirmou: eu também sou do Conselho Federal da Ordem dos Advogados… e vou tomar providências para libertar o meu cliente!

Pedi licença. Afastei-me a fim de ler oficialmente o mandado de prisão para Morcegão, como manda o figurino, e dei-lhe voz de prisão:

– O senhor está preso!

Ele falou:

– Qual o meu prazo para me arrumar e sair daqui?

Reiterei:

– O seu prazo é agora!

Ele falou de novo:

– Eu não vou.

– O senhor vai! Porque senão eu vou mobilizar toda essa estrutura da Polícia Federal e isso vai colocar o senhor nas páginas dos jornais e notícias policiais…

Dr. Alencar pediu para ficar sozinho com ele. Voltou e disse:

– Ele vai. Ele só não quer ser exibido para a imprensa.

– Isso eu garanto. Ele vai num carro descaracterizado da Inteligência da Polícia Federal. Tenho três carros à disposição para transportá-lo: uma BMW

X5, uma Ranger Rover Sport e uma Blazer, todos de cor preta e blindados.

Resolvi conduzir Morcegão na Blazer, para ele sentir o gostinho das viaturas nas quais a polícia leva os presos comuns (pobres, negros e desempregados). Dr.

Alencar perguntou se ele e os demais advogados poderiam seguir a viatura.

Respondi que sim, desde que fossem discretos, pois eu tinha feito de tudo para a imprensa ignorar a segunda prisão, por isso a executara pessoalmente. Esse procedimento fazia parte do planejamento da operação, pois eu sabia que no futuro iriam me acusar pela presença da imprensa durante a operação, e essa seria uma carta na manga a ser usada para provar minha inocência.

O advogado Dr. Alencar perguntou:

– Qual é o roteiro?

Eu disse:

Eu disse:

– Primeiro vamos passar no Instituto Médico Legal.

– Não precisa, leva para a Superintendência – disse ele, fazendo gestos de contrariedade com as mãos.

– Não. Vou levar ao IML, pois é o procedimento padrão dos presos comuns.

Eu não abriria mão do ritual a que são submetidos todos os presos, disse a Dr.

Alencar. Não fui eu quem o criou. Mandei o motorista pegar a avenida Faria Lima, algumas quadras à frente subimos a Teodoro Sampaio, e depois de vários quarteirões ladeira acima entramos no pátio do Instituto Médico Legal, ao lado do Hospital das Clínicas. Durante todo o trajeto Morcegão não usou algemas.

Somente ao sair do veículo foi algemado e acompanhado ao exame protocolar.

9.

Morcegão faz revelações

Fui conversando com ele no carro, sentado ao seu lado no banco de trás, do IML à Superintendência, período de viagem de 1h30 devido ao absurdo trânsito que pegamos. Ele revelou fatos que comprometeriam toda a República, os três poderes, confirmou suas ligações de financiamento de campanha do Partido B, inclusive com a reeleição na Câmara dos Deputados do ex-presidente, O

Antecessor; confirmou suas ligações com as pessoas que estavam em torno d’O

Presidente, interessados na unificação da CTC, STC e OTC; disse que mais uma vez ia sair em menos de 24 horas, e ameaçou: se não saísse em menos de 24

horas, ia entregar todo o esquema no papel. Eu falei:

– Então o senhor pode começar a entregar o esquema agora mesmo, aqui na viatura.

Ele disse:

– Eu sou um grande gestor de fundos de políticos, investidores e gente importante aqui no Brasil e fora do Brasil também, mas com envolvimento

político muito grande.

Falei:

– Eu sei que o senhor controla muita coisa no Brasil, mas não financia a totalidade da Polícia Federal, não financia o delegado Protógenes Queiroz e a minha equipe de policiais, não financia o procurador da República Augusto… o senhor não financia o juiz Érico, senão ele não teria ordenado sua prisão duas vezes.

– Realmente, vocês são uma situação inesperada na minha vida, essa estrutura que eu controlo está temporariamente abalada, mas registre aí, não está acabada e nunca será destruída. O sistema funciona, delegado, tome cuidado!

Chegando à Superintendência, propus:

– Vou reduzir a termo as declarações que o senhor fez dentro do veículo, e dependendo das informações que fornecer depois elas poderão servir para uma diminuição de pena, ou até o perdão judicial, se forem muito relevantes.

Nisso, o advogado Dr. Alencar entra em desespero, intervindo:

– Não, não reduza a termo agora não! Eu preciso ter uma conversa séria e urgente com o meu cliente. Reservadamente.

Mostrei a ponta da mesa:

– Pode ficar naquela ponta ali, conversem baixinho.

Terminada a conversa, eles se aproximam de mim. Morcegão senta-se à minha frente. Dr. Alencar diz:

– Doutor Queiroz, se o senhor conseguir reduzir a termo qualquer frase ou

– Doutor Queiroz, se o senhor conseguir reduzir a termo qualquer frase ou palavra dele que venha a comprometer o sistema que coordena no Brasil, eu prefiro que ele fique na cadeia. Porque ele vai morrer.

– Quem vai decidir é ele, não o senhor. O senhor é apenas advogado.

Abri o depoimento dele. Ele me olhou com aqueles olhos arrogantes e disse:

– Eu resolvi agora que não vou falar nada.

Percebi que ele detinha informações muito poderosas e perigosas sobre o sistema a que pertencia. E que ele era um dos dominantes no sistema, não um vassalo.

10.

O segundo ***habeas corpus*** *de Morcegão* Morcegão foi encaminhado para a carceragem pela segunda vez. De madrugada chegou mais um *habeas corpus* para soltá-lo. Esse bem próximo ao amanhecer. Veio por fax, com as mesmas recomendações, "colocar em liberdade imediatamente", já num tom mais impositivo, como dizendo: "olha, isso aí já beira o desrespeito, já beira a desobediência, porque não era pra prender novamente". Não era pra prender mais. Nunca mais. Ele nunca mais tinha que ser preso.

Mas eu não pensava dessa maneira. Logo depois de receber o segundo *habeas corpus* por fax, telefonei ao juiz federal Érico.

– Vou pedir a terceira prisão do Morcegão – anunciei.

– Mas como?

– Agora vai ser prisão em flagrante. Vai ser por ato da polícia. Não vamos requerer mais o senhor para não expô-lo mais. E nem expor mais o procurador da República. Nós vamos prender em flagrante.

Horas depois, enquanto eu estruturava como seria o flagrante, me liga o Marcão, em desespero. Diz que tinha notícia de que eu iria pedir a terceira prisão de Morcegão, que já estava instalada uma crise institucional no país, e que se eu o prendesse pela terceira vez a crise se agravaria e ele não se responsabilizaria pelas consequências. Que eu precisava pensar duas vezes antes de criar essa crise – ele temia pelo que poderia acontecer comigo. Ele estava sofrendo muitas pressões. E suspeitava que as que viriam contra mim seriam mais fortes ainda.

Reuni a equipe. Pensamos. Precisaríamos de alguns elementos a mais para fazer a prisão em flagrante, e algumas horas a mais para reunir os elementos, diligências que estavam em andamento na rua teriam que voltar. Tínhamos que esperar as equipes para formatar o auto de prisão.

Ligaram de novo do Supremo. Queriam saber porque eu ainda não o tinha colocado em liberdade. E que era para soltar imediatamente. Ponderei que havia procedimentos protocolares. Fui interrompido:

– Não faça procedimentos protocolares. Isso é crime de desobediência. E

crime de desobediência a caracterização é o senhor preso e o banqueiro solto.

Diante da ameaça contra mim e contra os policiais ameaçados de prisão se nós não o libertássemos, preferi soltar Morcegão naquele momento. Cumpri sem questionar muito a decisão do Supremo, pois sabíamos que se fôssemos presos nós não seriamos soltos por nenhum *habeas corpus*, em razão do absurdo da Súmula 606, que não admite *habeas corpus* contra ato de ministro do Supremo.

E ficamos sem poder executar aquele auto de prisão, porque não teríamos tempo suficiente de reunir os elementos para o flagrante. Das quatro prisões previstas para Morcegão, da última ele não sairia mais, porque daria tempo de reunirmos os elementos, as interceptações estavam fluindo. Iriam aparecer crimes de ameaça, de chantagem, de extorsão envolvendo autoridades, ministros e até O

Presidente. Não deu tempo.

PARTE 3

A PERSEGUIÇÃO

1.

O Presidente

Eu não esperava flores em reconhecimento ao meu trabalho. Não fiz além do meu dever como delegado de Polícia Federal e minha obrigação como cidadão.

Mas também não esperava tantas pedras. O diretor-geral Jorginho e o diretor de Inteligência Paiva me afastam da Diretoria de Inteligência, confirmando o que estava na intercepção das conversas. Sem justificativa nenhuma. Afastaram-me para que eu não concluísse a investigação. Naquela ocasião O Presidente estava no Haiti, os repórteres o entrevistaram a respeito da prisão de Morcegão e ele disse: “Quem não deve nada, não merece ser preso. Mas quem transgride a lei deve ser preso, rico ou pobre, principalmente por crime de corrupção. Esse

banqueiro há muito tempo vem ameaçando a República".

O Presidente voltou ao Brasil e a cúpula palaciana, próxima a ele, começou a pressioná-lo para que mandasse a Polícia Federal me afastar da operação. Isso em razão do pedido de prisão de Addams, que era uma pessoa muito próxima ao presidente da república e um dos integrantes da cúpula do Partido A.

O Presidente passa a ter um comportamento indiferente em relação a mim. O

oposto do que era antes. Ele se distancia, passa a cobrar resultados e manda recado: "Esse delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz tem que ficar no caso Morcegão até fazer o relatório final, e não ir embora sem fazer o relatório final do caso".

Eu perdoo O (ex-)Presidente, porque nesse momento ele estava sendo chantageado por essa estrutura corrupta. Eu sei o que ele estava passando, por isso não dei muito valor a essa manifestação, encarei aquilo como um elemento da investigação e não de uma vendeta, de uma desavença, muito pelo contrário.

Entendi que naquele momento eu tinha que me manter firme e fortalecer a democracia ainda em fase de consolidação no Brasil.

2.

Acusações

A Polícia Federal instaurou um inquérito contra mim no dia 24 de julho de 2008 para apurar se fui eu quem vazou a operação e tentar provar que cometi uma ilegalidade ao recrutar agentes da Abin. Deus do céu! Uma equipe da Polícia Federal, chefiada por mim, acabara de prender um dos maiores ladrões da nossa República. Foi um duro golpe em sua carreira empresarial. Não importa se foi solto depois pelo Supremo em 48 horas. Sua prisão foi um tapa na cara dele e da parcela da elite brasileira que age como ele, assaltando os cofres públicos para se locupletar. Quem daí em diante iria entregar suas economias a um homem como aquele que sai algemado de sua casa? Os demais delegados e chefes, em vez de darem continuidade à investigação, fazendo dela ponto de honra, e aprofundar ainda mais as acusações, empenham suas energias em apontar o dedo contra mim. Eu, com um passado de serviço limpo e competente à frente de todas as empreitadas da Polícia Federal. Eu, que tinha sacrificado quatro anos da minha vida numa investigação complexa, perigosa, lidando com um inimigo sagaz e

que montara um sistema de Estado corrupto eficiente, contratando ou subornando jornalistas, advogados, policiais, procuradores, promotores e juízes para se manter inatingível pela mão da Justiça. Mas o tiro saiu pela culatra. O que provou esse inquérito oficialmente é que o autor do vazamento à jornalista foi de fato Paiva, como eu já havia informado. Mas dessa vez a informação era oficial.

Diz o inquérito ter havido um encontro de Paiva com uma jornalista na sala dele, testemunhado pelo funcionário da Divisão de Comunicação Social Errepê.

Por que o diretor de Inteligência recebe a jornalista se tudo o que está sob seu comando é profundamente secreto? O vazamento começa no momento em que ele a recebe. Mas tudo bem. Acompanhemos o desenrolar da reunião, assim como consta do inquérito feito para me atingir. Depois de conversarem amenidades, a jornalista diz que sabe de uma investigação em andamento contra Morcegão da qual precisa colher mais informações. O diretor, em vez de mais uma vez negar que haja qualquer investigação a respeito de Morcegão, afirmar que não pode dar informação alguma, pois aquele departamento funciona sob o crivo do mais absoluto sigilo, diz:

– Eu não tenho informação alguma, mas posso perguntar ao delegado que comanda a investigação se ele quer falar com você.

Ora vejam! Com a experiência que adquiriu no serviço secreto, Paiva sabe que deveria dizer: “não há investigação alguma”, e não “eu não sei”. E por que ele disse que perguntaria ao delegado? A essa altura, a jornalista não sabia quem

disse que perguntaria ao delegado? A essa altura, a jornalista não sabia quem chefiava a operação, é o que informa a testemunha no inquérito oficial. Não sou eu quem está dizendo. É um documento inicialmente elaborado com o propósito de me destruir. Não entendo como um gato escaldado como Paiva deu corda a uma jornalista a respeito de uma investigação altamente sensível e secreta!

Depois dessa reunião, ele me apresentou à jornalista. Nesse momento, ainda que sem querer, ele a informou de que eu era o chefe. Mais um vazamento. Claro, depois, no meu encontro com ela, neguei-me a dizer qualquer coisa. Mas o estrago estava feito. Ela já tinha a matéria. O que precisava confirmar era se havia ou não investigação. Paiva já tinha confirmado na primeira reunião com ela, descrita no inquérito dos meus inquisidores. A segunda informação, quem

chefiava a operação, ela obteve quando Paiva nos apresentou.

3.

Promoção *ex-officio*

O inquérito foi instaurado pelo delegado da Polícia Federal Hermes, escalado para me perseguir. Os três – Jorginho, Paiva e o corregedor-geral –o escalaram:

“Vai lá que a gente vai te remunerar. E vai ter a recompensa”. E qual foi a recompensa? Ele recebeu a “remoção *ex-officio*” no valor de 50 mil reais, que é um salário dobrado e um salário a mais por cada dependente. Ele era o chefe da delegacia de Jales e foi removido *ex-officio* para a corregedoria em Brasília.

Logo depois da remoção, ele foi escalado para abrir o inquérito. Ao abri-lo, voltou para São Paulo. Ganhou como prêmio quase 50 mil reais. E voltou para São Paulo ganhando diária. Ganhava um salário a mais. Passou o período todo do inquérito de 24 de julho de 2008 a 7 de abril de 2009 ganhando diária e ficando em São Paulo, local de sua residência. Inclusive sua mulher e seus filhos ficaram em São Paulo. A rigor, todos teriam que ir morar em Brasília. Mas o prêmio era que ficassem em São Paulo, a fim de legitimar o dinheiro público recebido para me perseguir. Se era para me investigar, por que remover alguém para a Corregedoria? Porque nenhum colega de Brasília ia se prestar a isso. Ele foi porque é corrupto. Foi comprado. A missão dele foi comprada. “Você tem a remoção *ex-officio*, agora invente, produza o que puder.” A esposa dele, funcionária da Justiça do Trabalho, ficou em São Paulo. Isso é improbidade administrativa. Ele ganhou a remoção e trabalhou o tempo todo em São Paulo, viajando esporadicamente a Brasília. Foi para me ouvir depois da busca e apreensão. Uma arbitrariedade, porque ele queria me ouvir na semana em que eu estava com problemas de saúde. Não respeitou minha situação. Os colegas alertaram: “é melhor você ir pra sede porque tem uma equipe com mandato de condução coercitiva”. Eu falei: “Não, eu tô indo pra lá, encarar o bandido.”

Não respondi nada a ele. E eu vou responder pra bandido? Disse: “Quem protege bandido, bandido é.” Responderia para a Justiça se eu devesse alguma coisa. Pra bandido não. De maneira nenhuma.

Depois denunciei a improbidade administrativa, mas o departamento não apurou. Logo depois de ele concluir o inquérito contra mim, foi ser superintendente em Alagoas. Depois, já deputado federal, recebi um dossiê contendo irregularidades

e ilícitos praticados enquanto ele era superintendente em Alagoas, e nada foi feito. Outra remoção *ex-officio*. Outro prêmio. Mais 50

mil reais. Soube também que ele foi afastado da SR de Alagoas, mas recebeu outra remoção premiada e foi fazer o mesmo curso que fiz em 2006, o Curso

Superior de Inteligência Estratégica da ESG (Escola Superior de Guerra), e finalmente outra remoção *ex-officio* para a delegacia de São José dos Campos em São Paulo. Esse foi o custo financeiro com dinheiro público da minha perseguição.

A distribuição do inquérito foi dirigida. Por que, dentre oito juízes federais, ele vai cair num juiz que investiguei em outra operação? Por quê? Por que permaneceu com ele até a sentença final?

4.

Busca e apreensão

Uma das coisas que fizeram foi atacar minha família. Entraram na minha casa, na casa de meus parentes. Usaram a própria Polícia Federal para isso. A gente tem um código, no jargão policial: você pode fazer o que quiser com o policial; agora não faça com a família dele. Eles foram tão inescrupulosos que quebraram esse código da ética policial, executaram a busca e apreensão com ameaças aos meus filhos, meu filho de seis anos ficou sob a mira de um fuzil e metralhadora no rosto… Entraram em casa antes do horário convencional, ainda de noite, às quatro da manhã em vez das seis horas. Usaram a cartilha do terror para impor uma forma de me amedrontar para que eu cedesse aos caprichos dessa quadrilha.

Meu filho estava se alfabetizando e teve um bloqueio, tive que tratar dele e da mãe com médicos, psicólogos. Só veio a se alfabetizar com quase dez anos de idade. Tive que tirá-lo de Brasília às pressas, porque ele teve um bloqueio e não falava nada. Levei-o para casa da sua bisavó em um sítio afastado em algum estado e lá ele, quando via as reportagens sobre a operação Morcegão e perseguições contra mim, dizia: “Vó, se fizerem alguma coisa contra o meu pai eu vou matar todos”. O momento mais difícil foi esse, controlar, além de mim, a minha família, e os policiais que também sofreram o revés.

Eles entraram às quatro da manhã na suíte do Hotel para vasculhar meus pertences. Não encontraram absolutamente nada, e levaram um pen-drive e o

telefone. Meu filho de vinte anos também sofreu busca e apreensão no apartamento em que morava, que tenho no Jardim Botânico – que acusaram de ter sido comprado com dinheiro de desafetos de Morcegão. Um apartamento pequeno, de cinquenta metros quadrados, dois quartos, sala, sem garagem, num prédio neoclássico, adquirido em 1992. No início ele pensou que seria sequestrado de novo como aos quatorze anos, quando eu o resgatei do porta-malas de um carro, durante o caso em que prendi um importante contrabandista chinês.

Meu filho ligou aflito:

– Pai, vão me sequestrar.

– Não, é uma busca e apreensão, eles são policiais, pode abrir a porta, eles estão atrás de fragmentos de interceptações da operação Morcegão, deixe eles entrarem e revistar tudo, pois aí não tem nada.

Ele foi até a janela, ia pular. A síndica salvou sua vida.

– Não pula não que são policiais federais querendo entrar aí na sua casa.

Ele abriu e fizeram a busca. Ao final, ele ligou novamente e falou:

– Pai, de novo você mexendo com essa gente perigosa, esse Brasil não tem

– Pai, de novo você mexendo com essa gente perigosa, esse Brasil não tem mais jeito. Pai, vamos embora daqui. Sai dessa Polícia Federal.

Foi realizada busca na casa da minha ex-mulher com minha filha menor, de três anos de idade, que também ficou traumatizada. Os policiais federais da minha equipe sofreram a mesma violência e abuso com suas famílias.

5.

Ratos

No dia seguinte à busca e apreensão, fui para a sede da Polícia Federal.

Coloquei as duas armas que eu tenho, três carregadores e bastante munição no bolso para um acerto de contas com a cúpula da Polícia Federal. Na Diretoria de

Inteligência perguntei pelo Dr. Paiva.

– Ah, viajou.

– Viajou? Mas como ele viaja numa data tão importante, invadiram a minha casa, que história é essa? Eu não sou bandido. Eu vim atrás dele porque ele é bandido. Eu vim dar voz de prisão a ele.

Eu estava com algemas no bolso, ia dar voz de prisão mesmo. Se ele reagisse poderia acontecer o pior.

Falei:

– Vou seguir a hierarquia da Polícia Federal.

Subi ao nono andar para dar voz de prisão ao diretor-geral da Polícia Federal por corrupção. O Jorginho também não estava. Eu, já chorando, me pus a gritar para quem quisesse ouvir:

– Isso aqui é um bando de ratos! Isso são as ratazanas, quando o gato chega elas correm pra dentro do buraco, se escondem com medo. São todos ratazanas.

Não passam de ratazanas. Eu quero eles aqui! Quero acertar contas com eles hoje aqui. Eles não são homens.

Decidi falar com o corregedor-geral, ele participou da perseguição também.

Ele não me atendeu, se trancou, ficou com medo. Bati na porta e ele não abriu de medo. Outra ratazana. Acabou morrendo de câncer meses depois. O diabo levou.

Um colega da corregedoria me acalmou. Ato contínuo, mandou ligar ao delegado Hermes. Então falei:

– O delegado Hermes não está lotado aqui na Corregedoria, eu vim acertar contas com ele. Quero lhe dar voz de prisão.

Meu colega disse:

– Está em São Paulo.

– Mas eu estava em São Paulo, me disseram que ele estava aqui. Essa ratazana

tem que aparecer. Estão com medo de quê? Todos frouxos! Moleques!

Covardes. Além de bandido, frouxo, ratazana – eu gritava dentro da Corregedoria. Chorava e gritava.

6.

Reciclagem

Armaram uma reunião na Superintendência da Polícia Federal, presentes o diretor da Diretoria de Combate ao Crime Organizado, Raimundo, vários delegados, toda a cúpula da Superintendência de São Paulo e eu. O objetivo era me pressionar para eu cair fora. Eles gravaram, inclusive, essa reunião. A gravação desapareceu, depois apareceu um trecho editado, que foi vazado pela cúpula da Polícia Federal para a imprensa – esse é um fato grave que deveria ser apurado. Sabia que eles estavam gravando, mas o que divulgaram foi um trecho no qual eu supostamente pedia meu afastamento da investigação para fazer um curso de Delegado Especial de Polícia, conhecido pela mídia como

“reciclagem”.

Esse curso eu poderia fazer a qualquer momento, depois de concluir a operação, uns dois anos depois. Eles me forçaram a antecipar. Como é que o delegado que desmonta a maior história de corrupção da história do Brasil, o maior trabalho que a Polícia Federal realizou em toda a sua história, vai ser reciclado? Reciclado de quê? Claro que aquilo era uma forma de me manter afastado dos trabalhos da Polícia Federal.

Naquele momento eu estava muito debilitado física e emocionalmente. Os últimos quinze dias eu tinha passado confinado numa sala fechada fazendo o relatório, porque eu tinha um prazo para entregá-lo, se atrasasse seria afastado sem haver tempo de concluir a investigação. Fiz o relatório, que foi aceito integralmente pelo Ministério Público Federal. Ele foi objeto de denúncia, e a denúncia do Ministério Público Federal é um fiel espelho do meu relatório final, confirmando a excelência do trabalho que foi realizado.

Eu saí da Operação com gagueira, perda temporária de memória e muita angústia. Tinha crises de choro dentro da Academia Nacional de Polícia.

Colegas presenciaram essas cenas durante as aulas em classe. Surpreendiam-me

chorando, e eu tinha que ir ao banheiro lavar o rosto. E ir ao serviço médico. Era acompanhado por uma junta médica para tomar remédios controlados, antidepressivos, mas que eu não tomava, fingia que tomava e jogava fora. Na minha época de adolescente li muito os Vedas, a sabedoria vedanta. Isso me permitiu concluir que, se eu entrei no trauma – meu diagnóstico era semelhante ao de um trauma de guerra –, tinha que sair pela mesma porta por onde tinha entrado. E consegui. Sem tomar antidepressivo algum e fazendo muita meditação.

Eu não estava mais lotado na Diretoria de Inteligência, as bases que eu tinha

instalado foram desmontadas abruptamente, meu material foi embalado num depósito, passei a não ter mais gabinete, tudo isso em questão de uma semana.

Entreguei o relatório no dia 14 de julho de 2008, fui para a Academia Nacional de Polícia, fiz o curso em trinta dias e nesse período eles desmontaram toda a estrutura da Operação Morcegão.

7.

Madrugada no STF

Fui intimado a prestar depoimento à CPI dos Grampos porque Morcegão criou um factoide segundo o qual dentro da investigação haveria grampos ilegais. Um colega advogado redigiu um mandado de segurança que me permitia obter uma liminar desobrigando-me de depoimento na data designada pelo presidente da CPI. Eu solicitava prestar o depoimento depois de concluir o curso, ele não consentiu, então impetrei um mandado de segurança solicitando o adiamento por trinta dias.

Fui despachar esse mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, salvo engano numa terça-feira. Eram seis horas da tarde, o protocolo já estava fechado. Eu me insurgi quanto a isso, quanto ao fato do protocolo estar fechado, porque Morcegão teve o privilégio de ter protocolado durante a madrugada dois *habeas corpus*. Eu queria ter o mesmo acesso, o mesmo tratamento. Disse ao funcionário:

– Não aceito que não se protocolize esse mandado de segurança hoje, porque quero o mesmo tratamento que esta corte vem dispensando ultimamente aos jurisdicionados que buscam as suas decisões, como o banqueiro Morcegão, que

teve recentemente dois *habeas corpus* concedidos na madrugada pelo presidente desta corte.

O funcionário do protocolo ligou para a direção geral do STF, foi informado na recepção que não tinha mais funcionário trabalhando, que a diretora já tinha ido embora. Fui até lá mesmo assim. No saguão, insurgi-me contra a situação insistindo:

– Eu não vou sair daqui, liguem para a diretora voltar, já que ela foi embora.

Há alguns dias ela estava aqui, de madrugada, quando foi recebido o pedido de *habeas corpus* de Morcegão, foi disponibilizada uma equipe para isso. Eu quero o mesmo tratamento.

Ligaram para a diretora. Depois de uma longa espera, eu subi, já eram mais de dez da noite, estavam a diretora e o funcionário, essa diretora protocolizou o mandado de segurança.

– Já está protocolado aqui – disse ela, mas não aceitei ficar apenas nisso:

– Ligue para o Doutor Draco, que quero a decisão da liminar que estou solicitando hoje, agora, o prazo dele é agora, porque foi este o prazo estipulado pelo Morcegão quando ele estava preso e foi atendido imediatamente; eu quero o mesmo tratamento que esse jurisdicionado vem tendo ultimamente na corte, louvo essa decisão da corte, urgente, célere, na madrugada, o presidente trabalhando de madrugada, sinto-me honrado de estar aqui no Supremo pedindo

trabalhando de madrugada, sinto-me honrado de estar aqui no Supremo pedindo providência jurisdicional na madrugada para um ato que vai acontecer no dia seguinte.

– Ah, eu não posso ligar pra ele, ele viajou.

– Peça a ele pra voltar! Porque foi assim que ele agiu com o Morcegão.

Voltou de onde ele estava ou não saiu da corte de madrugada. Quero que ele venha ao Supremo Tribunal Federal, ele é o responsável por esta corte dispensar um tratamento que é louvável para os jurisdicionados que batem à porta do Supremo procurando uma decisão jurisdicional em defesa de algum direito que esteja ameaçado ou violado. E eu tenho um direito violado, ameaçado.

Ela ligou para Draco, pedi para falar com ele, mas ela não permitiu. Ele autorizou a distribuição naquela madrugada mesmo para o relator. Quando autorizou, ela me disse:

– Amanhã vamos distribuir, já está autorizada a distribuição, está aqui o número do protocolo, amanhã cedo o senhor....

– Não, eu quero a distribuição para o relator agora, porque assim foi feito com o Morcegão nesta corte. Ele teve o tratamento especialíssimo que todo jurisdicionado brasileiro merece, eu admiro essa nova posição que o Supremo tomou. Esta corte está dando exemplo ao país, é assim que tem que funcionar a Justiça brasileira! Concedendo ou não o direito aos que vêm buscá-lo aqui. Não é urgente? Esse mandando de segurança é tão urgente quanto a ordem de *habeas corpus*.

A diretora disse:

– É, mas o funcionário que faz a distribuição já está em casa, não está mais aqui no Supremo.

– Mande voltar! Esse funcionário tem que voltar, porque algum funcionário que recebeu o *habeas corpus* do banqueiro condenado ficou aqui de plantão pra distribuir, pra colocar no sistema de distribuição do Supremo de madrugada. Por favor, chame o funcionário.

– Ele mora em Taguatinga.

– Não tem problema, eu vou esperar.

Esperei até às duas da madrugada, o funcionário chegou, fez o processo de distribuição. Distribuiu, ela avisou ao Doutor Draco que estava distribuído a um ministro sorteado.

Prossegui sob o mesmo argumento:

– Eu quero que o ministro sorteado aprecie a concessão ou não da minha liminar ainda hoje. O prazo dele é agora. Assim esta corte suprema atuou na concessão do *habeas corpus* do banqueiro. Foi na hora. A concessão da liminar pra soltar o bandido corrupto foi na hora. Eu quero o mesmo tratamento.

Ela ligou ao ministro, e me disse:

Ela ligou ao ministro, e me disse:

– O ministro está dormindo.

Não era a resposta que esperava, e eu não aceitaria nenhuma que não fosse a positiva:

– Ligue de novo! Acorde o ministro. Porque esta corte não dormiu quando Morcegão estava preso, então, por favor, quero o mesmo tratamento. É assim que a Justiça brasileira tem que funcionar. Ele teve tratamento superior a qualquer brasileiro, teve até um foro privilegiado para apreciar um *habeas corpus* que teria de percorrer todas as instâncias, e esse *habeas corpus* foi dirigido diretamente ao Supremo, foro privilegiado para um banqueiro corrupto.

Isso muito me decepciona, e deve ter decepcionado vários trabalhadores brasileiros que contribuem para a Justiça deste país. O direito tem que ser igual para todos, e não privilégio de uns poucos.

A diretora acordou o ministro.

– Diga ao ministro que eu quero o mesmo tratamento dispensado ao Morcegão.

O ministro pediu para mandar o mandado de segurança à casa dele. Falei:

– Avise ao ministro que não vou para a porta da casa dele aguardar a apreciação da liminar porque confio em seu gesto de em plena madrugada conceder ou não o meu pedido liminar.

Óbvio que eu já sabia qual seria a decisão: a minha liminar foi negada.

8.

Advogados

Eu fui avisado por um bispo influente da CNBB de que na CPI dos Grampos, para a qual fui convocado, eu receberia voz de prisão. “Querem te levar para a carceragem da Polícia Federal de Brasília e fazer uma maldade com você. Mas isso não vai ocorrer porque nós não vamos deixar. A Igreja vai colocar

advogados à sua disposição. Quem vai tomar à frente da sua defesa vai ser a CNBB. Procure o secretário-geral, ele estará te esperando. Depois, procure o arcebispo de São Paulo e o arcebispo de Salvador.”

Fiz essa peregrinação conforme o roteiro proposto. Eles destacaram para me defender um escritório de advocacia que trabalhava para a CNBB, o MBSC.

Quando o sistema controlado pelo banqueiro Morcegão colocou a estrutura do Estado contra mim, durante a perseguição eu tinha procurado alguns grandes advogados: o primeiro deles tinha viajado. Encontrei o filho dele, que falou que não poderia advogar porque tinha advogado em defesa da CTC, então eticamente não poderia me defender. O próximo falou que não poderia porque estava mais voltado à cátedra. Depois de outras recusas, um deles se dispôs a advogar, mas estranhamente após trinta dias renunciou ao caso, por motivos de foro íntimo.

Logo a seguir, para ser defendido na CPI fui amparado por advogados indicados por Marcão e por um jovem advogado filho de um ex-governador paulista.

Passado um tempo, fui amparado por um advogado da comunidade árabe.

9.

Conflito de interesses

Compareci à CPI acompanhado por três advogados: os dois indicados por Marcão e o jovem. Os advogados da CNBB e o escritório dos advogados da comunidade árabe ficaram com a parte do contencioso judicial e administrativo.

Dias depois ocorreu uma história muito esquisita. Depois de tudo ficar acertado com os advogados indicados, sou chamado ao escritório deles e me informam que não vão mais advogar para mim, porque haveria conflito de interesses entre mim e Marcão. Mas que conflito de interesses? Estávamos do mesmo lado! Fiquei meio desconfiado de que ali haveria pressão política. Senti que havia uma estrutura para proteger o Marcão. Reclamei com ele:

– Olha, Marcão, os advogados que o senhor indicou disseram que não vão mais fazer a minha defesa.

Ele não abriu a boca, apenas entregou um dossiê do caso Morcegão no escritório desses dois advogados, que tinham sociedade em determinados casos.

Um deles, especialista em direito administrativo, principalmente em processo administrativo disciplinar. O papa no assunto. O homem talhado para me defender na Justiça Federal. E foi ele quem tinha me chamado para dar a notícia de que não ia mais advogar para mim. Que haveria “conflito de interesses”. Aí olhei pra ele e para o Marcão, que estava ao lado, e fui tomado por uma tristeza muito grande, porque eu nunca ia imaginar que o Marcão, aquela figura que eu admirava, que eu venerava dentro da Polícia Federal, fosse me abandonar, a mim e à minha família, no momento em que eu mais precisava. Ele e o advogado.

Marcão me entregou um dossiê com muitas informações a respeito de mais de cem operações que a Abin tinha feito em parceria com a Polícia Federal.

– Você pode utilizar isso como bem entender – diz ele. Mas eu estou indo embora para Portugal.

– Mas, Marcão, por que você está fazendo isso comigo?

– Protógenes… eu tenho sessenta anos, mulher, dois filhos, um já adolescente e outro iniciando a vida. Está muito perigoso para mim ficar no Brasil. Como para você também. E eu mereço uma chance a mais.

Ele foi embora para ser adido policial da embaixada brasileira em Lisboa. Eu nunca pensei que ele fosse algum dia aceitar uma proposta indecorosa como essa num momento muito importante da República. Foi ele quem me colocou nessa.

Chamou-me para a missão de prender o Morcegão, não fui eu que pedi. Eu tinha uma análise primária da operação anterior, apenas isso.

Ele frequentava a minha casa… para discutirmos estratégias da Operação. Eu

frequentava a casa dele… quando ia à base de inteligência do Rio de Janeiro.

Aquilo me entristeceu muito. Agora eu tenho que montar a minha própria estrutura de defesa, pensei. A fuga do Marcão não estava no planejamento. Foi um ato de covardia. Ele era um homem acima de qualquer suspeita. Corajoso, muito correto, professor de ética na Academia Nacional de Polícia. Eu não sei o que houve, não tenho prova de nada, mas alguma coisa houve.

Comigo não iria acontecer algo assim, pensei. De me cooptarem. Eu tenho uma estrutura muito sólida de caráter. Meu pai foi militar da aviação naval, ex-

combatente da Primeira Guerra Mundial, e os ensinamentos que passou para mim eram os de guerreiro. Naquele tempo ainda não havia Aeronáutica no Brasil. Eu tenho comigo um respeito muito grande pelas Forças Armadas, a sua disciplina, os seus princípios, a organização, valores, isso é passado nas Três Forças Armadas. A Marinha é a Força mais antiga. Um dos princípios que me fascinava mais era o princípio da infantaria. Minha estrutura é de infantaria – "A guarda morre, mas não se rende". O meu sentimento era de um soldado da infantaria na Polícia Federal. Eu coordenava, mas gostava de estar à frente. Até porque quem tem que tomar o primeiro tiro deve ser eu, não meus policiais. Eu seria muito infeliz se morresse um policial e eu não estivesse na frente.

A essa altura também havia pressão familiar sobre mim. Primeiro pelo meu filho mais velho, que aos quatorze anos foi seqüestrado. Naquela ocasião, graças a Deus e aos colegas policiais civis e militares do Rio de Janeiro, o pior não aconteceu. Mas ele me fez um apelo: "Pai, para de mexer com essa gente perigosa, você já está atraindo esses problemas pra nós, que não temos nada a ver com esse seu trabalho…"

10.

Meu filho

Depois da busca e apreensão, meu filho mais velho parou de estudar, parou de trabalhar, ficava chorando o tempo todo. Ele era empregado de uma empresa de turismo, e o dono da empresa me ligava para dizer: "Olha, seu filho chora todo dia". Como tenho amizade com o dono da empresa, ele aguentou meu filho no emprego mesmo doente. Mas tive que colocar tratamento médico, tratamento psicológico. Eu ia dormir com ele todo final de semana no Rio de Janeiro. Ele tinha medo de dormir sozinho. Tinha medo de ir pra casa da mãe em Niterói.

Então, eu ia lá e ele dormia como um bebê. Tremia-se todo. Eu o abraçava –

homem velho, grandão – e dormia agarrado com ele, e às vezes sentia-o tremer de madrugada. Eu ficava velando. A minha ex-mulher foi pra tratamento psicológico. Tomou antidepressivos até há bem pouco tempo. Criou-se uma síndrome do pânico na família. "Vão matar a gente!" "Vão sequestrar a gente!"

Meu filho mais velho se recuperou, voltou a trabalhar, como me referi anteriormente. Uma vez seu carro foi cercado enquanto saía para o trabalho, próximo à casa dele. Eram policiais militares, sem identificação. Pediram a

documentação, ele deu. Olharam o documento.

– Ah, você é filho daquele delegado famoso, da Polícia Federal… Ah… Você não tem medo de ser sequestrado de novo, não? – Eles sabiam do sequestro dele aos quatorze. – Você não tem medo de morrer? Seu pai mexeu num vespeiro.

Nisso, ele ligou pra mim.

– Pai, vão me sequestrar!

– Calma, calma, calma.

Nesse dia ele largou o carro na rua e se trancou em casa. Fui até lá no dia seguinte para poder socorrê-lo psicologicamente. Ele passou a não andar mais de carro. Era um Peugeot, desses antigos, salvo engano. Eu pensei: vou vender o carro dele, ele não está andando mais de carro.

O carro ficava na rua. No dia 4 de janeiro de 2009, quando dei a volta no quarteirão, o painel do carro explodiu. Saiu uma água ácida que furou a minha calça, e fez um rombo no pé direito. Mesmo sangrando, larguei o carro no meio da rua, amarrei o pé com um pedaço de pano e me dirigi ao aeroporto Santos Dumont. Embarquei para São Paulo, para ser medicado no Hospital de Queimados do Hospital das Clínicas. Fiquei em tratamento mais de três meses.

Depois, quis fazer uma perícia no carro. Na Polícia Civil ninguém quis fazer perícia ou ocorrência, nem na Polícia Federal. Não quiseram se envolver com o caso. Fiz um contato no Fundão, no setor de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os técnicos concordaram em fazer a perícia. Quando

do Rio de Janeiro. Os técnicos concordaram em fazer a perícia. Quando identificaram quem era o proprietário do carro – filho do delegado Protógenes –, disseram: “Não, a gente não vai mexer com esse carro”. Acabei deixando pra lá.

As Polícias Federal e Civil não quiseram se envolver com o caso.

11.

Meu irmão

O secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro era meu colega da Polícia

Federal – somos da mesma turma da Escola Superior de Guerra. Meu irmão tinha um cargo de livre nomeação. Depois que eu comecei a ser perseguido, esse meu irmão foi demitido. E a justificativa foi esta: “Você é irmão do delegado Protógenes”.

Quando olham a ficha dele, dizem: “Ah, você é irmão do delegado Protógenes? Não queremos você não. Senão esse Morcegão vai vir pra cima da minha empresa”. Até hoje isso pesa. Esse irmão me culpa:

– Eu não tenho nada a ver com essa tua vida de agente secreto, por tabela estou sofrendo as consequências junto com os seus filhos e ex-mulheres.

E permanece desempregado até os dias atuais.

12.

Inimigos

Hoje eu digo para os meus colegas: quem é da área de inteligência, nunca sai.

Porque é um lugar onde se arruma muito inimigo, você vai ser perseguido pelo resto da vida. Tem que ficar sempre atento. É um caminho sem volta. Porque sempre você vai ser monitorado. Vinte e quatro horas. O sistema vai cobrar para que você não revele determinados segredos que obteve durante a investigação.

Eu sou monitorado até hoje. Vinte e quatro horas. Monitorado e ameaçado vinte e quatro horas. Ameaças de toda ordem. Fabricação de notícias falsas, dossiês. Até mesmo atentado. Atentados já foram quatro. Meu carro foi

“fechado” na Via Anchieta por um carro com homens armados. Isso foi durante a campanha a deputado federal: jogaram um artefato embaixo do carro para o carro capotar. Em dois casos, verifiquei, eram chineses. Não posso afirmar se ligados ao contrabandista que prendi.

Isso foi denunciado. Esses atentados estão registrados. A Polícia Federal instaurou inquérito para apurar, mas inquérito dessa natureza, para proteger o policial federal, a polícia não dá muito atenção. Ainda mais se a vítima sou eu.

Antigamente eu usava colete à prova de bala direto, andava com quatro seguranças. Dois do Comando de Operações Táticas e dois da

Contrainteligência. Hoje não. Até porque estou licenciado da Polícia Federal, para exercer o mandato de deputado federal. Já solicitei segurança pessoal como deputado federal ameaçado. Passaram-se quase três anos e nada. Mas tenho a colaboração de amigos do sistema de inteligência que voluntariamente prestam auxilio em minha segurança pessoal. O certo seria ter proteção institucional do Ministério da Justiça e da Polícia Federal.

13.

Premiação

O delegado Hermes, como disse inicialmente, cometeu uma série de irregularidades em Alagoas – fatos que chegaram ao meu conhecimento já como deputado. Dei ciência à direção da Polícia Federal, que o removeu de Alagoas.

Mas a premiação de Hermes continuou. Ele saiu de Alagoas e foi para o Rio de Janeiro fazer um curso na Escola Superior de Guerra. O mesmo curso de Inteligência Estratégica que fiz ele fez. O bandido foi fazer o curso. O recado pra mim foi: "A tua desqualificação vai ser tanta que nós mandamos o bandido fazer o teu curso".

Hoje ele está em São Paulo – remoção *ex-officio* novamente. Remoção e diária, foram pagos aproximadamente mais de 200 mil reais. A última notícia é que ele foi removido para a Delegacia de Polícia Federal em São José dos Campos. E cadê a investigação dessa improbidade administrativa e outros crimes correlatos? Por que até hoje não investigaram? A quem interessa protegê-lo?

14.

A cura

Depois de me eleger deputado federal em 2010 por São Paulo, passei a sentir terríveis dores nas costas. Fui consultar o médico, ex-diretor-geral do Hospital das Clínicas. Quem cuida de mim são pessoas escolhidas. A possibilidade de um remédio errado ou envenenamento não pode ser descartada.

A ressonância magnética constatou que eu tinha uma hérnia de disco na quinta vértebra. Incurável. Eu teria que tomar morfina e outros remédios para dor pelo resto da vida.

Deu-se que eu precisava inspecionar quatro estádios, como integrante da comissão de segurança de estádios da FIFA. Fui convidado a inspecionar arenas de futebol em Portugal, Espanha, Holanda e finalizar na Suíça. O médico recomendou: você tem que tomar morfina, senão vai desmaiar de tanta dor no avião.

Desobedeci ao médico: não tomei morfina, mas fiz muita meditação. Cheguei a Portugal com muita dor, mas não desmaiei. Um amigo me disse que me faria bem uma viagem ao santuário de Nossa Senhora de Fátima. Colocaram-me num carro com motorista, que me levou.

O santuário de Nossa Senhora de Fátima me surpreendeu pela beleza e santidade. É um espaço religioso muito forte. Encontrei gente do mundo inteiro e de todas as religiões. Budistas, protestantes, muçulmanos, judeus. Missas em tudo quanto é idioma. Eu assisti a uma missa em inglês, depois outra em japonês e a terceira em espanhol. Às seis horas começaram a soar os sinos. A hora do ângelus. Nessa hora, com fé, meditei: “Quem sabe essa minha dor desaparece aqui, Nossa Senhora de Fátima tenha o poder de tirar essa dor e eu possa ser abençoado”. Quando os sinos acabaram de tocar, a dor passou. Falei comigo: “A partir de hoje, sempre que eu puder, vou voltar a Fátima para agradecer”.

Não voltei mais ao médico, que é meu amigo. Não posso fazer isso com ele. O

que me aconteceu foi uma ação de fé contra os prognósticos da medicina.

15.

Desarquive-se

Foi reaberto um inquérito contra mim que estava para ser arquivado. Esse inquérito tentava desqualificar a operação. Tentava dizer que houve uma conspiração, um financiamento, uma vantagem direta ou indireta de corporações que eram concorrentes dentro do sistema de telefonia. O parecer pelo arquivamento é de fevereiro de 2012. Em março de 2013, foi dado parecer para continuidade da investigação. Isso foi uma surpresa muito grande. E aí começamos a investigar porque o pensamento deles se modificou. Descobrimos que foi a partir de dois pareceres, de dois ex-procuradores gerais da República.

Há dois factoides contra mim.

O juiz da Sétima Vara entendeu que era ilegal usar a Abin na Operação, corroborado pelo Superior Tribunal de Justiça. A outra acusação é que a TV

Globo filmou a prisão de alguns acusados. Como se fosse um vazamento. Houve vazamento se todo mundo foi preso? Houve vazamento para a imprensa e foi apreendida toda a documentação que incriminou o investigado. Houve vazamento e foram apreendidos documentos que deram ensejo à prisão preventiva do investigado.

16.

Cem reais

O grande volume da fortuna de Morcegão tem origem em dinheiro público.

Nós identificamos um volume de 17 bilhões de dólares movimentados por ele.

Sua mulher tinha quase um bilhão de reais na conta de pessoa física. Informamos ao Banco Central e solicitamos providências, pedimos a instauração de um processo de investigação bancária para averiguar a origem dessa quantidade de dinheiro. Nenhum correntista do mundo, nem os mais bilionários, tem um bilhão em sua conta de pessoa física. Essa conta era operada pelo Morcegão. Sua conta de pessoa física não tinha nem cem reais. Não dava nem para pagar uma ação trabalhista. Ele tinha uma procuração para operar a conta da esposa. O Banco Central levou um susto quando informamos, tamanha a omissão deles e do COAF. Até hoje não sabemos do resultado. Eu não soube de nenhum bloqueio nessa conta. Não dá para identificar o valor da sua fortuna pessoal, porque ele não tem patrimônio no nome dele.

17.

Execução

Eu já recebi mais de quinhentas ameaças, mais de duzentas dentro do meu blog, a mim e à minha família. Uma das coisas a ter em mente é que você é um policial que está acostumado a conviver com o perigo, então resolvi enfrentar esses bandidos. Queria ver até onde chegariam. Até marcaram a data da minha execução. Confirmei: “Pode vir na data tal. Pode me executar; agora, eu vou levar quantos estiverem junto comigo. Se tiver vinte pra me executar, eu vou levar os vinte! Eu levo um, eu levo meio, eu aleijo. Agora, se tiverem que me

executar, façam a execução direito: cortem o Protógenes em pedacinhos e espalhem nos quatro oceanos para ter certeza de que esses pedaços não se juntarão. Porque se jogar num oceano só, esses pedaços vão se juntar e eu vou voltar mais forte ainda".

18.

Dinheiro

O procurador e a suprocuradora apontaram que foi encontrada na minha residência a quantia de 280 mil reais durante a busca e apreensão de 2008.

Quando eu vi isso pela primeira vez, achei um absurdo! Primeiramente, porque nem na minha casa nem na casa de parentes foi apreendido qualquer dinheiro.

Nenhum centavo!

O segundo ponto é que meu patrimônio seria incompatível com meus rendimentos. Ora, como é que o patrimônio é incompatível com a renda de salário de delegado? Eu não poderia ter os dois imóveis que tenho no Rio de Janeiro (um apartamento na Zona Sul, no Jardim Botânico, e uma casa na região da praia de Camboinhas) e mais outra casa no município de São Gonçalo? Além disso, eu teria também dois imóveis, um em Foz do Iguaçu e outro no Guarujá, e esses imóveis foram doações de um funcionário público. Segundo eles, essas doações seriam estranhas, e diante disso teriam que quebrar meu sigilo bancário, fiscal, telefônico, para apurar a evolução patrimonial.

Quando vi aqueles pontos mentirosos imediatamente me dirigi ao gabinete do ministro relator. Ele estava em sessão. Pedi para ser atendido por um juiz auxiliar, a diretora da secretaria e mais um auxiliar – eram três na sala para me atender. Apontei as mentiras, e fiz questão de esclarecer que quanto ao meu patrimônio eu estava muito tranquilo, mas não poderia provar naquela hora.

Porém, quanto ao suposto dinheiro apreendido – onde estava?

Folheou-se o processo. Nada foi encontrado a respeito dos 280 mil e, naquele momento, o juiz auxiliar do ministro disse o seguinte:

– Isso aqui é grave, porque não existe dinheiro apreendido.

Ainda me agradeceu por estar alertando ao ministro. Eu disse:

– Essa incompatibilidade do meu patrimônio com minha renda também é uma mentira, mas logo na próxima semana vou trazer a documentação para desmascará-la também.

Saí de lá tranquilo. A justiça iria prevalecer. Para minha surpresa, dois dias depois o ministro relator atendeu inteiramente ao parecer do procurador-geral e da subprocuradora.

19.

Processos

Desde que fui afastado das funções de delegado da Polícia Federal em 2008, respondi a um total aproximado de 32 processos administrativos. Investigações e processos no Supremo Tribunal chegaram a sete. A situação atual, até onde fui cientificado, é a seguinte: dois inquéritos originários do STF foram arquivados e cinco permanecem ativos, inclusive uma condenação em grau de recurso.

Como disse anteriormente, nenhum deles por corrupção ou desvio de recursos públicos. Foram movidos por advogados do investigado.

É a primeira vez na história do Judiciário e do Supremo Tribunal Federal que inquéritos e processos criminais são abertos em série por advogados contra um delegado de Polícia Federal que investigou e desmontou o maior esquema de corrupção da história da República brasileira, na qual recusou propinas e vantagens pessoais de milhões de dólares. Desde então, uma suspeita percorre minha espinha. O sistema planeja me encarcerar para me eliminar dentro de algum cárcere, de preferência na Polícia Federal.

Eu seria uma vítima de problemas existenciais, talvez se enforcando com o próprio lençol, como Vladimir Herzog. O plano seria esse: produzir um Vladimir Herzog dentro da instituição policial em pleno regime democrático.

Falam abertamente a meu respeito: “No dia em que o mandato de deputado desse delegadozinho da Polícia Federal expirar, nós vamos começar a caçá-lo…

Quando der meia noite e um minuto…”

Minha defesa atualmente é a Tribuna da Câmara, onde denuncio as maracutaias e roubalheiras da República, indicando os ladrões do dinheiro do povo brasileiro.

Outra trincheira de luta são as Comissões Externas que representam os 513

deputados em fatos de repercussão nacional e internacional, instalada pelo presidente da Câmara. Em todas fui designado relator, por ser um deputado federal com um respeitado histórico positivo de investigações policiais bem-sucedidas: Comissão Externa que investiga e acompanha a apuração de fraudes na Assembleia Legislativa do Estado do Pará; Comissão Externa que Investiga e acompanha o caso de vazamento da petrolífera Chevron na Bacia do Frade em Campos-RJ e baixada Santista-SP; Comissão Externa que investigou e acompanhou o caso do lixo hospitalar dos EUA apreendido no porto de Suape-PE; Comissão Externa para investigar e acompanhar as mortes e torturas de trabalhadores rurais, ocorridas na Fazenda Santa Barbara, em São Félix do Xingu, no Pará.

20.

O Lago Justa Causa

Quando seu filho telefonou dizendo que ia receber a indenização depois de ter sido demitido da Agropecuária Santa Bárbara, em São Félix do Xingu, D.Maria recomendou que ele não fosse.

– Não vá, meu filho, outros como você fizeram assim e desapareceram em seguida.

– Não se preocupe, mãe – disse ele – eles foram tão gentis comigo ao telefone.

Vou lá e amanhã eu volto.

O temor de D. Maria não era sem razão. Seu filho não voltou no dia seguinte.

Ela procurou o delegado de polícia.

– Quero registrar o assassinato do meu filho.

– Ele morreu como?

– Desapareceu.

– Ah, então não é assassinato, não… Ele deve ter ido até outra cidade. Pode acreditar que volta.

Passaram-se vários dias e nada do filho aparecer. Dona Maria organizou uma caravana, lotou um ônibus com outras mães cujos filhos tinham desaparecido com destino a Belém, onde protestaram em frente à Secretaria da Segurança Pública. Apoiadas por advogados atraídos pelo barulho, foram recebidas pelo secretário de Segurança. Ele mandou a polícia local abrir uma investigação. Em poucos dias o administrador da fazenda guiou policiais até um local dentro da mata fechada onde havia um corpo. O do filho de D.Maria. Os sinais de tortura eram evidentes. Pés e mãos foram decepados para dificultar a identificação. Uma perna foi encontrada longe do corpo. As vísceras foram extirpadas. Tudo levava a crer, no entanto, que aquele não fora o local do assassinato, provavelmente o cadáver tinha sido transportado até lá. O administrador da fazenda contou que o assassinato resultara de uma briga entre empregados da fazenda. E apontou os dois assassinos.

– Onde estão? – perguntou o delegado.

– Fugiram.

O delegado abriu uma investigação. Interceptou os telefones dos acusados.

Eles foram localizados e confessaram o crime. Este não é, porém, o desfecho, mas o início de uma história macabra. Havia marcas indicativas de que o corpo do filho de dona Maria fora resgatado de dentro de um lago da propriedade conhecido localmente como “Justa Causa”. Estariam nas águas desse lago outros corpos de jovens desaparecidos depois de reclamarem seus direitos na

corpos de jovens desaparecidos depois de reclamarem seus direitos na Agropecuária Santa Bárbara e até hoje não encontrados, é o que suspeitam moradores da cidade com os quais conversei. De acordo com o relato de um vereador, desde que a Agropecuária Santa Bárbara se instalou, há sete anos, a população é afetada de forma incisiva. Mais de setecentas famílias já foram desalojadas, obrigadas a vender seus títulos de exploração de castanha a um

“laranja”, que os repassa ao verdadeiro dono da propriedade, o banqueiro bandido Morcegão. Por cima da terra ele mantém uma imensa manada avaliada

entre 80 mil e 100 mil cabeças de gado, mas o grande tesouro está guardado no subsolo a ser explorado, rico em minérios.

Na qualidade de relator da comissão que investiga desaparecimento e assassinato de lavradores na Agropecuária Santa Bárbara, assim designado pelo presidente da Câmara Federal, quero dizer à população de São Félix do Xingu que ela não está sozinha, pois tem a solidariedade deste deputado e dos brasileiros, e que farei tudo que estiver ao meu alcance para que o Lago Justa Causa seja extirpado para sempre do mapa do Pará.

21.

Glock ponto 40

É uma vida que considero normal para quem foi da área de inteligência. O

carro tem que ser blindado. Ando sempre armado, uso uma pistola Glock calibre

“ponto 40”, austríaca. Uma arma feita de polímero, parece plástico bem resistente.

Óbvio, estou sempre informado sobre o que está acontecendo à minha volta. O

sistema de inteligência sempre me abastece a respeito do que está acontecendo.

Estou sempre vigiado, mas nunca estou sozinho. Pertenço a um sistema que está ativo, assim como eu. É aquilo: uma vez integrante da área de inteligência, você nunca sai. Não lhe é permitido sair. Você pode ficar adormecido, mas excluído, nunca. Assim como o Morcegão não dorme, eu também não durmo.

Document Outline

- Página de Título
- Direitos Autorais Página
- PARTE 1: A INVESTIGAÇÃO
  - 1
  - 2
  - 3
  - 4
  - 5
  - 6
  - 7
  - 8
  - 9
  - 10
  - 11
  - 12
  - 13
  - 14
  - 15
  - 16
  - 17
  - 18
  - 19
  - 20
  - 21
  - 22
  - 23
  - 24
  - 25
  - 26
  - 27
  - 28
  - 29
  - 30
  - 31

- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40
- 41
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50
- 51
- 52
- 53
- 54
- 55
- 56
- 57
- 58
- 59
- 60
- 61
- 62
- 63
- 64
- 65
- 66
- 67
- 68
- 69
- 70

- 71
- 72
- 73
- 74
- 75
- 76
- 77
- 78
- 79
- 80

- PARTE 2: A CAPTURA
  - 1. Alvos
  - 2. Impropérios
  - 3. A prisão de Cobra
  - 4. A primeira prisão de Morcegão
  - 5. O interrogatório de Morcegão
  - 6. Morcegão na cadeia
  - 7. O primeiro habeas corpus de Morcegão
  - 8. A segunda prisão de Morcegão
  - 9. Morcegão faz revelações
  - 10. O segundo habeas corpus de Morcegão
- PARTE 3: A PERSEGUIÇÃO
  - 1. O Presidente
  - 2. Acusações
  - 3. Promoção ex-officio
  - 4. Busca e apreensão
  - 5. Ratos
  - 6. Reciclagem
  - 7. Madrugada no STF
  - 8. Advogados
  - 9. Conflito de interesses
  - 10. Meu filho
  - 11. Meu irmão
  - 12. Inimigos
  - 13. Premiação
  - 14. A cura
  - 15. Desarquive-se
  - 16. Cem reais
  - 17. Execução

- 18. Dinheiro
- 19. Processos
- 20. O Lago Justa Causa
- 21. Glock ponto 40